

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Maurício Michel Rebello

A CAPACIDADE DE PREMIAR OU PUNIR:

responsabilização eleitoral, responsividade e legitimidade do regime democrático no Brasil

Porto Alegre
2009

Maurício Michel Rebello

A CAPACIDADE DE PREMIAR OU PUNIR:
responsabilização eleitoral, responsividade e legitimidade do
regime democrático no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mercedes Maria Loguercio Cánepa.

Porto Alegre
2009

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao apoio institucional do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS, cujo corpo de funcionários foi muito atencioso ao longo do curso de mestrado. Sou grato ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que proporcionaram um ambiente propício ao meu desenvolvimento acadêmico. Sou muito grato à coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES), cujos recursos financeiros foram imprescindíveis ao longo do curso.

O meu obrigado aos professores: André Marengo, Jussara Prá, Luis Grohmann, Maria Izabel Noll, Marcello Baquero e Maurício Moya cujas aulas e seminários foram uma enorme oportunidade de aprendizagem, propiciando uma grande alavanca para a minha evolução acadêmica.

A minha gratidão aos meus colegas e amigos do Programa de Pós-graduação em Ciência Política, em especial: Guilherme Perin, Maurício Carmona e Cláudio Damin, este último, tem sido, além de colega, um grande amigo desde o início da minha carreira acadêmica.

Ao longo do curso, a minha família foi fundamental em todas as etapas, em especial minha namorada pelo carinho, e minha mãe pela dedicação.

Por último, mas não menos importante, meu muito obrigado a minha orientadora, professora Mercedes Cánepa, pelo seu esforço incessante em melhorar a qualidade desta dissertação e pelo exemplo de profissionalismo.

Resumo

Reduzir o abismo que separa representante e representado tem sido um dos desafios à democracia. O conceito de *electoral accountability*, ou responsabilização eleitoral, poderia ser um instrumento que melhoraria a qualidade da representação. Contudo, há claros limites para o seu desenvolvimento, entre eles, a necessidade de eleitores informados politicamente. Além disso, parte da literatura argumenta que o conceito é um valor normativo somente em arranjos institucionais majoritários. Assim, este trabalho objetiva analisar a responsabilização eleitoral no Brasil, através do nível informacional presente no eleitorado. Ao utilizar o Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002 (ESEB), examina-se o grau em que as pessoas são politicamente informadas e como isto altera padrões de comportamento político, incluindo a percepção sobre a legitimidade do sistema político. Concluímos que pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral possuem um comportamento político diferenciado e têm maior probabilidade de perceberem a democracia como sendo legítima. Argumentamos, ainda, que o conceito de responsabilização eleitoral deve ser valorizado em todas as democracias, independente do arranjo institucional.

Palavras-chave: responsabilização eleitoral; *accountability*, informação política, ESEB, legitimidade; representação política; responsividade; desenhos institucionais; comportamento político; Brasil.

Abstract

Reduce the gulf between representative and voter has been one of challenges to democracy. The concept of electoral accountability could be a tool to improve the quality of representation. However, there are clear limits to its development, including the need to politically informed voters. Furthermore, the literature argues that the concept is a normative value only in institutional arrangements majority. Therefore, this work aims to analyze the electoral accountability in Brazil, through the informational level in electorate. Using the Brazilian Electoral Study of 2002, we examined the degree to which people are politically informed and how this alters patterns of political behavior, including the perception about the legitimacy of political system. We conclude that people with bigger capacity of electoral accountability have a different political behavior and are more likely to perceive democracy as legitimate. We argue that concept of electoral accountability should be enhanced in all democracies, regardless of institutional arrangement.

Key-words: electoral accountability; political information; ESEB; legitimacy; political representation; responsiveness; institutional arrangement; political behavior; Brazil.

Lista de tabelas

Tabela 1. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de informação política com variáveis de acompanhamento da política.	71
Tabela 2. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de capacidade de responsabilização eleitoral com variáveis sócio-demográficas.	75
Tabela 3. Gênero por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%) (excluindo a categoria “do lar”)	76
Tabela 4. Grau de escolaridade por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%)	77
Tabela 5. Situação profissional por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%)	79
Tabela 6. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de capacidade de responsabilização eleitoral com variáveis de participação em organizações da sociedade civil	81
Tabela 7. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de capacidade de responsabilização eleitoral com variáveis de participação política não convencional.	83
Tabela 8. Interesse por política por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%)	84
Tabela 9. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de capacidade de responsabilização eleitoral com variáveis de participação em campanhas.	85

Tabela 10. Filiação partidária por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por filiação partidária (%)	86
Tabela 11. Preferência partidária por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%)	87
Tabela 12. Ideologia por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%)	88
Tabela 13. Índice agregado de capacidade de Responsabilização eleitoral por fatores importantes na hora do voto para presidente (%)	93
Tabela 14. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por costume de informar-se sobre o trabalho de algum político (%)	95
Tabela 15. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por classificação ideológica de FHC (%)	97
Tabela 16. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por classificação ideológica de Lula (%)	97
Tabela 17. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por classificação ideológica do PT (%)	98
Tabela 18. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por classificação ideológica do PSDB (%)	99
Tabela 19. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por congruência ideológica (somente entre pessoas com preferência pelo PT) (%)	101

Tabela 20. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por coerência eleitoral (%)	102
Tabela 21. Sentimento em relação ao PT por votação presidencial controlada por índice de capacidade de responsabilização eleitoral (%)	103
Tabela 22. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por generalização dos políticos quanto à corrupção (%)	105
Tabela 23. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por opinião sobre a democracia (%)	108
Tabela 24. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por democracia como melhor forma de governo (%)	108
Tabela 25. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por faz diferença quem governa o Brasil (%)	112
Tabela 26. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por eleições presidenciais ajudam a melhorar a vida da população (%)	112
Tabela 27. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por percepção sobre a influência do voto (%)	114
Tabela 28. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por votaria se o voto não fosse obrigatório (%)	115
 Lista de gráficos	
Gráfico 1. Grau de Informação Política.	64

Gráfico 2. Grau de Acompanhamento da Política.	68
Gráfico 3. Índice de informação política.	70
Gráfico 4. Índice de capacidade de responsabilização eleitoral.	73

Sumário

INTRODUÇÃO	10
Objetivos	16
Hipóteses	17
Metodologia	18
Estrutura da Dissertação	20
CAPÍTULO 1 – REVISÃO TEÓRICA	21
1.1 Responsabilização eleitoral e responsividade	21
1.2 Modelos de democracia e clareza de responsabilidade	30
1.2.1 O Brasil situado no mapa bidimensional da democracia	41
1.3 Responsabilização eleitoral e informação política no Brasil	44
1.4 O conceito de legitimidade democrática e sua mensurabilidade	52
1.5 Legitimidade democrática no Brasil	58
CAPÍTULO 2 – A VARIAÇÃO DA INFORMAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	62
2.1 Os eleitores brasileiros são informados politicamente?	62
2.2 Quem são os eleitores com maior capacidade de responsabilização eleitoral?	75
2.3 Considerações finais	89
CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIZAÇÃO ELEITORAL E QUALIDADE DEMOCRÁTICA	92
3.1 Capacidade de responsabilização eleitoral faz diferença?	92
3.2 Capacidade de responsabilização eleitoral e legitimidade da democracia	106
3.3 Considerações finais	116
4 – CONCLUSÃO	119
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
Apêndice	129
Anexo	130

Maurício Michel Rebello

A CAPACIDADE DE PREMIAR OU PUNIR:
responsabilização eleitoral, responsividade e legitimidade do
regime democrático no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação de Ciência Política da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para obtenção do título de mestre.

Banca Examinadora

Orientadora Prof^a. Dr^a. Mercedes Maria Loguercio Cánepa – PPG Ciência
Política UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Marengo dos Santos – PPG Ciência Política UFRGS

Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome – PPG Ciência Política UFRGS

Prof^a. Dr^a. Márcia Ribeiro Dias – PPG Ciências Sociais PUCRS

Porto Alegre 2009

Introdução

O aperfeiçoamento da qualidade da representação política nas democracias contemporâneas ainda está em desenvolvimento. Um dos eixos sob qual opera a noção de representação é a maneira pelo qual a responsividade é adquirida. A aproximação da preferência cidadã em relação às decisões políticas tomadas, núcleo da idéia de responsividade, tem se mostrado como um desafio à ciência política contemporânea.

Ainda que grande parte dos estudos já não discuta se a poliarquia é a melhor forma de sistema para atingir a responsividade, a agenda atual da ciência política inclui trabalhos que estão preocupados em analisar como a representação política se efetiva atualmente nos países democráticos. Ao que tudo indica, a discussão sobre as capacidades dos regimes democráticos versus regimes fechados parece ter sido ultrapassada por uma agenda que objetive desvendar se os sistemas democráticos existentes são capazes de garantir a chamada qualidade democrática.

A qualidade democrática não pode ser apenas pensada como a efetividade de políticas públicas adotadas por diferentes governos nas poliarquias, mas a maneira através os quais os cidadãos selecionam os seus governantes (Levine e Molina, 2007). Recrutar “bons” políticos é essencial para a manutenção da qualidade institucional da democracia. Afinal, se as instituições políticas estão permeadas de agentes públicos de baixa qualidade, é provável que este sistema político venha a ter problemas de representação.

Se o processo de representação de uma democracia apresenta acentuados limites, não só a qualidade democrática pode estar sendo prejudicada, mas o patamar mínimo sobre o qual ela opera: a legitimidade do sistema político. Quando a representação política é percebida como ineficaz ou ineficiente poderá começar a existir um processo de contestação do sistema político.

Existem inúmeros temas que poderíamos abordar ao discutir a qualidade de um regime, todavia, nesta dissertação, focaremos a representação e a responsabilização política. Afinal, como selecionar candidatos a cargos eletivos que correspondam às expectativas da população? Como controlar as decisões

políticas tomadas pelos representantes, tentando “restringir” atitudes indesejáveis aos olhos dos cidadãos?

Neste estudo o foco não é a elite política eleita, mas aqueles que os elegeram. Acreditamos que boa parte das respostas das perguntas arroladas acima se encontra nos eleitores. A capacidade de selecionar os candidatos é imprescindível para a qualidade da representação. São os eleitores que selecionam os eleitos, se a qualidade dos agentes públicos é duvidosa, é razoável refletir se os mandantes estão capacitados para depositar seu voto.

Se existe a expectativa de que a democracia dependa da boa representação política, precisamos discernir certas dimensões inerentes a toda e qualquer representação. Quando um político é eleito pelo voto ele deve, obrigatoriamente, prestar contas de sua atuação para que o eleitor possa saber se ele é um “bom” político, ou, pelo menos, se ele deve permanecer na vida pública. Esta noção é entendida como *accountability* eleitoral (ou responsabilização eleitoral), que é a capacidade de premiar ou punir políticos que exerçam mandato.

A noção de *accountability* está presente na agenda de estudos sobre democracia através de vários autores (Mainwaring, 2003; Powell, 2000; Melo, 2007; Manin; Przeworski; Stokes; 2006; Rennó, 2006; Marengo, no prelo). O conceito de *accountability* tem sido buscado por vários estudiosos e, em certa medida, tornou-se “dimensão privilegiada sobre a boa governança” (Melo, 2007). Devido a um maior número de estudos sobre responsabilização, há certa elasticidade conceitual no uso do conceito.

Na verdade, a palavra *accountability*, de origem inglesa, significa responsabilidade da qual se deve prestar contas. Em função de sua elasticidade, esta palavra está presente em inúmeros títulos de livros, dos quais nem sempre pertencem ao campo da ciência política¹. Embora a tradução literal desta palavra não exista, muitos autores falam em responsabilização como a expressão mais próxima possível para o idioma português. Destarte, neste trabalho também adotamos a palavra responsabilização como sinônimo de *accountability*.

¹ A palavra é muito utilizada na área de administração de empresas.

Neste estudo, nos preocupamos com aquilo que Guillermo O'Donnell (1992) cunhou como *accountability* vertical. Todavia, não utilizaremos a palavra vertical, mas sim a palavra eleitoral, proposta por Mainwaring (2003 apud Hirano, 2006).

O entendimento de responsabilização eleitoral é: “no final do ciclo governamental, eleitores julgam retrospectivamente o desempenho de seus representantes, no Legislativo ou em postos governamentais, recompensando ou punindo-os por meio de seu voto” (Marenco, no prelo). A eficácia deste instrumento estaria justamente na antecipação dos representantes sobre a preferência do eleitorado, desta forma, os políticos seriam estimulados a não cometer atos prejudiciais ao interesse da população já que poderiam ser punidos em uma nova eleição, tornando-se, assim, uma maneira de controlar os representantes.

Para que o eleitor possa exercer a responsabilização eleitoral devem existir informações disponíveis que lhe permita fazer uma avaliação retrospectiva adequada. A informação política é elemento condicional para o exercício da responsabilização eleitoral (Rennó, 2004). Em todas as democracias do mundo, é nítida a falta de informação do eleitor mediano (Manin; Przeworski; Stokes, 2006). No Brasil, este tipo de situação não é diferente.

Se a informação é condição necessária para o exercício da responsabilização, alguns estudos parecem indicar problemas para o caso brasileiro. Para Alberto Almeida (2006), a existência de uma forte amnésia eleitoral não permite a avaliação dos políticos de forma eficaz. Para o autor, haveria a necessidade de alguma reforma política que melhorasse o grau de informação política. Em estudo semelhante, Lúcio Rennó (2006) lança a hipótese de que o sistema eleitoral para o Legislativo brasileiro é altamente complexo, assim, haveria uma sobrecarga de informação disponível, o que poderia ocasionar a própria perda de informação política. Apesar de algum otimismo quanto à capacidade de informação adquirida pelos eleitores, Rennó propõe algumas mudanças que limitassem o número de candidatos, e com isso, diminuir os custos de informação para o eleitor.

Para André Marenco (no prelo) apesar do Brasil mostrar tendências de aumento da participação eleitoral, estabilização partidária do voto e crescente

nacionalização das organizações partidárias, o voto retrospectivo no Legislativo não seria elemento estruturador na escolha dos eleitores.

Sob condições de escolha, identificadas por Rennó como contextos eleitorais complexos, e marcados por multipartidarismo, governos de coalizão, superposição de diferentes regras eleitorais, restrições constitucionais às prerrogativas do Poder Legislativo, padrões de escolha configurados no voto para cadeiras legislativas podem aproximar-se de modelos do tipo mandato, indicando preferências sobre políticas e prioridades de gasto público, diminuindo o recurso a avaliações retrospectivas, baseadas no julgamento da eficácia de políticas governamentais pretérias. (Marenco, no prelo).

Igualmente aos autores acima, Kinzo (2005) averigua que grande parte dos eleitores não possui um grande grau de conhecimento sobre os partidos políticos brasileiros. Seria grande o número de cidadãos que não saberiam questões básicas da política brasileira. Por outro lado, existem eleitores que se interessam mais sobre assuntos políticos e conseqüentemente acumulam maior informação.

Cidadãos mais informados possuem algumas características diferenciadas. Em artigo realizado por Rennó (2007), ele identifica que os ricos, brancos e homens são aqueles que possuem maior acesso à informação. Aliado a isso, alguns ambientes poderiam ser lugares que possibilitassem maior acúmulo informacional. Entre eles, o ambiente ou contexto eleitoral e a participação nas organizações da sociedade civil.

A ligação entre o conceito de responsabilização eleitoral e informação política parece ser clara no campo teórico, mas em relação ao campo metodológico existem algumas dificuldades importantes. Afinal, como medir uma avaliação retrospectiva? Como medir um julgamento dos representantes sobre seus representados?

Alguns estudos têm sido bastante inovadores na busca de uma aproximação do conceito com indicadores empíricos. Em uma aproximação um tanto quanto duvidosa Boix, Adserá e Payne (2003) utilizam a livre circulação diária de jornais por pessoa para aproximar-se da *accountability*. Estes autores partem do pressuposto de que quanto maior for a informação sobre os agentes públicos, maior é a possibilidade de controle sobre os *incumbents*.

Em outro estudo que tenta aproximar a idéia de responsabilização eleitoral com um indicador empírico, Marenco (no prelo) avalia o quanto o

juízo retrospectivo do Executivo contribui para uma avaliação retrospectiva no Legislativo, o chamado *coattail effect*. Desta forma, estudando o caso brasileiro, o autor primeiramente isola 349 deputados federais, eleitos em 2002 e que se candidataram à reeleição em 2006. Feito isso, examina-se a votação de Lula no primeiro turno, em 2006, nas unidades da federação para saber se o sinal foi positivo, ou negativo, ou seja, se Lula aumentou ou diminuiu sua votação em relação ao primeiro turno da eleição de 2002. Após fazer a separação de partidos que integravam a base governista, foi analisado o quanto a votação de Lula contaminou a direção do voto proporcional destes candidatos da base governista do primeiro governo Lula.

Rennó (2004; 2006; 2007), por sua vez, utiliza o nível de conhecimento dos cidadãos sobre informações a respeito de deputados federais como aproximação de uma avaliação retrospectiva, ou *accountability*. Da mesma forma como Rennó, assumimos que embora a responsabilização eleitoral e informação política não sejam a mesma coisa, elas estão intimamente relacionadas, em função da dependência da responsabilização eleitoral em relação à informação política.

Aproveitando a experiência dos trabalhos acima, acreditamos que embora seja muito difícil medir diretamente o grau de responsabilização eleitoral presente no eleitorado, isto não inviabiliza o desenvolvimento de estudos que envolvam o conceito e que pretendam abordá-lo empiricamente. Acreditamos, então, que poderemos mensurar a capacidade de responsabilização eleitoral através da informação. Partindo do mesmo pressuposto de outros trabalhos, assumimos que não há avaliação retrospectiva sem informação, assim sendo, informação será nosso indicador para investigarmos o conceito de *electoral accountability* de forma aproximada.

Um outro elemento condicionante, relativo à informação, para existir uma avaliação retrospectiva adequada é a clareza de responsabilidade, onde o eleitor pudesse apontar quem foi o responsável pela implementação de determinada política pública. Entretanto, esta clareza de responsabilidade não seria igual em todas as democracias. Argumenta-se que democracias majoritárias, com menor número de agentes de veto, e conseqüentemente uma informação mais nítida de quem efetuou determinada ação pública, teriam uma maior facilidade em promover *accountability* (Powell, 2000).

Por outro lado, embora se reconheça a importância da responsabilização enquanto instrumento para a qualidade democrática, poderíamos ter uma espécie de redução da discussão sobre boa governança se ficarmos limitados apenas a *accountability*. Para Marcus Melo (2007) haveria um viés normativo, não explicitado, ao tomar a responsabilização como elemento central sobre qualidade democrática. Na verdade, haveria distintos valores normativos entre os dois modelos democráticos descritos pela literatura: o consensual e o majoritário (Lijphart, 2003).

Neste sentido, argumenta-se que enquanto no modelo majoritário o valor normativo a ser maximizado seria o da responsabilização eleitoral, em modelos consensuais os valores normativos a serem maximizados seriam o da congruência representacional e também a representação autorizativa (Powell, 2000; Melo, 2007). Desse modo, não poderíamos “exagerar” na importância do conceito de *accountability* em democracias de arranjo institucional próximo do modelo consensual. Deveríamos respeitar os respectivos valores normativos derivados dos desenhos institucionais que, por sua vez, formaram-se a partir da configuração social dos países. Caso não adotássemos esta atitude, incorreríamos no risco de relegar a segundo plano elementos como a legitimidade do regime político.

O Brasil tem sido associado como um país de inúmeros agentes de veto (Ames, 2003). Se tomarmos o número de partidos efetivos na Câmara dos Deputados, o Brasil é um dos países com maior fragmentação partidária no mundo. Além disso, muitos dos elementos associados às democracias consensuais estão presentes no país, tais como: sistema proporcional de voto, governos de coalizão, bicameralismo e federalismo. Destarte, podemos nos perguntar se a legitimidade de nossa democracia estaria somente nos valores normativos referentes ao modelo consensual de democracia (Melo, 2007), ou se ao contrário, a legitimidade também dependeria, em alguma medida, do grau de *accountability*. Seria interessante, portanto, investigar se um maior grau de responsabilização eleitoral estivesse ligado a uma maior legitimidade da democracia brasileira.

Supondo que os eleitores não soubessem discernir, nem acompanhar os agentes públicos em suas atribuições, é correto deduzir que eles não teriam capacidade de responsabilização eleitoral, em função de sua inutilidade

enquanto instrumento, uma vez que eles ficariam impossibilitados de premiar ou punir os agentes públicos eleitos. Além disso, ao não discernir um político, os eleitores poderiam começar a pensar que a reflexão sobre quem é um “bom” político é indiferente, afinal, para eles todos os candidatos a cargos eletivos seriam iguais. Assim sendo, haveria uma generalização de todos os agentes públicos, estando em uma dimensão única: “mundo da política”.

Se for factível supor que exista esta generalização, podemos nos indagar se ela não poderia prejudicar a percepção de legitimidade da democracia enquanto regime. Embora seja uma dimensão polêmica por sua definição conceitual, a legitimidade passa pelo entendimento do submetimento do cidadão às instituições e as autoridades políticas.

Em suma, no contexto da democracia brasileira, na qual se discute o quanto os agentes públicos eleitos realmente levam em consideração a opinião do eleitorado, a responsabilização eleitoral, entendida como a capacidade de acompanhar e discernir as ações dos representantes, pode ser um instrumento que contribua para melhorar a qualidade da representação política. Para que isso ocorra, deve haver informações políticas necessárias para realizar uma avaliação retrospectiva adequada.

Objetivos

- Problematizar, sob uma perspectiva teórica, se a responsabilização eleitoral é uma dimensão relevante para o modelo de democracia brasileira.
- Avaliar o grau de informação política do eleitor brasileiro e o grau que o mesmo acompanha os acontecimentos políticos (exposição aos meios de comunicação) e verificar se há diferenças de comportamento político entre eleitores mais informados e menos informados.
- Averiguar a existência de alguns elementos que poderiam aumentar a capacidade de responsabilização eleitoral.
- Examinar a existência de relação entre a capacidade de responsabilização eleitoral e o grau de legitimidade que é dado ao regime democrático.

Hipóteses

Nossa primeira hipótese atenta para algo já percebido pela literatura: a diferenciação de comportamento entre eleitores em função da informação. Esta dissertação não irá se deter sobre os motivos pelo qual se vota em candidato A ou B. Nosso objetivo é saber se o comportamento eleitoral e político dos entrevistados apresentam formas diferenciadas quando analisamos o grau de informação política e de acompanhamento da política. A união da informação política com o grau de exposição aos meios de difusão informacional irá formar o que denominamos como capacidade de responsabilização eleitoral.

Acreditamos que eleitores com posse de um grau maior de informações conseguem votar mais coerentemente e congruentemente com seus interesses políticos. Além disso, o voto dos eleitores mais informados politicamente pode ser considerado, até certo ponto, mais sofisticado. Assim, a hipótese: *quanto maior for a capacidade de responsabilização eleitoral, maior é a probabilidade dos eleitores se comportarem de forma mais coerente e congruente com seu posicionamento político e ideológico, além disso, estes eleitores possuem maior conhecimento de determinadas instituições políticas e, em conseqüência, podem votar de maneira mais sofisticada.*

Nossa segunda hipótese relaciona nossa variável principal (capacidade de responsabilização eleitoral) com a percepção em relação à democracia e a eficácia política objetiva e subjetiva. Da mesma forma que estudos culturalistas, argumentamos a importância do sentimento das pessoas em relação ao regime. Assim, caso as pessoas não percebam a democracia como sendo o sistema mais legítimo, a qualidade democrática pode estar sendo prejudicada. Nossa dissertação não objetiva levar esta discussão a um ponto mais distante, onde a ausência de uma cultura política específica pode erodir a poliarquia.

Partindo da idéia de que pessoas com baixa informação política não discriminam, ou, dito de outra forma, generalizam os agentes políticos de forma mais acentuada, nos perguntamos até que ponto isto não pode erodir a legitimidade do sistema político. Assim sendo, a hipótese: *quanto maior for a capacidade de responsabilização eleitoral entre as pessoas, maior a probabilidade de elas aceitarem o regime democrático como sendo legítimo.*

Metodologia

Nosso trabalho desenvolverá nossas hipóteses e nossos argumentos através de várias tabelas e alguns gráficos. Trabalharemos com dados provenientes de um survey, realizado entre outubro a dezembro de 2002, chamado estudo eleitoral brasileiro (ESEB). O ESEB² é um survey pós-eleitoral que realizou 2.513 entrevistas domiciliares com eleitores em todo o Brasil. O objetivo da pesquisa foi investigar várias temáticas, entre elas: avaliação das instituições, informação política, exposição à mídia, participação política não-eleitoral, associativismo, interesse por política, legitimidade, clientelismo, personalismo, autoritarismo, corrupção, conservadorismo, liberalismo e relação entre espaço público e privado.

A amostra nacional de 2.513 entrevistas domiciliares é probabilística e representativa da população brasileira adulta (a partir de 16 anos). O desenho amostral seguiu três estágios de seleção: município (sorteados segundo a divisão político-administrativa das regiões do Brasil), setor censitário e domicílio. Os dados permitem desagregação até o nível regional em 4 estratos: 1) Norte e Centro-Oeste (agregados para garantir precisão nas inferências devido ao baixo número de entrevistas); 2) Sul; 3) Sudeste; 4) e Nordeste; O plano amostral também possibilita dividir as observações em Capital e não Capital.

Este survey foi coordenado por Rachel Meneguello e Fernando Antônio Lourenço (CESOP e IFCH/UNICAMP), Alberto Almeida e Zairo Cheibub (FGV - Opinião) e tem uma margem de erro de 3% e um intervalo de confiança de 95%. O banco de dados possui uma série de variáveis, elaboradas a partir de um questionário com centenas de perguntas. Este survey possibilitou um conjunto de estudos dentro da ciência política brasileira, sendo utilizado por diversos autores (Carreirão, 2007; Bohn, 2007; Baquero, 2007; Martins Júnior; Dantas, 2004; Kerbauy, 2004; Samuels, 2004).

Houve, ainda, uma nova onda do ESEB, em 2006. Pensamos, inicialmente, utilizar este segundo survey, todavia, esta nova onda reduziu bastante o número de questões, o que eliminou boa parte das variáveis que

² Disponível no Consórcio de Informações Sociais em <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>.

interessavam para este estudo. Além disso, o ESEB 2006 diminuiu drasticamente o número de pessoas entrevistadas, impossibilitando maiores inferências para a população brasileira. Em função disso, nos restringimos aos dados do ESEB 2002, por constituir uma alternativa mais apropriada para o nosso trabalho.

Como este trabalho tem o intuito de realizar inferências sobre o eleitorado brasileiro, este survey parece ser o instrumento mais adequado. A possibilidade de técnicas quantitativas permite uma maior possibilidade de generalização quanto ao eleitorado brasileiro que é o objeto desta pesquisa. Assim sendo, ao se utilizar um survey como o ESEB, pretende-se resgatar algumas dimensões presentes nos eleitores, fazendo com que eles emitam uma opinião que possibilite a compreensão do comportamento, da atitude e do sentimento deles em relação à democracia e aspectos ligados a ela.

A eleição de 2002 trouxe um contexto político bastante específico, no qual pela primeira vez na história política brasileira um presidenciável de um partido de esquerda chega ao poder. Sendo assim, a eleição de Lula, em 2002, poderia contribuir para incentivar respostas diferentes do que se a pesquisa tivesse sido aplicada em outro ano. A variação de respostas de entrevistados em um questionário pode alterar-se em qualquer pesquisa que capte algumas perguntas sensíveis à opinião pública. Caso perguntássemos a avaliação do Congresso logo após o escândalo do “mensalão”, por exemplo, é provável que tenhamos um número expressivo de pessoas que avaliem a instituição negativamente. Neste sentido, algumas questões do ESEB 2002 devem ser vistas a luz dos acontecimentos da época.

Ainda que esta variação de respostas possa ter sido contaminada pelo ambiente eleitoral de 2002, a maioria de nossas variáveis não objetiva analisar a distribuição de frequências das respostas, mas a relação entre variáveis. Desta forma, não há como afirmar peremptoriamente se a relação entre variáveis se manteria de forma inalterada em outro contexto político, como na reeleição de Lula, em 2006.

Na análise dos dados, utilizaremos: distribuição de frequências, construção de índices, análises descritivas com base no cruzamento de variáveis e correlações.

A capacidade de responsabilização eleitoral será construída a partir de um teste de informação e mais o grau em que as pessoas estão expostas aos meios de difusão informacional.

Todas as tabelas e gráficos deste trabalho derivaram dos dados do ESEB 2002, porém, elas foram elaboradas pelo autor. A versão que está em anexo é a que foi aplicada no Rio de Janeiro, as perguntas referentes aos atores políticos foram sempre adaptadas conforme a unidade da federação. Devo destacar que a utilização da técnica quantitativa, e especificamente a análise de survey, possibilitou um aprendizado único para a evolução acadêmica do autor.

Estrutura da dissertação

Nosso trabalho está estruturado em quatro partes. Primeiramente realizaremos uma revisão teórica, examinando a utilização do conceito de *electoral accountability* ou responsabilização eleitoral no campo da ciência política. Além disso, discutiremos como o conceito é abordado pela literatura quando circunscrito na discussão sobre arranjos institucionais. No final do primeiro capítulo ainda mostraremos como a literatura brasileira tem tratado o tema de informação política entre o eleitorado brasileiro.

Em nosso segundo capítulo, analisaremos o grau de informação política do eleitor e o grau em que ele acompanha a política. A partir disso, iremos construir nossos índices. Feito isso, iremos analisar quem são os eleitores com maior informação política através do cruzamento com dados sócio-demográficos, de participação política, de preferência partidária e de ideologia.

Em nosso último capítulo, iremos testar nossas duas hipóteses. Veremos se maior capacidade de responsabilização entre os eleitores permite que eles tenham um comportamento mais coerente e congruente com seu interesse político. Depois, veremos se existe associação entre capacidade de responsabilização eleitoral e perceber o sistema político como sendo legítimo. Por fim, concluímos o trabalho.

Capítulo 1 – Revisão teórica

1.1 Responsabilização eleitoral e responsividade

A principal alegação sobre o status democrático de um regime são as eleições livres e competitivas. A democracia liberal está centrada na possibilidade dos cidadãos de uma nação escolherem seus representantes por meio do voto. O sufrágio seria capaz de permitir a canalização dos interesses do representados através da escolha de líderes políticos que procurassem seguir a preferência eleitoral em relação à implementação de políticas públicas.

A representação do interesse dos mandantes não é um processo acabado nas poliarquias contemporâneas, pelo contrário, há inúmeros aspectos sobre a representação política que põem em dúvida a capacidade dos mandatários executarem a preferência dos eleitores. Ao elegerem um político, os cidadãos não possuem uma garantia efetiva de ter suas vontades³ executadas. Não há nenhuma obrigação judicial impositiva no qual o eleito deva submeter-se às preferências de quem o elegeu.

Na verdade, há uma impossibilidade prática de execução de todas as vontades dos eleitores. A vontade sobre determinada política pública é muito diferente entre os eleitores de um mesmo representante. A representação, então, credita uma independência do representante frente à vontade dos representados. Nesse sentido, alguns autores, como Hannah Pitkin, entendem que o representante deve, através de seu juízo, agir para atender o interesse do representado (Hirano, 2006).

Entretanto, uma demasiada independência do representante pode instaurar um processo de descrença na representação. Em virtude disso, concepções de representação entendem que o eleito deve responder ao interesse dos eleitores. Esta resposta corresponde ao conceito de responsividade (*responsiveness*) que seria “à disposição dos governos de

³ Vontade, segundo uma concepção de representação de Hannah Pitkin, diverge da idéia de interesse. Isto porque o interesse é algo maior, mais próximo do bem comum, que seria, segundo o mandatário, o melhor para o mandante. Vontade ou desejo corresponde a um entendimento impetuoso do eleitor, alguma política pública imediata que a curto prazo poderia ter efeitos positivos, mas a longo prazo poderia ter efeitos negativos, como, por exemplo, um rápido crescimento econômico às expensas do meio ambiente (Hirano, 2006).

adotarem as políticas preferidas por seus governados” (Miguel, 2005: 28). Este conceito deveria ser, na verdade, um ideal a ser perseguido pelas democracias. Poderia ser um limite teórico, se tomado como sistema hipotético, e os mais próximos deste ideal poderiam ser considerados democráticos (Dahl, 1997).

Esta responsividade, no entanto, é impossível sem algum tipo de controle das ações dos agentes públicos. Parafraseando Madison: “os homens não são anjos”. Podemos perceber que ao longo do mandato é possível, se não provável, que os mandatários se desviem da responsividade. Isto poderia ocorrer por alguns motivos como, por exemplo, as mudanças de cenários econômicos (Manin; Przeworski; Stokes, 2006), nas quais as políticas públicas previstas em um momento eleitoral devem ser retiradas de pauta em função de uma crise.

Além disso, há a possibilidade de existência de comportamento *rent-seeking* por parte dos mandatários. Esta é a idéia da busca de algo que seja danoso ao cidadão (Manin; Przeworski; Stokes, 2006). Este comportamento nem sempre pode ser considerado como corrupção, mas algo que se afaste totalmente do interesse do mandante, como, por exemplo, um reajuste salarial acentuado do representante.

Como, então, desenvolver mecanismos que assegurem alguma restrição no comportamento dos agentes públicos? Um elemento cuja adoção poderia vir a reduzir este hiato entre o político eleito e o eleitor é um sistema proporcional que se espelhasse na composição do eleitorado, numa espécie de miniatura da sociedade. Esta é a idéia de representação descritiva cujo conjunto normativo poderia ser uma forma de redução da distância entre representado e representante (Arato, 2002).

A representação descritiva, no entanto, não elimina o problema da responsividade. Embora possa haver uma aproximação de preferências se o mandatário for etnicamente, socialmente e culturalmente próximo de seu mandante, isto não significa, necessariamente, uma perfeita responsividade. “Não há nada de representatividade pictórica ou descritiva per se que impeça legalmente os representantes escolhidos entre os membros de um grupo de violar os interesses daquele mesmo grupo” (Arato, 2002: 91). Neste sentido, pode haver um desvirtuamento da ação do político, ou até mesmo um

comportamento *rent-seeking*, envolvendo um mandatário descritivamente análogo ao eleitor.

A questão seria, então, como a representação poderia diminuir a liberdade dos políticos eleitos de forma a garantir que seu juízo não se afaste demasiadamente do interesse do cidadão? Será que estaríamos presos a uma concepção de representação na qual haveria a autonomia do representante frente ao representado numa nítida alusão ao mandato livre de Edmund Burke? A resposta poderia ser um outro conjunto normativo entendido como *accountability*. Muitos estudos têm se dedicado a problematizar se a conexão proposta por este conceito não poderia ser elemento que melhorasse a qualidade da representação⁴.

O conceito é extremamente vago e amplo e talvez em função desta amplitude venha a sua atratividade (Schedler, 1999). *Accountability* refere-se, sobretudo, ao dever de prestar contas. A palavra advém de um adjetivo que é a qualidade de ser *accountable*, ou seja, responder por decisões tomadas (Hirano, 2006). Embora o conceito seja muito usado na Ciência Política, existem outras áreas que também o utilizam. Alguns cientistas políticos brasileiros usam o termo responsabilização como sinônimo de *accountability*, assim como utilizamos neste trabalho.

Segundo Andreas Schedler, a responsabilização evoca, duas dimensões: a de responder a alguém a decisões tomadas (*answerability*), inclusive questões desagradáveis, e a de aplicar a lei, em outras palavras, punir desvios de conduta (*enforcement*). Portanto, a palavra já implica em alguma forma de sanção, caso a “entidade” *accountable* se comporte de maneira equivocada. A relação se dá de uma forma que envolve dois elementos:

A responde a B quando A é obrigado a informar a B sobre as ações e decisões de A (passado ou futuro), para justificá-las, e para sofrer punição no caso de conduta inadequada. (Schedler, 1999: 17). (Traduzi⁵).

A responsabilização, assim, necessita de uma punição caso seja detectada alguma conduta não desejada por aquele que recebe a informação.

⁴Arato, 2002; Manin; Przeworski; Stokes, 2006; Lavallo e Castello, 2008; Strom, 1997; Schedler; Diamond; Plattner, 1999; Adserá; Boix; Payne, 2003; Horochovski, 2008; Levine e Molina, 2007.

⁵A partir de agora, quando nos referirmos a “traduzi”: Tradução livre do autor.

Notemos que o conceito “não é clássico, duro e preciso, dado que as referidas dimensões podem estar mais ou menos presentes e em graus variados” (Horochovski, 2008: 3). Destarte, não se trata de saber se existe este mecanismo em algum país, mas em que grau ele se desenvolve.

O uso do conceito *accountability* não ficou restrito somente à referência geral de responder a alguém. O termo também foi acompanhado de outras palavras como: *accountability* política, social, vertical, horizontal, eleitoral e intraestatal. Entretanto, a distinção mais corrente dentro da literatura é entre a dimensão vertical e horizontal.

Um dos primeiros autores a elaborar esta distinção foi Guilherme O'Donnell (1992). A responsabilização vertical era denominada como uma relação entre os cidadãos e os agentes públicos, na qual os primeiros exigiriam a prestação de contas dos últimos (Hirano, 2006). Já a responsabilização horizontal seria a existência de agências do Estado capazes de realizar monitoramento a outras instituições estatais e que tivessem poder para punir agentes estatais que se comportassem de maneira equivocada (O'Donnell, 1999).

As duas dimensões utilizadas podem causar certa confusão ao pressupor uma relação entre iguais (horizontal) ou uma relação entre desiguais (vertical). Todavia, tentar mensurar o grau de poder entre pessoas e instituições é “provavelmente uma missão impossível” (Schedler, 1999: 23). Esta assimetria de poder que poderia ser induzida pelas palavras serão uma das críticas dirigidas a O'Donnell. Para não entrarmos em uma profunda discussão sobre a existência de uma assimetria de poder na palavra verticalidade, até mesmo porque não é esta a intenção de O'Donnell (Hirano, 2006), daremos preferência ao uso da palavra responsabilização eleitoral que foi proposta por Mainwaring (2003, apud Hirano, 2006).

O uso do conceito de responsabilização eleitoral foca somente na relação entre eleitores e eleitos, excluindo o controle de instituições estatais por outros órgãos do Estado (responsabilização intraestatal ou horizontal). O conceito pode ser definido como: “no final do ciclo governamental, eleitores julgam retrospectivamente o desempenho de seus representantes, no Legislativo ou em postos governamentais, recompensando ou punindo-os por meio de seu voto” (Marenco, no prelo). A temporalidade deste conceito é

somente em relação ao passado, referindo-se, sobretudo, à dimensão da punição. O voto, enquanto instrumento de aprovação ou reprovação, só pode ser realizado em um momento posterior à tomada de decisões dos agentes públicos.

O modelo de responsabilização eleitoral, então, é diferente de outro modelo, o de representação por mandato. Neste, o eleitor projeta seu voto prospectivamente. Ao avaliar diferentes propostas políticas em uma eleição, o votante escolhe a alternativa mais próxima de sua preferência. Portanto, em um modelo puro de responsabilização eleitoral o voto tem o propósito de sancionar o representante, já em um modelo puro de mandato os eleitores comparam as promessas e usam o voto para escolher o melhor candidato para eles (Manin; Przeworski; Stokes, 2006).

Não há como saber precisamente qual modelo de voto é utilizado no momento eleitoral pelos eleitores. Ao que tudo indica existe uma combinação dos dois modelos, o eleitor é que coloca em uma balança a informação passada de um *incumbent* e o utiliza como parâmetro para saber a probabilidade do concorrente ser melhor:

Assim, os eleitores que usam seu voto prospectivamente têm boas razões para basear-se na informação retrospectiva. (...) quanto mais incerteza têm os eleitores sobre o resultado de políticas públicas, mais deveriam basear-se em informações sobre o desempenho anterior. Eles podem observar o desempenho anterior do representante e decidir qual é a probabilidade do adversário ser melhor (Manin; Przeworski; Stokes, 2006: 127 e 128).

Quando abarcamos o conceito de responsabilização eleitoral, percebemos que para este instrumento funcionar há a necessidade de oferta ampla de informação. O julgamento do mandatário pressupõe que o mandante tenha informação suficiente para que possa realizar uma avaliação retrospectiva. Na verdade, fontes alternativas de informação são condição necessária para a existência de uma poliarquia (Dahl, 1997).

Informação, desta forma, é elemento indissociável da responsabilização eleitoral. Embora se saiba da impossibilidade prática de uma completa informação a respeito de todas as decisões tomadas, os eleitores necessitam de um mínimo de informações sobre seus representantes para exercer um voto

retrospectivo⁶. Informação passa a ser elemento condicional: “responsabilização não é possível sem informação” (Rennó, 2004: 3) (traduzi).

A qualidade informacional pode ser associada, assim, ao grau ou capacidade da responsabilização eleitoral. Esta capacidade é afetada caso a informação seja excessivamente limitada, destarte, uma das maneiras de nos aproximarmos metodologicamente ao conceito é a quantidade e qualidade de informação disponível aos eleitores para suas respectivas avaliações.

Podemos nos perguntar: como a informação melhora a representação? A resposta que tem sido dada por alguns autores é a maneira pela qual a responsabilização age no comportamento dos representantes⁷. Ela serve como elemento restritivo do afastamento da preferência do eleitor, numa espécie de controle.

Manin tem razão: accountability é uma avaliação retrospectiva, especialmente quando se trata de representantes eleitos que não podem ser forçados a cumprir as promessas e programas enquanto estiverem no cargo, mas que podem ser punidos por seus atos e omissões nas eleições subseqüentes (...) Accountability não confina os mandatos como Pitkin parece indicar, mas limita e restringe o comportamento dos representantes se eles têm interesse em se reeleger (Arato, 2002: 92).

A conexão responsável por limitar comportamentos desviantes da preferência eleitoral seria o da antecipação do representante frente a uma possível punição futura. Percebendo o interesse dos cidadãos, os agentes públicos tomariam decisões que fossem avaliadas positivamente pelos eleitores. Desta maneira, a “única conexão que a lei positiva (ou seja, criando sanções) pode oferecer é *accountability*” (Arato, 2002: 91).

Ainda que possa ser mais forte quando houver possibilidade de reeleição, a responsabilização eleitoral também pode servir para restringir ações de governantes que não possuem possibilidade de recondução ao cargo. A popularidade é central para os políticos; avaliação negativa para presidentes pode limitar a possibilidade de negociações políticas do ator com o Legislativo. De forma contrária, se opor a um presidente com grande

⁶ Posteriormente, abordaremos alguns fatores que poderiam aumentar a qualidade/quantidade informacional.

⁷ Há uma literatura neo-institucionalista baseada na relação entre agente-principal que entende que representação implica em delegação (Strom, 1997). Embora reconhecendo a utilidade metodológica e teórica desta abordagem, não nos basearemos nela ao longo do presente estudo.

popularidade presidencial, por exemplo, pode prejudicar o capital político de um parlamentar (Melo, 2004). O exercício da responsabilização eleitoral, embora seja tratado, por alguns autores, como a punição ou premiação para o mesmo cargo (reeleição), também deve ser considerado onde esta possibilidade não está prevista, pois, um agente público pode quase sempre se recandidatar, desde que não no mesmo cargo.

A informação sobre decisões tomadas, e também sobre o comportamento de agentes públicos em geral, passa a ter caráter central sobre a qualidade de representação. Na verdade, se estivéssemos em um mundo onde as informações fossem totais e perfeitas, não deveria haver comportamento *rent-seeking* por parte dos políticos (Adserá; Boix; Payne, 2003). Neste sentido, podemos notar a importância da qualidade da informação.

O déficit informacional pode reduzir a capacidade da responsabilização eleitoral de agir como limitadora do comportamento dos representantes, em função da impossibilidade de saber se os mesmos “mereceriam” ser reeleitos ou retirados da cena política. Alguns estudos mostram a existência de um grande déficit de informação do eleitor mediano (Santos e Rocha, 2008).

O grande potencial de controle que poderia ser exercido pela responsabilização eleitoral, através da qual seria possível frear não só a ação *rent-seeking*, como também o afastamento das preferências dos cidadãos por parte do representante, seria prejudicado pelo déficit informacional. Outros estudos mostram, ainda, como a informação pode servir como elemento que asseguraria um menor nível de corrupção e má conduta:

O controle político de autoridades públicas depende de dois fatores-chaves. Primeiro, eleições livres e regulares permitem aos cidadãos disciplinar políticos – a crível ameaça de perder o cargo no próximo mandato obriga os agentes políticos a responderem o interesse dos eleitores. Segundo, e igualmente importante, o grau de informação de cidadãos freia as oportunidades dos políticos em se engajarem na corrupção ou mau gerenciamento. (...) a presença de um eleitorado bem informado em uma democracia explica entre metade a dois terços da variância nos níveis de performance governamental e corrupção. (Adserá; Boix; Payne, 2003: 478 e 479). (Traduzi).

As possibilidades quanto a uma má qualidade informacional são muitas. A simples oferta de informações por instituições de confiança não são

suficientes em muitos países. Necessitaríamos de “instituições que forneçam informações independentes sobre o governo aos cidadãos” (Manin; Przeworski; Stokes, 2006). Os próprios mandatários agem para distorcer as decisões tomadas. Muitos agentes públicos retiram a sua própria responsabilidade a alguns temas, creditando um cenário negativo a um adversário político. Isto poder ser notado na alegação da “inevitabilidade de determinadas políticas (herança recebida)” (Horochovski, 2008).

Além de todos os problemas da qualidade informacional, há, ainda, o problema de sua distribuição. A igualdade política formal supõe a idéia republicana de “um homem, um voto”, porém, a informação política para uma decisão eleitoral adequada é altamente desequilibrada entre a população. Quanto mais igualitária e abundante for a distribuição de recursos cognitivos, mais as decisões dos eleitores serão coerentes com sua demanda de políticas públicas, permitindo uma maior qualidade democrática (Levine e Molina, 2007).

Ainda em relação à importância da qualidade informacional sobre os mecanismos da responsabilização eleitoral, notemos que os cidadãos devem possuir uma nítida visão de quem é responsável pelas políticas e pelas decisões tomadas, entendida, na literatura, como clareza de responsabilidade (*clarity of responsibility*) (Powell, 2000). Esta clareza de responsabilidade, na verdade, pode variar em função do desenho institucional, algo que discutiremos mais adiante.

Considerando a responsabilização eleitoral como elemento que restringe o comportamento dos atores públicos, permitindo uma maior proximidade de algo fundamental no processo democrático, a responsividade, entendemos que este instrumento pode melhorar a qualidade democrática de um país. Esta qualidade não se refere, em nosso estudo, a efetividade de implementação de políticas públicas de determinado governo. Ela depende, sobretudo, “do funcionamento dos processos mediante os quais a população seleciona e controla seus governantes, e não na eficácia do governo na solução dos problemas do país” (Levine e Molina, 2007: 19) (traduzi).

A possibilidade de controle dos agentes públicos eleitos através da responsabilização poderia agir de maneira a dar mais sentido, por parte do eleitor, à representação proposta pela poliarquia. Segundo Levine e Molina:

A legitimidade democrática descansa em um pacto tácito entre cidadãos e governantes. Os cidadãos reconhecem mediante sua participação que o governo tem direito a governar e exigir obediência. Os governantes (e líderes) reconhecem que este direito está sujeito ao consentimento dos cidadãos. Dentro deste marco podem estabelecer-se graus distintos de qualidade, de modo que a legitimidade democrática é um piso mínimo sobre qual opera a análise de qualidade da democracia. Vincular qualidade com legitimidade democrática implica centrar a análise sobre os procedimentos estabelecidos para escolher e controlar os governos, e para que os cidadãos influam nas seguintes decisões: as regras do jogo e seu funcionamento real (instituições formais e informais) e os direitos associados a elas. (Levine e Molina, 2007: 19). (Traduzi).

Poderíamos nos perguntar como a responsabilização eleitoral, enquanto instrumento de representação, poderia vir a afetar a legitimidade⁸ do regime democrático. Notemos como a responsabilização eleitoral depende, em larga medida, da qualidade informacional. Com posse de informações necessárias, os eleitores avaliam os representantes e estes “são induzidos a escolher políticas” (Manin; Przeworski; Stokes, 2006: 106). Podemos, então, pressupor que quanto menores forem as possibilidades de os eleitores estarem informados menores são as chances de preocupação das autoridades públicas em antecipar sua preferência, de modo que no momento eleitoral eles possam se apresentarem livres das responsabilidades que, de fato, pertenciam a eles. Ocorrendo tal situação, o elemento restritivo e de controle dos políticos perde sua força. A responsividade enquanto elemento da qualidade democrática seria dirimida.

Outro fator, não menos importante, é que a falta de informação e também de clareza de responsabilidade pode erodir o entendimento de que os agentes políticos não são todos iguais. Suponhamos a seguinte situação: se os eleitores não soubessem discernir, nem acompanhar os agentes públicos em suas atribuições, é correto deduzir que eles não teriam capacidade de responsabilização eleitoral, em função de sua inutilidade enquanto instrumento, uma vez que eles ficariam impossibilitados de premiar ou punir os agentes públicos eleitos. Ao não discernir um político, os eleitores poderiam começar a pensar que a reflexão sobre quem é um “bom” político é indiferente, afinal, para eles todos os candidatos a cargos eletivos seriam iguais.

⁸ A discussão mais detalhada sobre este conceito ocorrerá mais adiante.

Esta possível “generalização” existente impede o sentimento de eficácia da representação através do sufrágio uma vez que não haveria diferença votar em X ou Y. A qualidade democrática sofreria uma retração e conseqüentemente a legitimidade do regime poderia também ser prejudicada. Enfim, tomando a responsabilização eleitoral como elemento de controle sobre as autoridades públicas, induzindo a não se afastarem das preferências da população, e, portanto, reforçando a idéia de responsividade, entendemos que o déficit informacional levaria a erodir a qualidade democrática.

1.2 Modelos de democracia e clareza de responsabilidade

A preocupação com a representação política e a qualidade democrática em alguns estudos na política comparada resguarda um conjunto normativo de valores sobre determinado arranjo institucional. Isto poderia ocasionar problemas interpretativos, uma vez que as democracias não são homogêneas em seus desenhos institucionais e nem em seus ideais normativos respectivos.

Haveria uma espécie de valor normativo não explicitado na política comparada (Melo, 2007). Analistas utilizariam um ideal de determinado modelo para mensurar a qualidade democrática em um país de ideal distinto, ou até antagônico. Existe uma enorme variabilidade de instituições entre as poliarquias, todavia, poderíamos agrupar dois modelos democráticos de forma nítida: o majoritário e o consensual⁹ (Lijphart, 2003).

Estes dois modelos partiriam de pressupostos distintos. Enquanto o modelo majoritário entende que quando o povo divergir em suas preferências a solução seria a execução do interesse da maioria dos cidadãos, o modelo consensual toma como alternativa o prevalectimento do interesse do maior número de pessoas possíveis. Desta discordância em suas essências nasce o caráter diferenciado: enquanto o majoritarismo teria um comportamento de combatividade, exclusão e competição o consociativismo teria um comportamento de negociação, abrangência e concessão (Lijphart, 2003).

Estes diferentes modelos não seriam uma novidade encontrada por Lijphart, outros autores já refletiram sobre o assunto como a “democracia

⁹ Também conhecido como consociativo, consensualista, proporcionalista e regime tipo *power-sharing*.

populista” e “democracia madsoniana” (Dahl, 2003) ou “duas opiniões tão velhas como o mundo e nas quais são perpetuamente feitas para se encontrarem, sobre diferentes formas e nomes, em todas as comunidades livres, uma tendendo limitar, a outra estendendo indefinidamente, o poder do povo” (Tocqueville, 1835 apud Powell, 2000: 3) (traduzi).

Estes ideais distintos seriam traduzidos em diferentes configurações institucionais, onde pudéssemos construir mapas que situassem os países em um continuum entre os dois tipos de democracia. Neste estudo, ficaremos restritos às dimensões propostas por Lijphart (2003), no entanto, outros trabalhos também se propõem a construir tais mapas de configuração institucional (Norris, 2008; Powell, 2000; Anastasia e Nunes, 2006).

Poderíamos perceber a diferença entre os modelos democráticos a partir de duas dimensões. A primeira dimensão seria a de executivo-partidos e teria cinco diferenças (variáveis). 1) A diferença que mais denotaria o caráter antagônico dos desenhos institucionais seria a concentração do Poder Executivo em gabinetes monopartidários de maioria versus distribuição do Poder Executivo em amplas coalizões multipartidárias. “Essa primeira diferença também pode ser vista como a mais típica e importante entre os dois modelos de democracia, porque resume o contraste entre a concentração de poder, por um lado, e a distribuição de poder, por outro” (Lijphart, 2003: 85).

Esta primeira variável depende, em larga medida, do número efetivo de partidos políticos parlamentares, pois quanto maior for o número de partidos políticos, maior será a probabilidade de um governo necessitar construir coalizões. Desta maneira, poderíamos ver quais países se aproximam mais do modelo consensual (mais fragmentado) e quais países se aproximam mais do modelo majoritário (menos fragmentado).

2) Uma segunda variável seria o predomínio do Poder Executivo, típico do majoritarismo, em contraste com o equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo, defendido pelo consociativismo. A partir desta constatação, a dúvida freqüente é saber se há alguma proximidade de um dos dois arranjos institucionais com os sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo. Ainda que assegurem diferenças básicas, não há consenso na literatura de política comparada quanto à proximidade dos modelos de democracia com os sistemas de governo. Os gabinetes presidencialistas “são,

por definição, parcialmente majoritários – minimamente vitoriosos e unipartidários – porém sua separação de poderes contribui para o aspecto consensual do equilíbrio entre Executivo e Legislativo” (Lijphart, 2003: 162).

Segundo parte da literatura, sistemas parlamentaristas seriam mais condizentes com regimes democráticos de tipo *power-sharing*, onde haveria uma separação entre o chefe de Estado e de governo. Além disso, o gabinete responderia ao Legislativo (tendo que manter o voto de confiança) e existiriam maiores incentivos para a cooperação entre os poderes (Norris, 2008). De forma contrária a esta idéia, alguns autores esperariam uma aproximação entre o sistema presidencialista e a democracia consensual:

(...) sob o presidencialismo existem mecanismos que garantem a intervenção dos cidadãos na definição dos ocupantes dos cargos executivos, enquanto no parlamentarismo o primeiro-ministro não é eleito diretamente pelos cidadãos. O importante a salientar, no que se refere a estes diferentes procedimentos, é que no primeiro se constituem duas correntes de *accountability*, enquanto no segundo há apenas uma corrente de *accountability* (...). O primeiro, portanto, faculta maior dispersão de poder do que o segundo, já que pode ensejar, como o tem feito, o fenômeno conhecido por governo dividido, caracterizado pelo fato de o partido ou a coalizão política que dá suporte ao Presidente não controlar a maioria das cadeiras legislativas. (Anastasia e Nunes, 2006: 20).

Neste estudo, não se pretende maiores conclusões sobre qual sistema de governo estaria mais próximo à democracia consociativa. Na verdade, existem inúmeras combinações possíveis no que diz respeito ao equilíbrio ou desequilíbrio entre os poderes. “Nos sistemas parlamentaristas, pode-se observar um certo equilíbrio de poderes entre o gabinete e o parlamento, como acontece na Bélgica, mas também é possível encontrar uma clara predominância do Executivo, como no Reino Unido, Nova Zelândia e Barbados” (Lijphart, 2003: 151). Além do mais, há sistemas conhecidos como semipresidencialistas que não estão inclusos em nenhum dos dois sistemas de governo. Neste sentido, entendemos que a melhor escolha possível é resgatar indicadores sobre a relação de equilíbrio entre Executivo-Legislativo e não tomarmos aprioristicamente a aproximação de sistemas de governo aos dois tipos de democracia.

3) Uma diferença já salientada anteriormente é a fragmentação partidária. Países multipartidários seriam mais próximos de regimes tipo *power-*

sharing em oposição a países bipartidários, mais próximos do ideal majoritário, esta seria a terceira diferença. Uma das possíveis causas para o número de organizações partidárias seriam os sistemas eleitorais. Esta também seria uma variável a ser considerada entre o continuum majoritarismo-consensualismo.

4) O sistema eleitoral típico da democracia majoritária é a eleição de um único candidato pela maioria de votos em um distrito uninominal (*single member district*) seja maioria simples ou absoluta. Já o modelo democrático oposto tem como sistema eleitoral típico a representação proporcional. A magnitude da circunscrição eleitoral também é fator decisivo em fórmulas proporcionais. Neste tipo de fórmula, altas magnitudes facilitam a representação de pequenos partidos, maximizando o ideal de representar o maior número de pessoas possíveis.

5) A última diferença da dimensão executivo-partidos são os sistemas de grupo de interesse, com livre concorrência entre grupos, típicos do arranjo majoritário versus sistemas coordenados e “corporativistas” visando ao compromisso e a concertação, mais próximos do ideal consociativo.

A segunda dimensão da diferenciação entre modelos de democracia é a federal-unitária. Igualmente à primeira, a segunda dimensão também possui cinco diferenças (variáveis). 1) A primeira variável diz respeito ao grau de centralização e unitarismo versus descentralização e federalismo dos países. Países populosos e com sociedades plurais (heterogêneos culturalmente) tendem a ser federais (Lijphart, 2003). O federalismo, enquanto elemento de dispersão de poder, é extremamente importante em nações de clivagens sociais marcadamente fortes.

2) A segunda diferença da dimensão federal-unitária seria a concentração do Poder Legislativo em uma única câmara, como sugere o arranjo majoritário, ou, a divisão da legislatura em duas casas igualmente fortes, porém constituídas de forma diversa, mais próxima do desenho consociativo.

3) A terceira e quarta variáveis referem-se à constitucionalidade das leis. Constituições mais permissivas quanto à alteração de leis são mais condizentes com o ideal majoritário, pelo lado contrário, regimes tipo *power-sharing* dificultam a modificação de leis, pois possuem constituições mais rígidas, onde há uma necessidade de supermaiorias para sofrer emendas. 4) A

outra variável refere-se à presença ou ausência de revisão judicial por uma instituição que não seja o Legislativo.

Se o Parlamento for o juiz da constitucionalidade das suas próprias leis, poderá ficar facilmente tentado a resolver todas as dúvidas a seu próprio favor. O remédio normalmente proposto é dar aos tribunais, ou a um tribunal especial constitucional, o poder de revisão judicial – isto é, o poder de testar a constitucionalidade das leis aprovadas pela legislatura nacional. (Lijphart, 2003: 253 e 254).

5) A última diferença diz respeito ao grau de independência desfrutado pelos bancos centrais. Estes bancos têm desempenhado papel importante na política monetária dos países, como o controle inflacionário. Neste sentido, dar independência a esta instituição proporciona uma divisão de poder, característica da democracia consensual. No entanto, bancos centrais subservientes ao Executivo concentram mais poder e são mais próximos do desenho majoritário.

A união das dez variáveis das duas dimensões propostas por Lijphart permite construir um mapa bidimensional das democracias. Este mapa dispõe os países em diferentes pontos, mostrando como eles se colocam entre o ideal majoritário e o ideal consensual. Esta diferenciação dos países frente aos dois ideais seria responsável por valores normativos distintos nas poliarquias.

Na verdade, os modelos democráticos partiriam de pressupostos distintos. Sob a perspectiva majoritária a concentração de poder é vista como desejável. A eleição é pensada para construir uma maioria, na qual o eleitor poderia punir ou premiar os agentes públicos eleitos (*accountability*). A visão majoritária também é compatível com o modelo de representação por mandato (prospectivo) na qual o eleitor analisa programas partidários e escolhe o candidato mais próximo de sua preferência.

A manutenção da responsabilização eleitoral como elemento de representação depende de uma condição: a clareza de responsabilidade. Os mandantes precisam ter claro quem é o responsável pela implementação de políticas públicas. Esta clareza de responsabilidade seria facilitada com arranjos institucionais de menor dispersão de poder, ideal compatível com o arranjo majoritário.

Parte do apelo do modelo de *accountability* é a sua simplicidade e o limitado conhecimento que é requerido ao eleitorado. Cidadãos não precisam se preocupar sobre a credibilidade de propostas e promessas. Mas há uma coisa que cidadãos precisam saber: quem é responsável pelas decisões tomadas. Eles não podem fazer julgamentos retrospectivos sobre os que estão no poder a menos que seja claro quais desses políticos tomam as decisões. Intimamente ligado a esta idéia está a noção que cidadãos necessitam ter uma oportunidade clara de votar contra os que estão no poder. Uma condição crítica para este modelo, então, é a clareza de responsabilidade, uma clareza relevante em termos eleitorais. (...) Se todos os recursos necessários para as políticas públicas são controlados por um unido, identificável grupo de autoridades eleitas, será fácil para os cidadãos perceberem cuidadosamente que aquelas autoridades são responsáveis pelas políticas feitas. Por outro lado, se os recursos necessários para as políticas públicas estão dispersas dentro do controle de numerosos grupos e indivíduos, os cidadãos não conseguem identificar quem é responsável pelas políticas. (Powell, 2000: 11 e 51). (Traduzi).

A responsividade, elemento indispensável em todas as democracias, seria vista no ideal majoritário como a maximização da *accountability*. Um modo puro de responsabilização só seria possível em arranjos de *Westminster*, em função de sua maior clareza de responsabilidade. A compatibilidade da responsabilização pura ocorreria apenas em arranjos com as seguintes características: sistema parlamentarista, uma única câmara legislativa, centralização de tomada de decisões, prazos eleitorais curtos, financiamento público de campanhas e constituições de fácil modificação pela maioria governista (Arato, 2002). Todavia, a implementação de um modelo puro de *accountability* seria perigosa pela possibilidade de um excessivo grau de concentração de poder, ameaçando a própria existência de oposição.

O regime típico descrito aqui como aquele de *accountability* política pura é talvez o tipo de regime democrático mais poderoso que se possa imaginar. Os mesmos fatores que tornam suas ações identificáveis e designáveis sem ambigüidade, e portanto suscetíveis de sofrer uma avaliação posterior, são aqueles que tornam o governo neste regime tão unificado, poderoso e capaz de ações decisivas e até mesmo unilaterais. (...) Mas este tipo de governo também pode usar seu poder para reforçar a administração e tornar inviáveis as atividades das oposições, especialmente as extraparlamentares. (...) *Accountability* política é um princípio importante que pode ajudar a dar sentido à noção de soberania popular num regime de democracia representativa. Mas, se considerarmos como único princípio importante, colocamos em risco a própria *accountability*. (Arato, 2002: 99 e 103).

Testando empiricamente a percepção nos quais os países com desenhos institucionais próximos do majoritarismo teriam maior clareza de responsabilidade, Powell (2000) confirma tal hipótese. Através do mapa bidimensional democrático o autor demonstra “que constituições majoritárias terão maior sucesso em estabelecer condições para *accountability* e mandatos do que seus equivalentes proporcionais” (Powell, 2000: 86) (traduzi).

De forma diversa do modelo majoritário, democracias consociativas criam expectativas distintas em relação às eleições. Estes sistemas tentam limitar maiorias, provocando dispersão de poder. A essência de sua visão, ou sua responsividade, atenta em trazer para a arena decisória agentes públicos que representem todas as forças sociais. Após serem eleitos, os representantes realizariam relações de barganha entre si para chegar ao interesse do representado. O mandante concede uma autorização ao mandatário para agir em seu nome.

A maximização proposta pelas eleições não considerariam a responsabilização como elemento central, mas sim a representação autorizativa. Esta noção guarda similaridade com a representação descritiva na qual o intuito é incluir grupos distintos na tomada de decisões.

No ideal proporcionalista, a representação e as eleições são concebidas de forma marcadamente distintas. A dispersão de autoridade política é vista como condição para a representação efetiva de interesses variados. O objetivo básico é aumentar a influência dos cidadãos sobre os governos. Porque o poder é fragmentado, a representação assume a forma de representação autorizada como veículo para a expressão dos interesses do eleitorado no processo de governo. De forma diversa do ideal majoritário, o eleitorado não premia ou pune ocupantes de cargos públicos por seu desempenho. Pelo contrário, eles são eleitos na expectativa de agir no melhor interesse de parcelas do eleitorado, não sendo responsabilizados pelos resultados que produziram como governo, mas pela capacidade de influenciar os governos, mesmo estando fora deles. Os representantes são delegados ou agentes dos cidadãos, os quais acreditam que aqueles agiriam como eles próprios. (Melo, 2007: 18).

As eleições nestas visões democráticas distintas são concebidas de forma diferente. Arranjos majoritários projetam suas regras eleitorais para construir uma maioria identificável que assegure uma clareza de responsabilidade, como pressupõe a responsabilização eleitoral. De forma

contrária, os desenhos proporcionais incentivam não à responsividade por uma maioria, mas a representação do maior número de pessoas possíveis.

A preocupação com a proporcionalidade na conversão de votos em assentos legislativos é central em arranjos consociativos. Já em desenhos majoritários, a proporcionalidade não é concebida como forma de garantir uma melhor representação. É fato que fórmulas eleitorais do tipo “o vencedor leva tudo” (*first past the post*) são mais desproporcionais do que sistemas eleitorais de arranjos consensuais. A palavra sistema eleitoral “proporcional” não é mera coincidência, a descrição da palavra denota seu objetivo. As fórmulas de desenhos majoritários, embora não objetivem a desproporcionalidade, relegam esta questão a segundo plano, o foco central é reduzir a diversidade de preferência dos eleitores, permitindo uma maioria legislativa que possa ser identificada como aquela responsável pelas decisões tomadas. “O ponto das eleições nesta visão é admitir que eleitores escolham decisivamente o governo, levando presumivelmente à responsividade e *accountability*”. (Powell e Vanberg, 2000: 384) (traduzi).

Portanto, para parte da literatura, não haveria sentido ficarmos restritos à responsabilização para avaliarmos o grau de qualidade democrática de uma nação se as poliarquias possuem valores normativos diferenciados. Estudos relativos à capacidade de responsabilização eleitoral seriam mais condizentes de ser analisados em seu ideal respectivo, o ideal majoritário.

Arranjos consociativos ao partir de um entendimento oposto, teriam outros valores a serem maximizados. A chamada congruência representacional seria o valor a ser perseguido. Esta congruência ocorreria sob forma de aproximar a preferência do eleitor mediano com os partidos que representassem tal preferência. Powell, em seu estudo, utiliza a auto-colocação do cidadão numa escala esquerda-direita, através de surveys em diversas democracias, e tenta aproximar estes resultados com os resultados de uma outra escala esquerda-direita, a de partidos políticos de um país¹⁰. Os resultados encontrados sugerem maior congruência representacional em desenhos consensuais. A posição dos partidos governistas em relação ao

¹⁰ Esta escala de organizações partidárias foi construída com base na ideologia dos partidos por meio de apontamentos de especialistas de cada país, distribuindo uma nota de 1 a 10 (1 mais à esquerda e 10 mais à direita) para os partidos com representação no Legislativo.

eleitor mediano seria mais distante nos modelos majoritários. “Apesar das suspeitas dos majoritaristas, barganha pós-eleitoral entre representantes geralmente resulta em governos ligados ao cidadão e ao legislador mediano”. (Powell, 2000: 221) (traduzi). A responsividade, desse modo, seria fomentada mais por modelos consensuais:

Enquanto a responsabilização (voto retrospectivo) e os mandatos são fundamentais para o modelo majoritário, o princípio constitutivo do modelo proporcionalista é da inclusividade do processo de governo. Nele, responsabilização, em sentido restrito, e mandatos não cumprem papel algum – o que está efetivamente em jogo é a congruência representacional entre interesses sociais e exercício do poder político. (...) Na introdução deste artigo, referi-me a esta congruência como um valor democrático crucial que, no entanto, não é considerado de forma adequada pelas concepções majoritárias de responsabilização. A insistência na questão da clareza da responsabilidade como precondição para a existência de governos “responsabilizáveis” leva grande parte da literatura de política comparada a desconsiderá-la como valor normativo importante, e como mecanismo indireto da *accountability*. (Melo, 2007: 19).

Em relação às instituições democráticas dos países, a escolha das mesmas deveria depender da configuração social. Em sociedades marcadamente heterogêneas, a adoção de regimes *power-sharing* seria extremamente recomendável para parte da literatura (Norris, 2008; Lijphart, 2003). Tais arranjos, ao maximizarem a dispersão de poder, incrementariam os custos de responsabilização eleitoral, mas como referido anteriormente, a clareza de responsabilidade não seria algo central para o modelo consociativo.

Os “desenhistas” de instituições deveriam pensar na configuração social a fim de garantir um modelo democrático compatível à sociedade. Se caso esta configuração não for levada em conta, a legitimidade pode ficar enfraquecida e começar a ser contestada. Para parte da literatura, arranjos consensuais são o único modelo possível em algumas sociedades (Melo, 2007). Uma pergunta que fica é se o modelo consensual em alguns países não está sendo suficiente para garantir esta legitimidade.

Se levássemos em conta o pensamento de alguns destes autores discutidos até aqui, a preocupação com a responsabilização eleitoral em algumas poliarquias é, em certo sentido, inócua? Três elementos nos fazem pensar que não. Em primeiro lugar, a literatura não é convincente quando afirma que a noção de responsabilização é central apenas para o arranjo

majoritário. Realmente, desenhos institucionais que prescindem de grandes coalizões governativas e têm menos agentes de veto conduzem a uma maior facilidade de julgamento, por parte dos eleitores, das autoridades políticas. Na verdade, desenhos consociativos possuem em sua essência a dispersão de poder, afetando a clareza de responsabilidade, como mostra a literatura (Powell, 2000; Arato, 2002); todavia, isto não os impede de tomar a responsabilização como instrumento para reduzir a distância entre representante e representado.

O conjunto normativo denominado de *accountability* não é exclusividade de nenhum dos dois tipos democráticos. Entidades políticas devem ser *accountables*, ou, prestar contas de seus atos e isto é fundamental em qualquer poliarquia. No nosso entender, alguns autores ao associarem o modelo consociativo a uma visão de representação distinta do modelo majoritário exageram na minimização da responsabilização eleitoral para certas democracias. Na verdade, eles parecem associar ao modelo consociativo uma noção de representação de mandato livre, nos moldes de uma concepção estritamente Burkeana de representação. Há, ainda, uma nítida alusão à representação descritiva, e, também à representação autorizativa quando, por exemplo: “os representantes são delegados ou agentes dos cidadãos, os quais acreditam que aqueles agiriam como eles próprios” (Melo, 2007: 18). Contudo, como afirmou Arato (2002), não há nada de representação pictória ou descritiva que garanta que o representante agirá no interesse do cidadão. Entendemos que a representação descritiva e autorizativa desempenham papel importante em arranjos consensuais, todavia, isto não impede que a responsabilização eleitoral também tenha caráter central nestas poliarquias.

Ainda em relação a valores normativos e modelos democráticos, notamos uma falta de acuidade destes autores ao considerar o conceito de *accountability*. Como dissemos anteriormente, este conceito pode ser subdividido em vertical e horizontal (O'Donnell, 1992). Alguns autores, ao sugerir uma centralidade maior do conceito em democracias majoritárias, não deixam claro se sua análise exclui a dimensão horizontal, pois, teoricamente, a noção de *accountability* horizontal é mais compatível com o modelo consociativo.

A democracia madsoniana, que construiu a base conceitual dos *checks and balances*, possui ligação com a idéia de responsabilização horizontal, e parece claro que este tipo de democracia está muito mais próximo do ideal consensual. Ou seja, ao falar sobre responsabilização, muitos autores não deixam claro que sua preocupação é com a sua dimensão eleitoral. Powell, por exemplo, atribui um maior poder da oposição no Legislativo em países de arranjos consensuais, desta forma, um importante aspecto da responsabilização horizontal é acionado, a oposição exercendo controle e limitando o papel do governo dentro das instituições estatais.

Em segundo lugar, é fato que fórmulas majoritárias têm enormes problemas, principalmente em distritos uninominais cujo candidato é eleito com maioria simples dos votos (*first past the post; plurality*). Nestes sistemas, muitas vezes um partido recebe um número de assentos muito desproporcional ao número de votos recebidos. O Partido Liberal, na Inglaterra, é constantemente prejudicado pela fórmula de maiorias simples na eleição da Câmara Baixa, por exemplo. Devido a isso, o desafio de países que detêm regras eleitorais proporcionais, que possibilitam um maior número de partidos políticos, e conseqüentemente uma menor clareza de responsabilidade, é tentar encontrar uma fórmula que mantenha o sistema proporcional, mas que implique em menores custos de informação sobre a atividade pública¹¹.

Em terceiro lugar, a maneira pelo qual concebemos (neste trabalho) o conceito de responsabilização, e mais especificamente a responsabilização eleitoral, é sempre no sentido de tomá-la como instrumento que reforça a responsividade, independente do arranjo institucional. O conceito é entendido como elemento que “limita e restringe o comportamento dos representantes” (Arato, 2002: 92). Assim, é contingente a este trabalho que a responsabilização eleitoral seja considerada como instrumento positivo na representação política.

Portanto, levamos em consideração como a clareza de responsabilidade é prejudicada em democracias consensuais, afetando negativamente a nítida informação para o exercício da responsabilização eleitoral. Porém, há outros aspectos que também são importantes e cujo desenho institucional

¹¹ Muitos aspectos poderiam ser discutidos neste sentido, e que, muitas vezes, não estão presentes em estudos de modelos institucionais, tais como: propaganda política, número de candidatos possíveis por vaga, seleção e recrutamento de membros dos partidos, tipo de listas partidárias, entre outros.

consociativo prevê maximizar, como a representação autorizativa (Powell, 2000; Melo, 2007). Por isso, não possuímos um viés normativo majoritário, mas, assumimos que a responsabilização eleitoral é importante em todas as democracias. Estamos, assim, nos aproximando de estudos que entendem a qualidade democrática como dependente da dimensão da responsabilização eleitoral (Levine e Molina, 2007; Arato, 2002).

1.2.1 O Brasil situado no mapa bidimensional da democracia

Nesta parte do trabalho, tentaremos situar o Brasil em um continuum entre majoritarismo-consociativismo utilizando argumentos de outros estudiosos do arranjo institucional brasileiro. Os autores que tratam do caso brasileiro estão longe de um ponto comum sobre a disposição do país no mapa bidimensional democrático. Apesar de variarem em níveis, a literatura costuma se dividir em duas correntes: uma tomando o Brasil como um país extremamente consensual, e outra, que percebe a existência de dispositivos de concentração de poder, afastando a idéia de um país com um modelo consensual puro. Não há, no entanto, autores que coloquem o Brasil como sendo próximo de um arranjo do tipo *Westminster*, mas sim uma forma híbrida entre os dois modelos democráticos.

Dividiremos a análise nas duas dimensões (executivo-partidos e federal-unitária) propostas por Lijphart (2003). Em relação à primeira dimensão, a maioria das cinco diferenças confere um aspecto consensual à democracia brasileira. Um grande elemento é o número efetivo de partidos parlamentares. O Brasil possui, em média, um número efetivo de partidos parlamentares na Câmara dos Deputados de 8,34¹² (LEEX, 2009). Enquanto isso, a média do número efetivo de partidos parlamentares nas câmaras baixas de cento e três países no ano de 2000 é de 3,26 (Norris, 2008). Notamos, assim, como o Brasil apresenta um multipartidarismo acentuado, se aproximando fortemente de um modelo consociativo.

A variável acima possui forte associação com o tipo de sistema eleitoral adotado. No caso brasileiro, com exceção do Senado, todos os cargos

¹² Referentes aos anos de 1990 a 2006.

parlamentares são eleitos através da representação proporcional. As grandes magnitudes observadas nas circunscrições eleitorais brasileiras (Nicolau, 1996) permitem baixos limiares de exclusão, possibilitando uma representação de pequenos partidos, ideal presente no modelo consociativo.

Além disso, o Brasil tem se caracterizado por grandes coalizões no parlamento, sendo a poliarquia brasileira denominada de presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988). Observando as coalizões governistas no Legislativo desde o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, podemos notar a existência de coalizões sobredimensionadas, nas quais há um maior número de partidos do que o necessário para alcançar a maioria das cadeiras no Legislativo, característica do desenho consensual.

Sistemas de grupos de interesse no Brasil também têm sido apontados como visando à negociação ou compromisso, sendo elemento do ideal consociativo. Desta forma, todas as diferenças entre os modelos democráticos na dimensão executivo-partidos vistas até aqui colocariam o Brasil no “topo” do consensualismo. Contudo, a variável que diz respeito ao equilíbrio entre poderes está longe de ser uma unanimidade entre os cientistas políticos brasileiros.

Segundo Vicente Palermo (2000) poderíamos agrupar os estudiosos da ciência política brasileira entre grupos conforme duas dimensões: a governabilidade e a concentração de poder. Entre aqueles que acreditam em uma dispersão de poder na tomada de decisão, muitos atribuem a tal situação a responsabilidade por problemas de governabilidade, haveria um excesso de atores de veto no sistema político. Entre este grupo destacam-se: Mainwaring (2001), Ames (2003) e Kinzo (1997). Outro grupo, examinando as prerrogativas presidenciais, considera que a tomada de decisão se dá de forma centralizada, e aproxima o desenho institucional brasileiro a um aspecto majoritário, o da predominância do Executivo frente ao Legislativo (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2003).

O debate entre a relação de poderes no Brasil é extremamente extenso e dá margem para uma profunda discussão, não sendo nosso objetivo resgatar toda esta literatura. Tomando as cinco variáveis (diferenças) da primeira dimensão, notamos que somente em relação ao equilíbrio entre poderes há uma nítida oposição de visões. Por isso, nesta primeira dimensão, situamos o

Brasil em um país próximo do modelo consensual, em função da maioria dos indicadores apontarem para isso. Todavia, não podemos situar o país em um modelo puro, dada a existência de estudos que apontam o predomínio do Executivo sobre o Legislativo.

Em relação à segunda dimensão (federalismo/unitarismo), também existem fortes indícios de uma aproximação com o desenho consociativo. Alguns autores situam o Brasil como fortemente descentralizado. Nosso federalismo tripartite agiria como fator que restringe maiorias nacionais (*majority-constraining*) (Stepan, 1999 apud Ames, 2003). No entanto, cabe destacar que na Constituição de 1988, além de unidades subnacionais terem acrescido sua participação no bolo tributário, suas prerrogativas também aumentaram. Além disso, há enorme polêmica quanto à tese de um forte poder dos governadores frente ao presidente ou frente aos congressistas (Abrucio, 1998; Carey e Reinhardt, 2003). Podemos, então, perceber que apesar do federalismo brasileiro existir, não é ponto comum na literatura o grau de descentralização de poder entre as unidades da federação. Desta maneira, nesta variável, poderíamos situar o Brasil como um meio termo entre um modelo híbrido e consensual.

A variável referente ao bicameralismo mostra uma forte aproximação do modelo consociativo. O bicameralismo mais forte, segundo Lijphart, deriva de duas câmeras simétricas (proximidade de igualdade de poderes constitucionais) e incongruentes (câmaras com regras eleitorais distintas). Neste aspecto, o Brasil se assemelha a países como Estados Unidos, no qual o Senado desempenha papel importante como ator político.

A próxima variável coloca o Brasil como modelo democrático híbrido. A exigência de supermaiorias para emendar a constituição (característica de desenho consociativo) não é tão grande no Brasil como em outros países. A exigência de 3/5 para realizar uma emenda constitucional é menor se comparada às nações que exigem supermaiorias acima de 2/3. Porém, a exigência de quorum de 3/5 em duas casas legislativas afasta o país de um ideal majoritário.

No Brasil, a constitucionalidade das leis pode ser submetida a uma corte especial. A revisão judicial tem sido apontada como extremamente forte. A utilização do judiciário como canal de contestação de políticas públicas

aproxima o Brasil do ideal consensual. Comparando com a Suprema Corte americana (historicamente vista como potencial agente de veto), o Supremo Tribunal Federal foi ainda mais acionado para julgar leis de cunho federal (Taylor, 2007).

A última variável da dimensão federal-unitária é o grau de independência do Banco Central (BC). Embora o BC brasileiro seja dependente do Executivo, como a nomeação de seu presidente pela presidência da república, há indícios de uma maior autonomia nos últimos anos, principalmente referentes a assuntos monetários. Neste sentido, podemos considerar esta variável como um elemento de hibridismo do desenho institucional brasileiro.

Reunindo as variáveis das duas dimensões, podemos situar a poliarquia brasileira como sendo mais próxima de um arranjo consociativo. Embora reconheçamos a existência de agentes de veto no sistema político, não acreditamos que o modelo democrático brasileiro seja puro. Assim sendo, o Brasil é concebido neste trabalho como estando em um ponto intermediário entre um modelo consensual e um modelo híbrido.

1.3 Responsabilização eleitoral e informação política no Brasil

A preocupação com a dimensão eleitoral da responsabilização tem sido alvo de alguns estudos no Brasil¹³. Nestas pesquisas, verifica-se um déficit informacional muito expressivo entre os cidadãos, diminuindo a capacidade da responsabilização eleitoral como instrumento de representação. Porém, estudos referentes a outros países também incluem a falta de informação do eleitor mediano como fator de inibição para o pleno desenvolvimento de responsabilização eleitoral (Manin; Przeworski; Stokes, 2006; Powell, 2000).

Se a informação é elemento condicional para manter os agentes públicos *accountables* como sugere Rennó (2004), então, há grandes problemas verificados para o caso brasileiro. Uma grande maioria de eleitores não possuiria informações básicas necessárias para fazer uma avaliação de seus representantes. Em um estudo na cidade de Recife, Santos e Rocha (2008) indicam a incapacidade dos eleitores em saber o papel do vereador da

¹³ Almeida (2006), Kinzo (2005), Marengo (no prelo), Nicolau (2002), Rennó (2004; 2006; 2007) e Santos e Rocha (2008).

cidade, o pequeno grau de acompanhamento da política e a falta de lembrança do voto. A amnésia eleitoral tem sido muito associada à perda de capacidade de controle dos *incumbents* (Almeida, 2006; Rennó, 2004; 2006).

Lembrar em quem votou na eleição seria uma das informações básicas para o representado poder punir ou premiar o seu representante. “Quem não lembra em quem votou não pode cobrar, não tem como acompanhar o desempenho de seu representante, não vai saber se ele estará cumprindo as promessas feitas, nem se ele é melhor ou pior do que outros políticos” (Almeida, 2006: 35). Esta amnésia eleitoral seria muito mais acentuada para eleições proporcionais se comparada a eleições majoritárias. Somente 31% e 29% das pessoas lembram em quem votaram para deputado estadual e deputado federal após quatro anos respectivamente¹⁴ (Almeida, 2006). Ou seja, ao longo de quatro anos, muitas pessoas perdem a informação mais básica possível, saber em quem votou na última eleição em pleitos proporcionais.

Embora a lembrança do voto seja um indicador importante para a avaliação do grau de informação do eleitor, ela possui dois problemas. Primeiramente, as eleições proporcionais no Brasil incluem um número grande de candidatos por vaga¹⁵. Somando os eleitores entre 1986 a 1998 que votaram em candidatos não eleitos, aqueles que votaram em branco ou anularam seu voto temos 55,5% de cidadãos que não possuem representante eleito na Câmara dos Deputados (Nicolau, 2002). Em segundo lugar, responsabilização eleitoral realizada pelos mandantes não é dirigida apenas aos parlamentares eleitos por eles. Existe um grupo de eleitores que “ainda que não tenha memória do seu voto na eleição passada, avalia retrospectivamente alguns deputados que se destacaram por sua atividade” (Nicolau, 2002: 228). Neste sentido, o indicador de lembrança de voto, tomado de forma isolada, possui alguns limites para analisar o exercício da responsabilização eleitoral.

¹⁴ A comparação sugerida com cargos majoritários fica inviabilizada na pesquisa apresentada por Almeida (2006), pelo fato de que a pergunta sobre lembrança do voto do eleitor para cargos majoritários é estimulada e para os cargos proporcionais é espontânea. Ou seja, o eleitor, ao ser estimulado, pode citar um nome de forma aleatória para cargos majoritários, enquanto na eleição proporcional ele deve, necessariamente, lembrar de algum nome.

¹⁵ A legislação permite um candidato e meio por vaga em disputa para cada partido e dois caso seja uma coalizão.

Outros estudiosos do tema também revelam outras perguntas relativas à informação. Em uma pesquisa tipo survey realizada no Estado de São Paulo em 2002, Kinzo (2005) construiu um índice de conhecimento partidário que inclui cinco variáveis¹⁶, resultando em uma escala de 0 a 10. Entre os entrevistados, 94% estavam abaixo do grau cinco da escala, indicando uma forte concentração de eleitores na categoria de baixo conhecimento partidário. Em uma das perguntas deste questionário foi pedido ao eleitor que respondesse qual o partido do então presidente Fernando Henrique Cardoso e somente 29% das pessoas responderam corretamente. Ou seja, mesmo depois de oito anos de mandato de FHC, nem um terço dos entrevistados soube apontar o PSDB como sendo a legenda do presidente.

Todos estes dados evidenciam que: seja em relação aos políticos, ou aos partidos, a informação necessária para realizar um julgamento retrospectivo “adequado” é insuficiente. Alguns fatores poderiam estar ocasionando este déficit informacional. Entre eles, algumas características da política brasileira poderiam inibir a informação política disponível. Como já discutido anteriormente, certos arranjos institucionais poderiam afetar a clareza de responsabilidade.

No Brasil, a combinação de multipartidarismo, eleição proporcional com lista aberta¹⁷, grandes magnitudes nas circunscrições eleitorais, governos de coalizão e um excessivo número de candidatos em pleitos proporcionais seria um dos motivos para o déficit de informação política.

No caso de governos de coalizão, a existência de muitos partidos em um governo pode contribuir para a existência de uma divisão de responsabilidades. Caso a coalizão seja excessivamente heterogênea, englobando partidos de todo o espectro ideológico, a dificuldade fica ainda maior¹⁸.

¹⁶ Número de partidos que os entrevistados conhecem, grau de conhecimento sobre a filiação partidária dos principais líderes políticos, grau de posicionamento dos principais partidos no espaço ideológico esquerda-direita, conhecimento da filiação partidária do governador do Estado e do prefeito.

¹⁷ Esta nomenclatura pode ocasionar uma percepção de que o eleitor pode incluir o nome de algum candidato na lista durante a eleição, mas isto não é permitido pela legislação. Todavia, esta nomenclatura se tornou comum tanto na literatura de ciência política como no meio político. Uma nomenclatura mais adequada seria: lista preferencial não ordenada.

¹⁸ Um exemplo recente é o caso de governo Lula que além de uma coalizão heterogênea, possui um agravante, que é a inclusão de partidos como PMDB, PTB E PP os quais fizeram parte do governo anterior, onde o PT era oposição. Portanto, tanto no aspecto ideológico, como

O fenômeno da migração partidária também pode incrementar os custos de informação política para o cidadão. Um político ao permanecer um longo período em sua legenda pode contribuir para uma associação de sua imagem com a imagem do partido, contudo, ao trocar de partido, esta conexão se perde (Marengo, no prelo). Em um país no qual cerca de um terço dos deputados federais de cada legislatura muda de partido (Melo, 2004), a ligação da figura do agente público e do partido fica enfraquecida¹⁹.

O desenho institucional brasileiro, mais próximo do ideal consensual, trazendo uma maior dispersão de poder, afetaria a clareza de responsabilidade. Esta idéia guarda similaridade com a noção de contextos eleitorais complexos proposta por Rennó (2004; 2006), na qual as organizações partidárias brasileiras não possuem um período longo de existência, diferentemente de países como os Estados Unidos e algumas poliarquias européias. Em termos comparativos, os partidos políticos seriam mais efêmeros no Brasil (Rennó, 2006). Desta forma, a identificação entre o eleitor e os partidos seria menos estruturada. Somado a isso, o excessivo número de candidatos nas circunscrições eleitorais seria mais um componente de dificuldade para obter informação.

A complexidade das eleições no Brasil seria mais restrita às eleições para deputados e vereadores. Devido à diferença de sistema adotado (majoritárias e proporcionais), a informação para o eleitor poderia ser mais nítida para eleger cargos ao Executivo. O incremento de custos de informação em eleições proporcionais tem sido acompanhado pela idéia de personalização do voto, na qual o eleitor votaria muito mais pela figura do político do que a figura do partido. Esta personalização estaria associada ao tipo de lista eleitoral adotada no Brasil (Nicolau, 2006). Em relação ao Executivo, estudos sugerem uma associação entre políticas públicas focalizadas como fator preditor do voto na reeleição de Lula. Eleitores beneficiados com programas sociais estariam mais predispostos a votar em Lula, fazendo um voto retrospectivo ao recompensar o candidato petista (Hunter e Power, 2007; Santos, 2008).

no aspecto oposição-governo, o governo Lula pode ser considerado um exemplo de falta de clareza de responsabilidade em relação às organizações partidárias.

¹⁹ A troca de partido não foi mais permitida pelo STF em 2007.

Assim, parece haver evidência que a memória do voto e o julgamento retrospectivo dos representantes é mais eficaz, ou possui menores custos de informação, em contextos de competição majoritária para postos executivos. Provavelmente, prerrogativas constitucionais, combinados aos recursos financeiros e administrativos à disposição do Poder Executivo, contribuam para tornar sua ação mais capaz de ser isolada e mensurada retrospectivamente em seus efeitos efetivos sob a forma de utilidades para o eleitor com menor informação disponível. (Marenco, no prelo).

Portanto, a informação política e o exercício da responsabilização eleitoral seriam mais difíceis em pleitos proporcionais. Talvez, o predomínio do Executivo frente ao Legislativo, sugerido por parte da literatura, seja o motivo pelo qual a responsabilização de presidentes, governadores e prefeitos seja mais nítida para os cidadãos. Desta maneira, a concentração de poder decisório, ideal presente no modelo majoritário, poderia ser a explicação para esta maior clareza de responsabilidade.

Como um todo, a literatura aponta vários aspectos que levariam o Brasil a possuir uma menor capacidade de responsabilização eleitoral. Fatores como o excesso de candidatos e partidos na arena eleitoral, grandes coalizões incongruentes ideologicamente, distritos com grandes magnitudes e migração interpartidária atuariam negativamente na aquisição de informação política, não permitindo o desenvolvimento do conjunto normativo denominado responsabilização eleitoral. Poderíamos nos questionar, porém, se eleitores mais informados, com maior capacidade de responsabilização eleitoral, não se comportam de maneira idêntica aos menos informados. Em outras palavras, e se possuir maiores graus de informação não influir no comportamento eleitoral? Alguns estudos têm mostrado como a variável informação política afeta atitudes e orientações em relação à política.

Para Kinzo (2005) a informação política, mensurada através do conhecimento partidário, afeta a preferência partidária. Pessoas mais informadas politicamente possuem maior probabilidade de preferir algum partido. Em outro estudo, Rennó (2007) demonstra como ter informações sobre deputados federais é a variável em seu modelo que mais explica o comparecimento às urnas e o *straight-ticket voting*²⁰. Desse modo, fica evidenciada a valorização maior do voto, enquanto ferramenta de

²⁰ Para o português a tradução poderia ser uma espécie de voto vinculado, na qual o eleitor vota em candidatos do mesmo partido na mesma eleição.

representação, para pessoas mais informadas. Além disso, pessoas mais informadas dão maior importância na legenda em que depositam seu voto, preferindo votar em um mesmo partido. Assim sendo, é claro o indicativo de que “eleitores mais bem informados se comportam de maneira diferente de outros menos informados” (Rennó, 2007: 735).

A ligação entre responsabilização eleitoral e informação política parece ser clara: pessoas precisam de informação para julgar retrospectivamente os mandatários. Informação, como dissemos anteriormente, é elemento condicional do conceito de *accountability* (Rennó, 2004). O déficit informacional registrado em alguns estudos para grande parte do eleitorado brasileiro seria extremamente prejudicial para a avaliação retrospectiva. Agentes públicos com práticas clientelistas, ou até mesmo corruptas, se aproveitariam desta carência de responsabilização eleitoral e continuariam a agir de forma *rent-seeking* (Rennó, 2004). Em um contexto onde muitas vezes os políticos eleitos são acusados de se afastarem demasiadamente da responsividade, a carência deste instrumento de “punição” seria muito negativa.

A partir da constatação da importância da informação, poderíamos nos perguntar se existem fatores que possibilitassem um incremento informacional, melhorando a capacidade de responsabilização eleitoral. Em primeiro lugar, um elemento que estaria relacionado à obtenção de informações seria o grau de acompanhamento da política ou grau de exposição aos meios de informação. Este fator é aquele no qual o cidadão assistiria mais noticiários, leria mais jornais e conversaria mais com amigos e familiares sobre política. Este acompanhamento está relacionado com a idéia dos tradicionais meios de difusão da informação (Rennó, 2004), cujos principais são: redes pessoais e meios de comunicação. Na verdade, no contexto desta pesquisa, acreditamos que esta variável é também uma maneira de medir a capacidade de responsabilização eleitoral. Para ter informação, é preciso que haja uma recepção da informação; não se pode avaliar retrospectivamente os agentes públicos se o eleitor não for exposto aos meios tradicionais de difusão informacional.

Variáveis sócio-demográficas também poderiam ser condicionantes do acesso à informação. Ser homem, ter maior renda e maior escolaridade seriam fatores que possibilitariam um maior acúmulo de informações. Neste sentido,

poderíamos falar em uma espécie de desigualdade informacional, onde setores marginalizados da sociedade brasileira possuem menor acesso a este tipo de bem coletivo (Rennó, 2007). Embora este problema não seja exclusivo do Brasil, ele é acentuado, já que em um país com uma forte desigualdade de renda, o acesso a certos bens, como informação política, poderia ficar restrita a alguns setores melhor posicionados na escala social.

Aliado a fatores sócio-demográficos, alguns ambientes ou contextos constituem um espaço propício ao debate sobre política, facilitando o ganho informacional. Pessoas que participassem de organizações da sociedade civil estariam em um local onde seus integrantes discutiriam mais sobre assuntos relacionados à política. No entanto, convém sublinhar que cada uma destas organizações tem um comportamento próprio para com seus integrantes. Algumas associações de bairro, por exemplo, podem ter um caráter clientelístico com o governo e não ter papel algum como difusoras de informação. Já outras, como a associação de moradores da favela do Vidigal, possuem uma estrutura para pressionar a prefeitura, contando com uma grande rede de apoio de outras organizações civis (Rennó, 2006).

Existiriam, ainda, outros contextos que maximizassem bens de informação. O ambiente eleitoral poderia contagiar as pessoas no sentido de adquirem maior atenção aos assuntos públicos (Martins Júnior e Dantas, 2004), afinal, é na campanha eleitoral onde os candidatos apresentam suas propostas. A participação política não convencional, como greves e manifestações, também seria um local onde a interação entre os cidadãos potencializasse uma atenção maior a algumas políticas públicas e seus respectivos responsáveis.

Se contextos são estruturadores na maximização da informação, é porque eles possuem características que contribuam para tal tarefa. Desta forma, caberia nos perguntar se algumas características dos cidadãos não poderiam ser fatores que incidissem sobre um maior engajamento político. Identificação partidária ou capacidade de distinguir blocos ideológicos poderiam vir a diminuir os custos de informação. Muitas análises sobre as organizações partidárias na literatura clássica de ciência política as colocavam como pontos de referência ao eleitor:

Rótulos como esquerda, direita, social-democrata, trabalhista, conservador, democrata-cristão, socialista, gaullista permitiram uma economia no custo da informação para o eleitor, à medida em que escolhendo uma destas etiquetas, o cidadão poderia ver, com razoável dose de segurança, o que cada partido faria – e sobretudo o que não faria – quando estivesse no governo. Partidos estruturam as preferências do eleitorado, permitindo uma economia nos custos de aquisição da informação necessária para que o eleitor escolha dentre a oferta de políticas e candidatos presentes na arena eleitoral. (Marenco, no prelo)

Considerando a importância das organizações partidária e suas respectivas ideologias, poderíamos averiguar até que ponto pessoas que tenham preferência partidária e que tenham posição ideológica não possuem maior estoque informacional. Alguns estudos já perceberam como há uma relação entre conhecimento sobre os partidos políticos e preferência partidária (Kinzo, 2005). Já a ideologia, no caso brasileiro, foi analisada como um dos fatores preditores que mais explicam o voto para a eleição presidencial, mostrando como os eleitores levam em consideração o posicionamento na escala esquerda-centro-direita ao depositar seu voto (Singer 2000, Carreirão 2004; 2007).

O Brasil parece ter limites para a plena informação política, aliado às características dos eleitores, fontes informativas ainda são muito limitadas no país, sendo o debate sobre portais de transparência uma reivindicação de alguns setores da sociedade civil organizada (Transparência Brasil, 2009). Ainda que vários fatores sejam responsáveis por este déficit informacional, fatores institucionais ganharam destaque neste estudo. Contextos eleitorais complexos traduzem, em certo sentido, a discussão sobre clareza de responsabilidade. Um desenho institucional brasileiro, com muitos agentes de veto, contribui para uma maior dificuldade de responsabilizar atores políticos. No entanto, há outros aspectos, além da *accountability*, nos quais um modelo democrático mais próximo do consociativismo tenta maximizar (Melo, 2007).

Ainda que tenhamos uma parca capacidade de responsabilização eleitoral, acreditamos que não se trata de afirmar que este conceito não pode ser aplicado no Brasil. A capacidade de responsabilização eleitoral pode variar em graus, em diversos países poliárquicos.

Em suma, o baixo nível de informação política entre a maioria do eleitorado brasileiro não permite um maior desenvolvimento de uma avaliação

retrospectiva dos agentes públicos eleitos. *Accountability* enquanto conjunto normativo capaz de restringir e limitar o comportamento dos mandatários (Arato, 2002), parece encontrar limites no país. Entretanto, há indicativos de que alguns eleitores brasileiros possuam informação política e estejam mais aptos a realizar um processo de julgamento retrospectivo.

1.4 O conceito de legitimidade democrática e sua mensurabilidade

A noção de legitimidade, diferentemente da *accountability*, não é recente entre os estudos referentes à política. Historicamente, a preocupação de líderes políticos serem legítimos sob o ponto de vista dos seus subordinados sempre esteve presente. A própria idéia de contrato social relaciona-se, de certa maneira, com um aspecto essencial da relação entre governantes e governados, a aquiescência.

A palavra aquiescência é sinônimo de assentimento, anuência e condescendência e denota um caráter de aprovação. A aquiescência, no sentido weberiano, explicita o núcleo do conceito de legitimidade. Em relação ao Estado, a não transgressão das leis não pode ficar limitada ao medo do poder de coação físico estatal, há a necessidade de a obediência transformar-se em adesão (Levi, 1986). O poder sobre uma pessoa é extremamente ambíguo teoricamente, por isso é que Weber cria os tipos ideais das três formas de dominação legítima: dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática. Em um contexto de instituições democráticas, a dominação legal-racional potencializa a crença da legalidade das normas, dando sentido a uma racionalização de um regime democrático.

O sentimento de legitimidade, ou de aquiescência, pode ser explicitado pelo seu antônimo. Quando do não cumprimento dos deveres dos governantes o contrato se quebra, a percepção de que o sistema não satisfaz os seus desígnios introduz um caráter de contestação desta ordem.

Quando, ao contrário, o Estado é percebido, na sua estrutura e nos seus fins, como estando em contradição com o próprio sistema de crenças, e se este julgamento negativo se transformar numa ação que busque modificar os aspectos básicos da vida política, então este comportamento poderá ser definido como contestação da legitimidade. (Levi, 1986: 677).

Legitimidade, portanto, pode ser concebida como a aceitação das normas de um dado regime, pessoas devem ser aquiescentes, ter a crença de que aquele conjunto de normas que regram suas vidas devem ser aceitas. Em um regime poliárquico, as normas a serem aceitas pela população incluem a liberdade de expressão, o sufrágio universal, a aceitação de ser governado pelos vencedores nas urnas, entre outras. Neste sentido, há a necessidade de que as eleições e a elite política não sejam contestadas quanto a sua razão de existir. Obviamente, há uma impossibilidade de todos os cidadãos perceberem a democracia como sendo legítima, mas é extremamente importante para este regime que a maioria da população entenda as instituições democráticas como sendo as mais apropriadas para conduzirem sua vida.

A legitimidade democrática tem sido estudada principalmente por autores vinculados à abordagem de cultura política. Esta linha de pesquisa foi construída essencialmente a partir dos estudos de Almond e Verba. Em seu clássico livro, de 1963, *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries* os autores demonstram a importância das atitudes e opiniões frente ao sistema político. O conceito de cultura política, segundo Almond e Verba, “refere-se a orientações políticas específicas – atitudes em direção ao sistema político e suas várias partes, e atitudes em direção ao papel do eu no sistema” (Almond e Verba, 1963: 12) (traduzi). Uma das grandes contribuições da obra foi sua abordagem metodológica na qual insere a utilização de surveys. Este instrumento conseguiria mensurar orientações políticas, que poderiam ser de três tipos: cognitiva, afetiva e avaliativa.

A partir destes estudos, orientados para mensurar a percepção das pessoas sobre o papel do sistema político, poderíamos tentar mensurar a legitimidade. Contudo, tal tarefa possui ampla controvérsia dentro da literatura. Para uma abordagem institucionalista, taxas de comparecimento às urnas (*turnout*) satisfazem o componente essencial do procedimento democrático: conceder sufrágio é legitimar os agentes públicos. No entanto, muitas dimensões atitudinais podem ser perdidas no uso desta variável, aliado a isso, países onde o voto é obrigatório impedem uma melhor análise, uma vez que algumas pessoas somente depositam seu voto em função de uma possível sanção caso não compareçam às urnas.

Uma abordagem culturalista valoriza as orientações cognitivas, afetivas e avaliativas sobre o sistema político para alcançar o conceito de legitimidade. O conceito está ligado à aceitação e aprovação das normas estabelecidas. No caso de um regime democrático, conceder apoio ao regime e as instituições democráticas é elemento condicional para o conceito de legitimidade. O autor que inaugura este tema é David Easton (1965). Em sua obra, ele separa dois tipos de apoio que seriam importantes no regime democrático: o apoio difuso e o apoio específico.

O apoio difuso seria a dimensão mais próxima do conceito de legitimidade. As variáveis utilizadas para mensurar este tipo de apoio referem-se a perguntas nas quais as pessoas preferem às instituições democráticas a qualquer alternativa (conhecidas como valores democráticos). Nelas, “estariam os valores básicos ligados à aceitação abstrata de princípios fundamentais do regime democrático” (Ribeiro, 2007). Atualmente, inúmeros surveys conservam perguntas que mensuram o apoio difuso ao regime democrático como forma de medir o grau de legitimidade de um sistema. Muitos autores utilizam estes surveys para problematizar o quanto estruturas políticas legítimas e ilegítimas estão presentes em um dado país (Gunther e Monteiro, 2003; Castro, 2000; Moisés e Carneiro, 2008; Ribeiro, 2007).

O apoio específico, de forma diversa, refere-se à avaliação momentânea de instituições que compõe o regime democrático, como governos, partidos, congresso e também a avaliação de figuras políticas. Esta avaliação deriva da efetividade das instituições e personalidades políticas, estando relacionada à satisfação com o desempenho do regime (Castro, 2000). Por isso, o apoio específico, não é uma aproximação ou uma equivalência do conceito de legitimidade. Pessoas podem estar insatisfeitas com o desempenho de organizações partidárias e suas lideranças, mas continuam a depositar legitimidade ao sistema poliárquico.

As avaliações da eficácia do sistema e da satisfação com o desempenho das instituições democráticas existentes são bem diferentes do apoio à democracia em abstrato e podem ser consideradas parte de uma síndrome mais ampla de descontentamento político, definido como a expressão de uma certa frustração derivada da comparação entre o que se tem e o que se deveria ter e, mais especificamente, com a capacidade do governo de enfrentar com eficácia os problemas considerados importantes pelos

cidadãos.(...) O conceito de legitimidade democrática ou apoio difuso ao sistema, em contraste, diz respeito às crenças dos cidadãos de que a política democrática e as instituições da democracia representativa constituem a mais apropriada (na verdade, a única aceitável) estrutura de governo. (Gunther e Monteiro, 2003: 5 e 6).

Ainda que legitimidade e satisfação com o desempenho do regime não sejam a mesma coisa, alguns autores tentam problematizar as duas dimensões para saber se períodos prolongados de insatisfação não geram uma perda de legitimidade (Moisés, 1995). Mesmo reconhecendo a importância do apoio específico ao sistema, não abordaremos ele em nossa análise. A nossa hipótese prevê uma relação entre capacidade de responsabilização eleitoral e legitimidade, por isso, a satisfação com o desempenho do regime não irá ser problematizada. A ausência da variável satisfação também se deve a falta de uma maior clareza de ordem explicativa na literatura; em muitos países, por exemplo, há uma quase inexistência de associação entre legitimidade e satisfação com o desempenho democrático, todavia, alguns casos indicam uma associação moderada entre as duas dimensões (Gunther e Monteiro, 2003).

Alguns estudos têm limitado a legitimidade ao apoio difuso de Easton, porém, as variáveis que dizem respeito a esta dimensão não satisfazem totalmente o sentimento de legitimidade. Perguntas que objetivam saber a preferência por democracia do eleitorado não captam todas as atitudes frente ao sistema político. Um dos aspectos essenciais das poliarquias atuais é a percepção das pessoas sobre a capacidade do cidadão enquanto sujeito político e não somente enquanto objeto da política. A influência do eu nos assuntos referentes ao sistema político conecta o indivíduo ao Estado enquanto ator participante, fazendo com que o eleitor se sinta capacitado a alterar o curso de políticas públicas que interfiram em sua vida. Esta dimensão é a chamada eficácia política subjetiva.

A avaliação dos cidadãos sobre a sua influência nas decisões políticas é um aspecto essencial da vida política nas democracias contemporâneas. Se a democracia é uma eterna tentativa de uma responsividade perfeita como assegura Dahl (1997), os mecanismos eleitorais de uma democracia representativa devem assegurar a percepção da importância do voto. Contínuas orientações negativas sobre a capacidade do sufrágio podem ser

um sintoma de uma indiferença ou alienação em relação à política (Gunther e Monteiro, 2003).

A eficácia política também pode ser objetiva, ou “externa”, que é “a percepção de que o governo responde as demandas da população” (Baquero, 2007). Tanto a eficácia política subjetiva e objetiva se aproximam de um aspecto essencial da legitimidade, que é a racionalização da ideia de democracia. As normas democráticas apontam para a racionalidade do voto e da democracia enquanto regime, uma quebra desta racionalidade pode levar a uma contestação de legitimidade.

O que diferencia a democracia de regimes autoritários não é apenas a possibilidade de votar, mas o potencial do sufrágio. Ir às urnas não encerra a representação, mas inaugura a possibilidade de que o curso das vidas dos eleitores possa ser alterado por eles. Por isso, a eficácia política introduz um aspecto essencial na poliarquia: a manutenção da racionalidade nas instituições democráticas. Se as pessoas não acreditam que possam influenciar as instituições democráticas, e estas, deixarem de fazer sentido para os cidadãos, a possibilidade de haver uma contestação da ordem normativa que sustenta o regime poliárquico torna-se mais provável.

Neste sentido, o conceito de legitimidade engloba duas dimensões neste trabalho: apoio difuso (valores democráticos) e eficácia política (subjetiva e objetiva). A primeira dimensão é tradicional nos estudos culturalistas e está incluída em vários surveys, a segunda dimensão embora não seja considerada uma dimensão da legitimidade para alguns autores (Gunther e Monteiro, 2003), está seguidamente presente em estudos que avaliam a qualidade democrática. Mas, como dito anteriormente, a eficácia política faz parte de uma racionalidade sobre as instituições, uma eventual ineficácia política pode erodir a aquiescência dos cidadãos em relação ao regime democrático.

No presente estudo, não abarcaremos a discussão entre cultura e manutenção ou surgimento do regime poliárquico. Contudo, acreditamos que as percepções dos indivíduos sobre a democracia é um componente essencial da qualidade democrática. “Aceitando-se a premissa de que a cultura política é insuficiente per se para gerar as condições necessárias à emergência do regime democrático, isso não autoriza a considerá-la desnecessária ao processo de sua consolidação” (Moisés, 1995: 97). A descrença sobre

instituições democráticas pode não representar um risco imediato ao sistema político, mas potencializa uma sensação de apatia, alienação e desencanto sobre a vida política.

A ausência de uma base normativa de apoio dos cidadãos às instituições políticas, pode comprometer seu funcionamento, sem que necessariamente ocorra uma ruptura institucional como no passado. (...) As expectativas geradas pelas instituições políticas, quando frustram os cidadãos, acabam minando sua credibilidade e legitimidade. (Baquero, 2004: 128).

Em alguns autores que trabalham com a perspectiva de qualidade democrática, além dos valores democráticos, da satisfação com a democracia e da eficácia política, existem outras dimensões como a confiança política e o capital social. Assim como a dimensão da satisfação com a democracia, estas duas perspectivas não serão problematizadas neste estudo. A justificativa é a mesma, a hipótese original não prevê uma relação com a desconfiança política, ou seja, pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral podem não ser mais confiantes quanto às instituições políticas. Isto se deve também a uma perspectiva acrítica de pessoas menos escolarizadas ao regime democrático. As variáveis de satisfação com a democracia e de confiança política estão associadas negativamente com a variável renda e escolaridade em alguns estudos. Apesar da aparente contradição, quando problematizada ela encontra uma lógica:

(...) O que explica que os mais pobres e os desprivilegiados sejam menos críticos em relação às instituições e os governos, não é sua inconsistência em relacionar-se com o mundo da política, mas o fato de que, desprovidos de instrumentos cognitivos adequados para manipular uma realidade que, por definição, se estrutura por normas e procedimentos traduzidos em termos conceituais, eles tendem a mesclar “cinismo” político com atitudes de “deferência”. (Moisés, 1995: 214).

Portanto, o conceito de legitimidade ficará circunscrito a duas dimensões nesta pesquisa: valores democráticos e eficácia política. Acreditamos que haja uma preocupação crescente na literatura sobre a qualidade democrática cuja essência envolve o sentimento de legitimidade da população. Com isso, esperamos que estas duas dimensões estejam relacionadas com nossa variável principal: a capacidade de responsabilização eleitoral.

1.5 Legitimidade democrática no Brasil

Após o final do regime militar brasileiro, em 1985, a incipiente experiência pluripartidária colocou novos desafios à democracia brasileira. Depois do euforismo sobre as possibilidades de melhoria da vida da população através do processo democrático, a não realização de tais desejos implicou em certa frustração dos brasileiros com o novo regime. Atrelado a isso, milhões de eleitores – que por mais de 20 anos ficaram impossibilitados de escolher o presidente da república – viram Fernando Collor de Melo sofrer impeachment após sucessivos escândalos de corrupção e também após a queda da confiança sobre o governo.

Do reinício do processo democrático até os dias atuais, o Brasil tem experimentado uma situação paradoxal: apesar de uma maioria expressiva acreditar na democracia como melhor regime para governar suas vidas, um grande contingente de pessoas não acredita que as instituições democráticas sejam capazes de aumentar a qualidade de vida da população e não acredita que as mesmas tenham sido construídas visando à preferência popular, mas objetivando a própria continuidade de práticas autoritárias e patrimonialistas (Baquero, 2003).

Muitas vezes a literatura tem sugerido que o legado histórico do Estado brasileiro inclui uma inadequada distribuição de bens à população, um aparato estatal perdulário e, acima de tudo, um Estado preocupado em defender os interesses de uma elite política e econômica, prejudicando, assim, ainda mais a visão sobre a democracia brasileira.

Enquanto, por um lado, a sociedade é vista essencialmente como um ente “amorfo” e estático, dotado de uma espécie de incapacidade intrínseca para organizar-se e, portanto, para definir (a não ser de modo hierárquico) o sentido de sua interação com a sociedade política, o Estado, por sua parte, como organização política, administrativa, e burocrática, desfrutaria de um alto grau de autonomia. Tal configuração asseguraria aos dirigentes do Estado, qualquer que seja sua orientação política, margens excessivamente amplas de atuação a salvo de mecanismos de controle pela sociedade. (...) A idéia é que a combinação de repressão aos conflitos societários básicos com a sua “internalização” nas estruturas do Estado, isto é, com a retirada da esfera pública para sua locação no interior do próprio aparelho estatal, corresponderia, a uma estratégia fundamentada, ao mesmo tempo, no “patrimonialismo”, no

“corporativismo” e no “estatismo”. Isso permitiria, por um lado, proteger certos segmentos ou grupos sociais tradicionais, ameaçados de eliminação pelo processo de modernização econômica e social, através da sua representação orgânica dentro do próprio Estado; por outro lado, beneficiaria com a força da inércia – nesse caso, derivada em grande parte, das desigualdades econômicas e sociais crônicas e sociais da sociedade brasileira – amplos segmentos de “não elites” que, socialmente heterogêneos e insuficientemente organizados, não teriam acesso aos recursos indispensáveis à sua participação na disputa por bens disponíveis. (Moisés, 1995: 105 e 106).

Os cidadãos brasileiros, deste modo, teriam fortes motivos para serem menos aquiescentes, menos participativos e, principalmente, contestar a legitimidade de todo aparelho estatal, diminuindo seu apoio difuso ao regime democrático. Entretanto, apesar do desencanto com este novo cenário poliárquico, os valores democráticos não se esgotam rapidamente, eles mantêm níveis consideráveis, por vezes, instáveis, desde o final da década de oitenta.

Em um dos principais estudos sobre legitimidade democrática no Brasil, Moisés (1995) mostra a emergência de uma nova cultura política, com um crescimento à adesão normativa da democracia. Os índices de preferência por democracia²¹ nos surveys utilizados pelo autor apontam uma tendência de crescimento desde 1989 (43%) até 1993 (59%), último survey disponível naquele trabalho. No entanto, há uma inflexão desta preferência nos anos de 1991 e 1992 em função do desgaste político do então presidente Collor.

Em trabalho mais recente, Moisés e Carneiro (2008) avaliam a evolução da preferência democrática no Brasil entre 1995 a 2002, com dados do Latinobarômetro²². Neste período, há certa instabilidade do apoio ao regime. O ápice de apoio difuso ao sistema é o ano de 1997 (55%) enquanto o nível mais baixo é o ano de 2001 (38%).

Avaliando estes dados, podemos perceber que apesar dos problemas estruturais do Estado brasileiro e da desconfiança em relação aos agentes políticos, o apoio difuso ao sistema não se esgota rapidamente. Desta forma, podemos especular que algumas pessoas conseguem distinguir regime e

²¹ A pergunta: “Gostaria que você me dissesse com qual destas afirmações concorda mais: 1. a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo. 2. Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático. 3. Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” (Moisés, 1995: 155).

²² A pergunta é praticamente igual à descrita na nota anterior, a mudança mais perceptível é o uso da palavra “regime autoritário” ao invés da palavra “ditadura”.

governo, percebendo que caso o governante do dia se mostre “ruim”, ele pode ser substituído por outro “melhor” pelo ciclo eleitoral (Moisés, 1995).

Analisando dados do *World Values Surveys*, Castro (2000) mostra como a maioria dos cidadãos brasileiros apóia o regime democrático. No entanto, outras variáveis revelam que os brasileiros, comparados aos argentinos e chilenos, possuem maior tendência a apoiar atitudes autoritárias. Além disso, os brasileiros são mais céticos quanto à capacidade da poliarquia resolver problemas e possuem maior probabilidade de sentirem uma nostalgia da ditadura militar.

Mesmo os chamados valores democráticos preenchendo um importante papel na mensuração da legitimidade, justificamos, anteriormente, a dimensão denominada de eficácia política como sendo parte do conceito. Através dela, podemos notar como a legitimidade democrática não está tão plenamente arraigada na cultura política brasileira.

Uma das variáveis centrais utilizadas na eficácia política subjetiva (ou “interna”) diz respeito ao comparecimento às urnas pelos entrevistados se o voto fosse facultativo. Em 1989, 59% das pessoas votariam mesmo com a não obrigatoriedade do voto, este número sobe para 69% em 1990, todavia, a partir daí há uma inflexão e este número despenca para 49% em 1993, causado, em parte, pela decepção com a figura de Collor (Moisés, 1995).

Outros autores, com outras variáveis da mesma dimensão, apontam uma visão de declínio da eficácia política subjetiva. Entre as eleições brasileiras de 2002 e 2006 há um aumento significativo de pessoas que acreditam que o voto não influencia os acontecimentos do país (Baquero, 2007). Esta queda de eficácia interna seria ruim para a qualidade democrática. “A ausência da eficácia interna inibe a valorização da participação como valor em si, afetando negativamente a promoção do engajamento cívico, pois desvaloriza o aspecto educativo da participação num espectro mais amplo” (Baquero, 2007: 243).

Portanto, parte da literatura tem salientado a importância tanto dos valores democráticos como da eficácia política no desenvolvimento da democracia brasileira. Cidadãos que não apóiam o regime democrático e não crêem na possibilidade de intervenção política por meio do voto, além de se tornarem menos aquiescentes, não creditam racionalidade às instituições

democráticas, impedindo a sedimentação de um sentimento de legitimidade frente a toda estrutura estatal.

Pesquisar alguns fatores que maximizem a legitimidade democrática é objetivo do nosso trabalho. Nossa hipótese prevê que conforme os níveis de informação política e acompanhamento da política aumentam a eficácia política e os valores democráticos crescem. Ou seja, pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral possuem uma maior inteligibilidade do processo político, possibilitando uma maior cobrança dos políticos e distinguindo as instituições e agentes públicos que governam o país, desta forma, eles dariam maior apoio difuso ao regime democrático e sentiriam uma maior eficácia da sua participação na política e também atribuiriam maior importância às eleições.

Capítulo 2 - A variação da informação política no Brasil

Em um primeiro momento deste capítulo, observaremos o grau de informação dos eleitores brasileiros a respeito de alguns objetos políticos. Para realizarmos tal tarefa, acreditamos que o mais apropriado seja um teste de informação, onde os entrevistados saibam ou não a resposta correta. As perguntas referentes a este teste derivam do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2002. Na medida em que trabalharemos com um número razoável de dados, necessitamos reduzi-los através da construção de índices.

Aliado ao teste de informação política, incluiremos perguntas sobre o acesso das pessoas aos meios de difusão informacional, e, a partir disso, mostraremos como a união destas duas dimensões permite a construção da nossa variável mais importante: o índice de capacidade de responsabilização eleitoral.

Para uma melhor visualização dos dados, optamos por trabalhar com tabelas e gráficos que auxiliem o desenvolvimento do texto. Para evitarmos um excesso no número de tabelas com uma única variável, optamos, por vezes, realizar matrizes de correlação. É importante frisar que todas as tabelas tiveram elaboração própria do autor, mas todas foram feitas a partir do banco de dados do ESEB 2002.

Em uma segunda parte do capítulo, analisaremos quais as variáveis que incidem na informação política e quais as características das pessoas com maior informação. Tentaremos demonstrar que além de variáveis demográficas, ambientes ou contextos servem como maximizadores de capacidade de responsabilização eleitoral, bem como a identificação partidária e a ideologia.

2.1 Os eleitores brasileiros são informados politicamente?

A preocupação em reduzir o hiato entre governantes e governados é um assunto sempre atual desde o surgimento das primeiras poliarquias. Limitar o comportamento dos agentes públicos eleitos é uma tarefa importante em um momento em que se questiona a “liberdade” de atuação dos políticos. Muitas

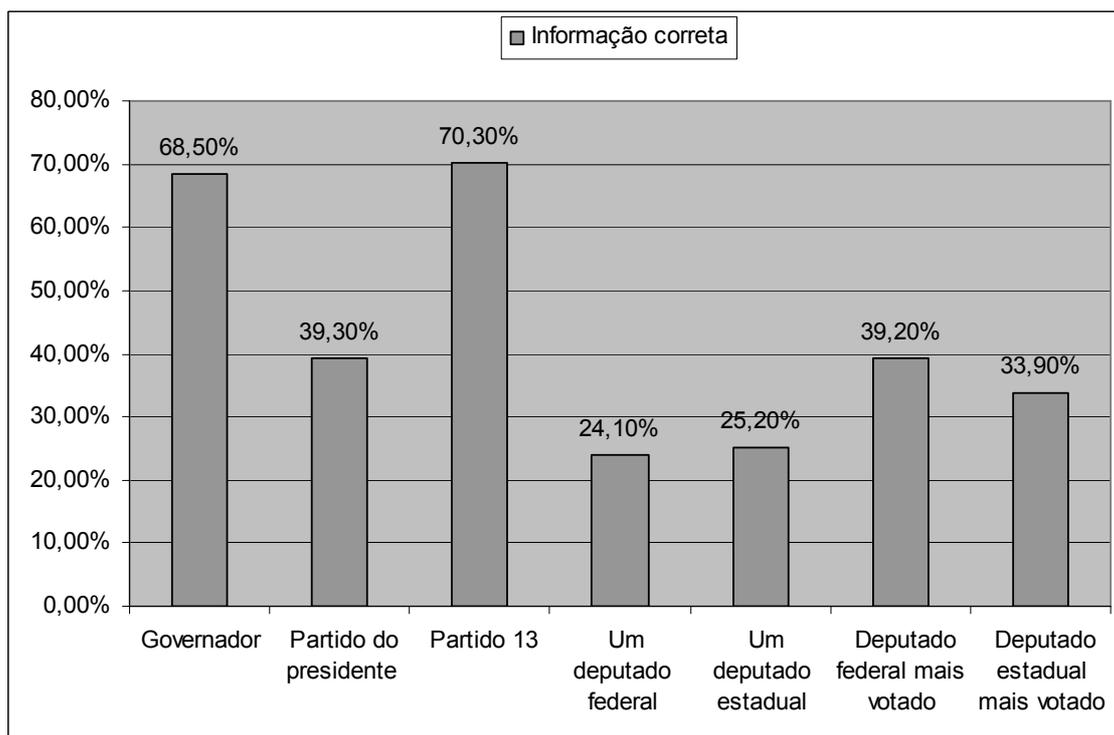
vezes, esta liberdade gera um comportamento *rent-seeking*, danificando a qualidade da representação.

Como dissemos anteriormente, uma das soluções propostas para restringir o comportamento dos mandatários seria um conjunto normativo denominado *accountability*. Em sua dimensão eleitoral, este instrumento seria capaz de reduzir a liberdade de ações dos políticos, por meio do voto. A possibilidade de punição por meio do sufrágio faria com que os políticos antecipassem a preferência eleitoral e não participassem de decisões indesejáveis aos olhos do cidadão (Arato, 2002).

Para existir a chamada responsabilização eleitoral deve haver informação suficiente para que o eleitor possa realizar uma avaliação retrospectiva adequada. Informação, portanto, passa a ter um caráter condicional no conceito de responsabilização eleitoral (Rennó, 2004). Assim sendo, os diferentes graus de informação presentes no eleitorado exprimem a capacidade de responsabilização por parte do eleitor.

Diante disso, alguns estudos analisaram perguntas relativas ao grau de informação do eleitor brasileiro. A maioria destes trabalhos aponta para uma falta de informação básica de grande parte do eleitorado. Este déficit informacional seria prejudicial à qualidade da representação uma vez que a avaliação retrospectiva seria prejudicada. A seguir, analisaremos algumas perguntas relativas à informação política provenientes da pesquisa realizada pelo ESEB. O ponto positivo destes dados é que as perguntas a seguir fazem parte de um teste de informação ou seja, ou o entrevistado responde corretamente a pergunta ou não responde corretamente (porque não sabe ou porque estava equivocado na resposta).

Gráfico 1. Grau de Informação Política²³.



Fonte: ESEB 2002. n= 2513.

É bom lembrar que a pesquisa foi realizada nos últimos três meses do ano de 2002, logo após as campanhas eleitorais. A maioria dos entrevistados soube responder o nome correto do governador e a sigla que o número 13 representa (PT). Entretanto, se avaliarmos que 31,5% das pessoas não souberam apontar o nome correto do chefe do Executivo estadual, notamos uma clara falta de capacidade de responsabilização. Pode-se dizer que pessoas que nem ao menos sabem quem é o governador não podem realizar nenhuma avaliação retrospectiva para este cargo²⁴.

A variável cuja soma de respostas corretas foi a mais alta pode ser explicada pela tentativa de lideranças petistas em divulgar o nome da sigla. É verdade que a proximidade com as eleições pode ajudar as pessoas a se

²³ As perguntas podem ser visualizadas no anexo. Os números delas são: 51, 53, 54, 55, 56, 57 e 58. Todas elas foram recodificadas em informação correta/incorreta. O teste de informação consistiu basicamente em saber se a pessoa consegue espontaneamente: dizer o nome do atual governador de seu estado, dizer o partido do presidente, o partido cuja sigla é 13, mencionar o nome de um deputado federal e estadual. De forma estimulada, foi mencionado à pessoa o nome do deputado estadual e federal mais votado, onde ela deveria acertar o cargo pelo qual o candidato tenha sido eleito.

²⁴ Na verdade, as pessoas até podem avaliar se sua vida melhorou ou não nos últimos 4 anos, porém, não sabem dizer o nome do político sobre o qual poderiam premiar ou punir.

lembrarem a que o número 13 se refere, todavia, esta mesma proximidade eleitoral não foi capaz de fazer com que os entrevistados se lembrassem do partido de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Somente 39,3% dos entrevistados souberam apontar a legenda presidencial. Isso demonstra o déficit informacional na democracia brasileira, esta incapacidade de apontar os responsáveis pelo governo impede uma punição ou premiação dos membros do PSDB. Apontar o partido que foi responsável pelo governo nos últimos oito anos (e as respectivas políticas públicas implementadas) não é possível para 3/5 do eleitorado, se considerarmos a amostra como sendo representativa da população.

É visível que os entrevistados possuem menor estoque informacional quanto a cargos de eleição proporcional. Quando, em uma pergunta espontânea, foi pedido às pessoas para indicarem o nome de pelo menos um deputado federal e um deputado estadual, os números indicaram os piores resultados (24,1% e 25,2% respectivamente). O instrumento de responsabilização eleitoral fica muito enfraquecido com esta falta de informações básicas. A ausência de monitoramento dos agentes públicos eleitos torna a conexão proposta pela responsabilização eleitoral inútil. Antecipar a preferência eleitoral por parte dos agentes públicos perde sentido. Mesmo que os deputados se comportem de determinada maneira, a maioria dos eleitores não irá perceber tais atitudes uma vez que não conseguem mencionar o nome de nenhum deputado.

Diante de perguntas estimuladas²⁵, as respostas ficam mais fáceis, pois, o entrevistado pode apontar aleatoriamente a resposta correta. Mesmo assim, somente 39,2% e 33,9% souberam apontar o deputado federal mais votado e o deputado estadual mais votado respectivamente. Embora estas duas últimas variáveis não sejam tão centrais como as outras cinco, elas também demonstram que: mesmo a pergunta sendo estimulada, a maioria do eleitorado não consegue apontar o nome dos políticos.

A menor quantidade de informação relativa a cargos proporcionais vai ao encontro de estudos que sugerem como o custo informacional para este cargo são maiores, como já havíamos relatado no capítulo anterior. A possibilidade

²⁵ Perguntas 57 e 58.

de uso de recursos administrativos e financeiros torna o chefe de Executivo uma figura política com mais facilidade para ser julgada (Marenco, no prelo). Outros estudos sugerem a existência de uma avaliação retrospectiva na reeleição de Lula, em 2006, por parte de grande parte do eleitorado, onde o fator preditor principal seriam os programas sociais para população de baixa renda (Hunter e Power, 2007; Santos, 2008). Aliado a isso, os prefeitos, os governadores e os presidentes são visivelmente mais visados nos meios de comunicação. A informação relativa a eles está presente de forma mais freqüente se comparada a deputados, por exemplo.

Outro elemento que poderia aumentar o custo de monitoramento ao Legislativo seriam as eleições proporcionais. A representação proporcional em distritos de elevada magnitude dispersa a atenção entre os eleitores. Tanto no momento eleitoral, como ao longo do mandato, as atenções aos deputados e vereadores se dividem. Durante a campanha eleitoral o número de candidatos aos cargos no Executivo é muito menor do que os do Legislativo, principalmente em circunscrições eleitorais maiores. Infelizmente, a onda de 2002 do ESEB não permitiu uma comparação com a informação relativa aos senadores. Esta comparação possibilitaria saber o quanto é a eleição proporcional que produz a discrepância de informação entre os Poderes ou se o próprio papel do Legislativo o torna menos importante para a aquisição da informação.

Como um todo, o gráfico 1 mostra um baixo grau de informação para realizar-se uma avaliação pormenorizada dos políticos. A informação para uma avaliação retrospectiva adequada é insuficiente. Todavia, autores apontam que a ausência de informação do eleitor mediano não ocorre somente no caso brasileiro, muitos países possuem este mesmo problema (Manin; Przeworski; Stokes, 2006).

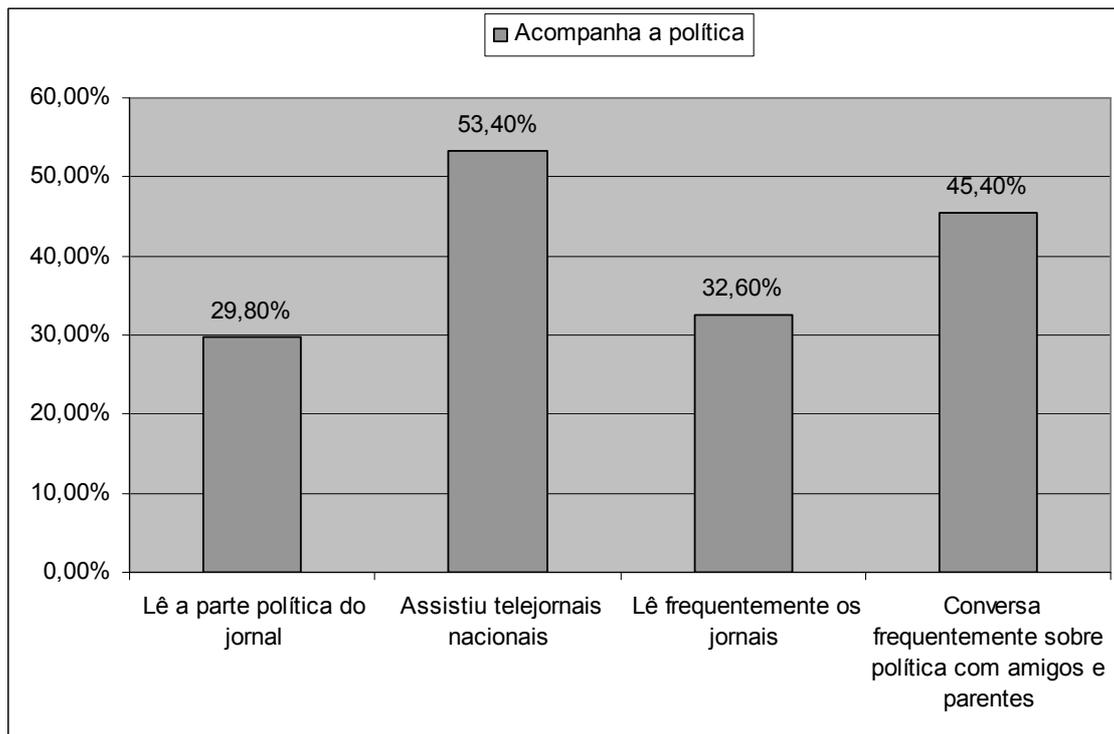
A comparação, através de surveys, do nível informacional entre os eleitores de diferentes países é complicada. Apesar de existirem bancos de dados com estas informações, como o *Comparative National Elections Project*²⁶ (CNEP), as perguntas relativas à informação não possuem equivalência funcional entre os países. Para citar um exemplo: o survey

²⁶ Disponível em <http://www.cnep.ics.ul.pt/index1.asp> . Acesso em 10/07/2009.

aplicado nos Estados Unidos continha uma pergunta sobre “qual o partido que atualmente tem um maior número de membros no Senado?”. A comparação com o caso brasileiro é muito complicada. Em primeiro lugar, a importância do cargo de senador nos EUA pode não ser igual a do Brasil, mas a diferença mais visível é o sistema bipartidário norte-americano. É muito mais fácil apontar qual partido detém mais cadeiras nos EUA. No Brasil, ao contrário, o número efetivo de partidos parlamentares é muito maior, dificultando, assim, a resposta dos entrevistados. Desta forma, acreditamos ser mais sensato utilizar estes bancos de dados somente quando houver uma equivalência funcional nas perguntas aplicadas.

Embora a quantidade de respostas corretas seja um indicador importante para avaliarmos o grau de informação política, não sabemos como as pessoas se informaram. Para haver informação, é necessário que a pessoa se exponha aos meios de difusão informacional. Nenhuma das informações do gráfico 1 podem ser interiorizadas pelas pessoas caso elas não tenham sido expostas a noticiários, a jornais e a outras pessoas que discutam sobre política. Neste sentido, o gráfico a seguir avalia perguntas sobre acompanhamento da política.

Gráfico 2. Grau de Acompanhamento da Política²⁷



Fonte: ESEB 2002. n= 2513; n= 2513; n= 2513; n=2509.

As variáveis indicam que uma minoria de pessoas acompanha a política. A leitura de jornais é um componente essencial de trabalhos preocupados em mensurar a qualidade democrática. Alguns estudos atribuem tamanha importância a este dado que utilizam a livre circulação de jornais diários por pessoa como variável independente para explicar o nível de corrupção do local, por exemplo. A ideia é que leitores de jornais possuam mais informação e, com isso, tenham maior interesse e capacidade de assegurar que os políticos permaneçam *accountable* ao eleitorado. Desta maneira, a quantidade de circulação de jornais (tiragem) seria uma forma de testar a força da *accountability* política (Adserá; Boix; Payne, 2003).

Se analisarmos que somente 32,6% dos entrevistados lêem o jornal pelo menos algumas vezes na semana, notamos uma falta de capacidade destas

²⁷ As perguntas podem ser visualizadas no anexo. Os números delas são: 62, 63a, 64 e 72. As perguntas 62 e 72 foram recodificadas da seguinte maneira: entrevistados que lêem jornal todo dia ou algumas vezes por semana foram considerados pessoas que lêem frequentemente o jornal. Entrevistados que falam sobre política com amigos e parentes todos os dias ou às vezes foram considerados pessoas que conversam frequentemente sobre política com amigos e parentes. A pergunta sobre ouve notícias de rádio foi deixada de lado por não possuir associação significativa com informação política.

peças em adquirir informação política através deste meio. Aliado a isso, menos de um terço dos entrevistados (29,8%), dedica sua leitura à parte política. Este tipo de dado sugere que, através do jornal, um contingente reduzido de pessoas acumula informação. Esta falta de preocupação em informar-se pode ser explicada (além de variáveis sócio-demográficas) pela dimensão negativa na qual a política é vista. Pesquisas realizadas por Baquero (2003), mostram como as palavras associadas à política estão em uma dimensão negativa, tais como: “corrupção”, “mentira”, “suja”, “chata”, entre outras.

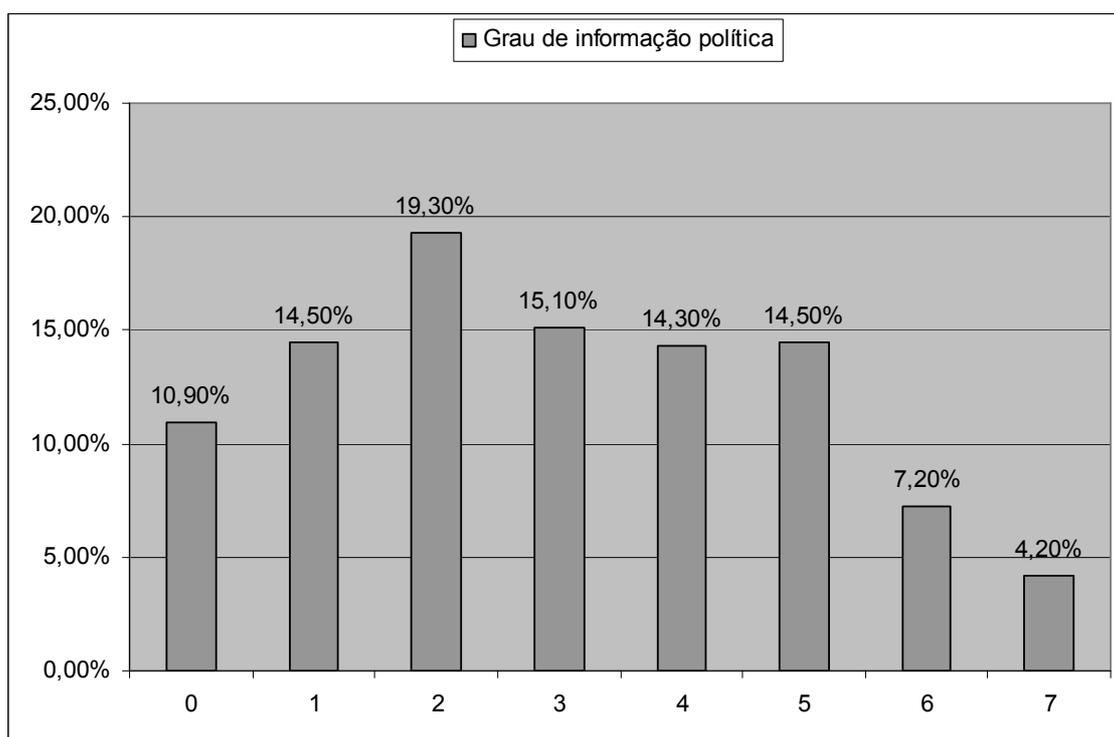
Um outro veículo de comunicação importante é a televisão, através de telejornais as pessoas podem adquirir certo estoque informacional. Nesta variável, uma maioria (53,4%) respondeu positivamente a esta pergunta. No entanto, a pergunta realizada pelo ESEB – “O Senhor assistiu telejornais com notícias nacionais essa semana”? – possui uma limitação que é a não distinção de temáticas vistas pelo telespectador. Um entrevistado, por exemplo, pode sempre assistir ao telejornal, entretanto, olha somente os temas relacionados ao esporte. Analisado por esta perspectiva, provavelmente boa parte destes 53,4%, não se preocupa em dar atenção a informações políticas embora seja exposto aos meios de comunicação.

Além de uma grande quantidade de pessoas não serem expostas aos meios de comunicação, não permitindo um acúmulo de informações políticas, muitos dos temas relacionados à política são de baixa qualidade. Grande parte dos jornais e dos programas jornalísticos acentua temas relacionados à corrupção e também ao comportamento *rent-seeking* dos agentes públicos. Este tipo de atuação da mídia alimenta uma visão negativa da política, fazendo com que muitas pessoas percam o interesse em se informar. Desta forma, a última variável do gráfico possibilita avaliarmos o grau de informação política adquirido sem a intermediação direta dos meios de comunicação.

Um número considerável de entrevistados conversa frequentemente sobre política com amigos (45,4%). Desta forma, através do diálogo entre as pessoas, elas podem obter maiores informações políticas. Poderíamos nos perguntar se conversar sobre política com amigos influi mais na aquisição informacional do que os meios de comunicação. Entre os meios de difusão informacional, qual teria mais impacto no grau de informação do brasileiro?

Para responder a pergunta acima, o mais indicado é examinar o grau de associação entre as variáveis de informação em si e o acompanhamento da política. Para tanto decidiu-se fazer uma redução de dados através da construção de um índice de informação política. A construção do índice de informação política combinou as sete variáveis do gráfico 1 com uma variação de 0 (sem informação) a 7 (a mais alta informação).

Gráfico 3. Índice de informação política



Fonte: ESEB 2002. n= 2513. Alpha de Cronbach de 0,73. A mediana é 3.

A distribuição de freqüências do índice demonstra como a maioria do eleitorado brasileiro não possui grande acúmulo informacional. Estes dados corroboram com outras pesquisas nas quais grande parte do eleitorado não possui informações básicas (Almeida, 2006; Kinzo, 2005; Santos e Rocha, 2008). Mesmo que a mediana tenha sido 3, não acreditamos que a distribuição de informação das pessoas seja razoável. Pelo contrário, é surpreendente o número de eleitores que não possuem nenhuma informação sequer. Se somarmos as categorias 0 e 1 o resultado de 25,4% é consideravelmente superior a soma das categorias 6 e 7 (11,4%). Embora o gráfico mostre um número razoável de pessoas entre as categorias 3 e 4 (29,3%), temos de levar

em conta que o tipo de informação exigida é básica. Ou seja, para que houvesse uma avaliação retrospectiva com qualidade, o ideal (em sentido analítico) é que a maior parte dos entrevistados estivesse situado na categoria 7.

Respondendo a preocupação apontada anteriormente, procurou-se identificar quais os meios de informação que proporcionam um maior grau de informação aos eleitores. Além disso, a tabela abaixo possibilita a comparação dos diferentes meios de difusão de informação para sabermos qual deles possui maior impacto no estoque informacional.

Tabela 1. Matriz de correlação (r de Spearman²⁸) do índice de informação política com variáveis de acompanhamento da política

Variáveis	r
Lê a parte política do jornal	.37**
Assistiu telejornais nacionais	.33**
Freqüência de leitura de jornais	.39**
Conversa sobre política com amigos	.26**

Fonte: ESEB 2002. ** Significativo ao nível de 0,01.

A tabela acima indica a importância dos meios de difusão informacional para o acúmulo de informações. Todas as variáveis afetam positivamente o ganho de informações. Podemos notar ainda que os meios de comunicação influem mais do que a conversa sobre política com amigos. Entre os veículos de comunicação, o jornal aparece como principal meio de adquirir informações. Neste sentido, estudos que usam esta variável como aproximação da *accountability* estão corretos em fazer tal associação, mesmo assim faz-se necessário estudar outros países para averiguar esta relação. Achamos, de certa maneira, positivo a correlação moderada²⁹ entre os veículos de comunicação e a aquisição de informação. Apesar de a mídia explorar a dimensão negativa da política, ela ainda desempenha papel importante para que as pessoas obtenham informação sobre política.

²⁸ Usaremos o coeficiente de correlação de Spearman em nossas variáveis ordinais. Como alguns dados podem ter uma distribuição assimétrica, o coeficiente de Spearman que é não-paramétrico é mais apropriado (BARBETTA, 2003).

²⁹ Para fins de análise neste trabalho, consideramos os coeficientes de correlação da seguinte maneira: de .0 a .19 = correlação fraca; .20 a .49 = correlação moderada; de .50 a .69 = correlação forte. Acima de .69 = correlação extremamente forte.

Embora se tenha separado analiticamente o acompanhamento da política e o grau de informação política, acreditamos que elas são dimensões indissociáveis. Mesmo que estas duas dimensões não sejam a mesma coisa, elas estão intimamente relacionadas, podendo-se dizer que as duas constituem duas faces da mesma moeda. Não há como adquirir informação sem acompanhar a política. A dimensão cognitiva (como é restrita) seria complementada pela exposição aos veículos usuais de informação política (meios de comunicação e conversa com amigos e parentes). Assim sendo, acreditamos que no contexto desta pesquisa, as duas dimensões podem ser unidas para formar um outro índice, que denominaremos: “capacidade de responsabilização eleitoral”. Este índice traduziria a capacidade de julgamento retrospectivo por parte do eleitor, uma vez que esta avaliação retrospectiva não é possível sem informação (Rennó, 2004).

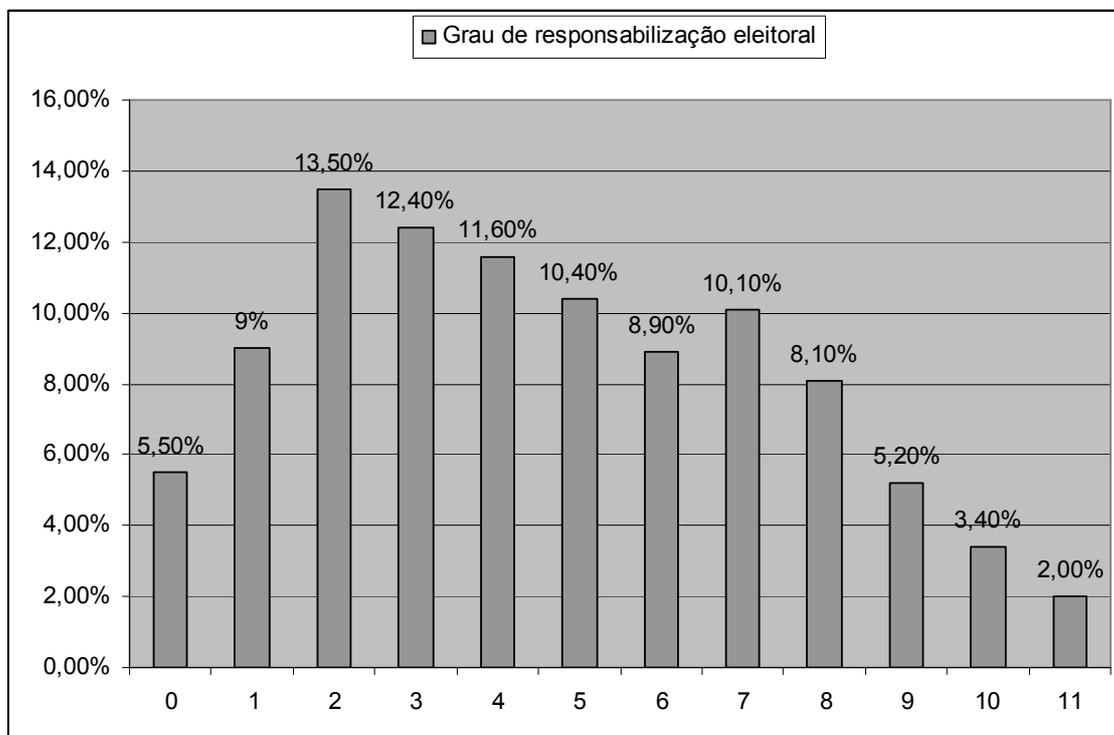
Não há como mensurar diretamente a responsabilização eleitoral, mas a sua capacidade, ou o seu potencial, é possível. Nosso pressuposto é o de que quanto maior for o grau de informação política maior é a capacidade de responsabilização eleitoral (*electoral accountability*). Não significa que as pessoas com esta maior capacidade façam necessariamente um voto melhor, ou mais inteligente que os outros. Mostraremos, posteriormente, como as pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral contêm maiores possibilidades de votar conforme seus interesses políticos; a inteligibilidade do “mundo da política”, como suas instituições e seu funcionamento, são mais fáceis de serem entendidas por pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral.

Construímos, portanto, um novo índice, onde combinamos as duas dimensões: exposição aos meios de informação e grau de informação (teste). A maneira mais apropriada para utilizar um índice é quando os itens guardam tanto associação teórica quanto estatística (Araújo, 1971). No caso dos itens da capacidade de responsabilização eleitoral, todos eles possuem associação estatística positiva ao nível de significância de 0,01³⁰. Quanto à relação teórica entre eles, como dissemos anteriormente, os meios de difusão informacional é que possibilitam o ganho de informações. Assim sendo, fizemos o índice de

³⁰ A matriz de correlação entre todos os itens está no apêndice. A maior parte dos coeficientes de correlação entre as variáveis apresenta um valor moderado.

capacidade de responsabilização eleitoral onde 0 significa nenhuma capacidade e 11 significa máxima capacidade.

Gráfico 4. Índice de capacidade de responsabilização eleitoral



Fonte: ESEB 2002. n = 2508. Alpha de Cronbach de 0,77. A mediana é 4.

A distribuição de freqüências do índice acima indica que grande parte do eleitorado brasileiro não possui grandes ferramentas para uma avaliação retrospectiva adequada. Como vimos, os itens selecionados para a construção do índice não exigem uma informação política sofisticada nem um alto grau de acompanhamento da política. Em uma variação de 0 a 11, o valor da mediana (4) já dá mostras de como a maioria das pessoas não possui maiores possibilidades de responsabilização eleitoral, uma vez que as condições necessárias ao conceito não estão sendo preenchidas. Se somarmos as categorias 0, 1 e 2 (28%) e se somarmos as categorias 9, 10 e 11 (10,6%) notamos como há um contingente mais expressivo entre aqueles que possuem um grau de informação baixo, portanto, baixa capacidade para responsabilização eleitoral.

Mais uma vez, fica evidenciado que o instrumento de *accountability* possui claros limites no caso do Brasil, embora, muito provavelmente, esta

incapacidade não seja exclusiva do país. Como os mandantes não possuem grande acesso à informação, os mandatários podem não ter que responder à preferência do eleitorado. Sabendo desta “incapacidade” dos eleitores, os políticos não possuem maiores motivos para antecipar o interesse dos representados.

Se em uma poliarquia a única sanção aos governantes que pode ser realizada pelos governados é *accountability* (Arato, 2002), possuímos grandes problemas na qualidade de representação. A única maneira de não concebermos os dados como negativos é tomarmos a concepção de representação de Edmund Burke na qual admite um caráter de extrema liberdade aos mandatários. Afinal, para o teórico, a “sapiência” dos representantes deve ser valorizada; os agentes eleitos teriam maiores condições de tomar atitudes em prol do interesse comum, da nação, pois, teriam mais conhecimento do que os representados.

Quanto mais um teórico considera os representantes como superiores, em sabedoria e experiência, em relação aos eleitores, mais ele enfatiza a necessidade de julgamento independente. Quanto mais ele acredita que os problemas políticos têm soluções corretas, objetivamente determináveis, e passíveis de averiguação racional, mais ele se inclina para independência; não vê sentido em levar em conta a opinião de cada eleitor, se a questão é técnica e requer experiência. (...) Todas estas posições converge num autor como Burke. Burke concebe uma elite de liderança, representando essencialmente não as pessoas individuais, mas a maioria dos interesses amplos e estáveis que, em conjunto, compõe o interesse nacional. Ele concebe esses interesses como capazes de serem racionalmente determinados através da deliberação de sábios homens de Estado. (...) Consequentemente, o representante passa a ser quase um administrador: ele tem a obrigação de cuidar de seus eleitores, mas não de consultá-los ou de obedecê-los. (Pitkin, 1983: 21).

A concepção elitista de Burke encontra certa justificativa nesta falta de capacidade de responsabilização eleitoral. Entretanto, a idéia de sabedoria de “seres superiores” (mandatários) não é percebida como positiva neste trabalho, acreditamos que demasiada independência dos agentes políticos não é positiva para a qualidade da poliarquia. Mesmo partindo também de uma concepção elitista, Madison já interpretara que homens não são anjos. Sem nenhum controle, sem nenhuma avaliação, os políticos podem se afastar demasiadamente da responsividade. Sem chegarmos ao extremo da

concepção de Rosseau, com sua crítica radical a todo o processo de representação, acreditamos no controle do eleitorado sobre seu representante como forma de assegurar uma maior qualidade de representação.

Se esta capacidade de responsabilização eleitoral é importante para nós, então, podemos começar a averiguar onde ela está mais presente. Quais elementos poderiam explicar um maior desenvolvimento da capacidade de responsabilização eleitoral? A seguir, mostraremos quais variáveis afetam positivamente o conceito de *electoral accountability*.

2.2 Quem são os eleitores com maior capacidade de responsabilização eleitoral?

Nos termos definidos neste trabalho, observamos em nossos gráficos uma alta concentração de eleitores que não possuem uma capacidade de responsabilização eleitoral satisfatória. Não obstante, existem um número menor de eleitores que possuem uma boa capacidade de responsabilização eleitoral. Assim sendo, a partir de agora mostraremos quem são os eleitores com esta maior capacidade e quais as características deles.

Primeiramente, apresentamos uma tabela com alguns fatores sócio-demográficos que poderiam influenciar a variável dependente (grau de capacidade de responsabilização eleitoral). Feito isso, faremos uma análise mais pormenorizada sobre as variáveis que apresentarem maior coeficiente de correlação.

Tabela 2. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de capacidade de responsabilização eleitoral com variáveis sócio-demográficas³¹

Variáveis	r
Idade	-.12**
Mora em capital de Estado	.14**
Homem	.23**
Renda mensal familiar	.51**
Escolaridade	.58**

Fonte: ESEB 2002. ** Significativo ao nível de 0,01.

³¹ As perguntas podem ser visualizadas no anexo. Os números delas são: 157, 158, 159, 168 e 176. A variável capital – não capital está na capa, onde o próprio entrevistador assinala a resposta.

Todos os fatores acima estão associados com a variável dependente. A idade está negativamente associada, porém, a correlação se mostra fraca. Pessoas que residem em capitais afetam positivamente a variável dependente. Talvez, pertencer à cidade que reúne tanto o Executivo quanto o Legislativo estadual pode tornar uma atmosfera mais propícia à aquisição de informação política. Possivelmente, os próprios meios de comunicação locais atribuem maior destaque a notícias que envolvam a política estadual em capitais. Atrelado a isso, comparativamente com algumas cidades pequenas, as capitais têm maiores índices de escolaridade. Contudo, morar em capital de Estado possui uma correlação fraca.

Pertencer ao gênero masculino também aparentemente propicia um aumento desta capacidade de responsabilização eleitoral. Todavia, muitas das mulheres entrevistadas pertencem à categoria “do lar”, onde elas não possuem contato com o ambiente de trabalho. Tendo em vista esta possível variável interveniente, excluimos as donas de casa da análise a seguir.

Tabela 3. Gênero por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral³² (%) (excluindo a categoria “do lar”)

Índice	Feminino	Masculino	Total
Baixo	45,3	29,5	36,8
Médio	40,1	44,8	42,6
Alto	14,7	25,7	20,6
Total	100 n 1023	100 n 1180	100 n 2203

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .18.

Como previsto, quando se exclui mulheres que não tenham contato com o mercado de trabalho, o coeficiente de correlação diminui um pouco, no entanto, elas continuam a deter menor capacidade de julgamento retrospectivo que os homens. Embora fraca, a correlação entre as variáveis não é desprezível. Se avaliarmos a penúltima linha, observaremos que enquanto 25% dos homens apresentam um número considerável de pessoas com alta

³² O índice foi agregado para uma melhor visualização da tabela. Os 11 itens do índice construído com base nas duas dimensões (teste de informação e acompanhamento da política) foram agrupados conforme sua distribuição de categorias: do grau 0 ao grau 3 foi considerado baixo grau de responsabilização eleitoral; do grau 4 ao 7 foi considerado médio; do 8 ao 11 foi considerado alto.

capacidade de responsabilização eleitoral, apenas 14% das mulheres possuem alta capacidade.

Uma das possíveis causas para tal dado é ainda a tímida participação feminina na política partidária no Brasil. Atualmente, as mulheres correspondem a 8,8% de presença entre os parlamentares na Câmara dos Deputados. Comparativamente a outros países da América Latina, o Brasil continua a sustentar um dos piores índices de mulheres no parlamento (Araújo, 2006). Isto pode ser fator inibidor do interesse feminino pela política, sendo responsável por um menor acompanhamento de assuntos políticos e conseqüentemente uma menor informação sobre tais temas. Isto pode ser averiguado pelo coeficiente de correlação entre gênero e interesse por política ($r=.15$), mostrando como as mulheres são menos interessadas politicamente.

A renda familiar também está associada positivamente à variável dependente. Desta vez, o coeficiente de correlação é forte, indicando uma alta probabilidade de pessoas com alta renda familiar se informarem sobre política. A renda, além de possuir uma alta correlação com escolaridade ($r=.62$), facilita o acesso aos meios de comunicação. A compra de revistas e jornais e o acesso a meios digitais, como televisão por assinatura e internet tornam mais fácil o acúmulo informacional.

Entre todos os elementos da tabela 2, a escolaridade é o que mais afeta a variável dependente. A tabela a seguir mostra a importância da educação para uma maior capacidade da chamada *electoral accountability*.

Tabela 4. Grau de escolaridade por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%)

Índice	Até a 8ª série	2º grau	Superior completo ou mais	Total
Baixo	57,5	23,8	6,5	40,4
Médio	36,5	51,6	34,8	41
Alto	6,1	24,6	58,7	18,6
Total	100 n 1404	100 n 783	100 n 322	100 n 2509

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .49.

Apesar da pequena diminuição do coeficiente de correlação em função da agregação dos dados do índice em apenas três categorias (baixo, médio, alto) notamos como a escolaridade é o fator que mais afeta a variável dependente. As áreas sombreadas indicam a maior concentração de pessoas

dentro de uma categoria. Observa-se que enquanto entre os que têm até a 8ª série, apenas 6,1% apresentam um alto grau de informação, entre os que apresentam nível superior, 58,7% tem um alto grau de informação (capacidade de responsabilização).

Este tipo de dado é negativo para a democracia brasileira, uma vez que é extremamente limitado o grau de acesso ao sistema educacional, portanto, é grande o contingente de brasileiros que possuem menor possibilidade de acompanhar e informar-se sobre política. Obviamente que este tipo de fenômeno não é exclusivo do caso brasileiro. Porém, em outros países, o acesso à rede de ensino, se não universal a todas as classes sociais, atende um número muito mais expressivo de crianças³³.

Um dos problemas que prejudicariam a qualidade democrática seria justamente esta desigualdade de recursos cognitivos. Alguns autores clássicos, como Dahl, interpretam a distribuição de informação disponível entre a população como um aspecto essencial da democracia:

A qualidade da democracia depende diretamente da medida em que os cidadãos alcancem o maior e mais igualitário nível de informação possível, o que Dahl denomina de *enlightened understanding* (compreensão ilustrada). (...) Enquanto mais igualitária e mais abundante for a distribuição de recursos cognitivos tais como educação e informação, mais provável será que as decisões políticas dos cidadãos estão de acordo com seus interesses, também será mais provável que os cidadãos tenham capacidade de tomar essas decisões conhecendo suas conseqüências potenciais, de modo que estes recursos são determinantes para que os cidadãos possam tomar uma decisão política informada, e por conseguinte, também para a qualidade da democracia (Levine e Molina, 2007: 25). (Traduzi).

Como a desigualdade educacional está conectada à desigualdade de renda, há um agravante no caso brasileiro, já que o país vem sendo um dos campeões neste quesito³⁴. Para fins deste trabalho, a má qualificação educacional de certas pessoas impede maior conhecimento sobre política,

³³ A taxa de alfabetização de adultos no Brasil é de 89,6%, segundo relatório do PNUD de 2008, deixando o país na 70ª posição do ranking desta categoria. Disponível em http://hdrstats.undp.org/2008/countries/country_fact_sheets/cty_fs_BRA.html. Acesso em 17/07/2009.

³⁴ O Brasil está entre os 10 países de pior distribuição de riqueza do mundo, calculado pelo coeficiente de Gini. Disponível em http://www.nationmaster.com/graph/eco_dis_of_fam_inc_gin_ind-distribution-family-income-gini-index. Acesso em 17/07/2009.

gerando um ambiente mais negativo à poliarquia, pois, além de não disporem de maiores ferramentas para punir os mandatários que se comportem de maneira imprópria, estes eleitores perdem a capacidade de avaliar quais são os candidatos que melhor representam seus interesses.

Pessoas que conseguiram chegar ao ensino médio possuem um pouco mais de capacidade de responsabilização eleitoral. A maior parte delas está concentrada em um nível médio de capacidade. Já os cidadãos que possuem diploma universitário conseguem acompanhar e informar-se politicamente de uma maneira mais incisiva. É improvável, segundo nosso índice, que alguém com ensino superior completo apresente uma baixa capacidade de responsabilização eleitoral, uma vez que apenas 6,5% dos entrevistados de nível superior possuem um baixo acesso à informação.

Portanto, a escolarização é o fator que mais afeta a variável dependente. Neste sentido, se quisermos fortalecer o *electoral accountability* devemos melhorar a educação entre a população. Quanto maior for o grau de escolaridade, maior as possibilidades dos brasileiros acumularem informação política, e esta, é condicional no exercício de premiar ou punir os representantes.

Ainda consideramos outra variável sócio-demográfica que incide sobre a responsabilização eleitoral, essa, como variável nominal, será analisada descritivamente: a ocupação. Na verdade, a ocupação envolve uma categorização mais complexa, na qual existem muitas respostas possíveis. Por isso, utilizaremos a situação profissional na qual as pessoas respondiam de uma forma mais geral.

Tabela 5. Situação profissional por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%)

Índice	Empregado	Autônomo	Empresário	Desempregado	Do lar	Aposentado	Outro	Total
Baixo	31,2	42,1	13,2	44,7	66,1	48,6	33,8	40,4
Médio	45,4	42,8	38,2	40	29,2	37,8	39,4	41
Alto	23,3	15,2	48,5	15,3	4,7	13,7	26,9	18,6
Total	100 n 909	100 n 594	100 n 68	100 n 170	100 n 301	100 n 249	100 n 216	100 n 2507

Fonte: ESEB 2002.

Como se pode observar pelos resultados da tabela 5, entre as situações profissionais, os empregadores são os únicos que concentram um maior volume de pessoas com alta capacidade de responsabilização eleitoral (48,5%). Logo a seguir, a categoria dos empregados apresenta um contingente de 23,4% de pessoas com alta capacidade de avaliação retrospectiva. Neste sentido, atingir os interesses através da participação eleitoral é mais fácil ao empresariado, que tem maior acesso à informação sobre assuntos públicos, do que os empregados.

Os autônomos também não possuem alta capacidade de responsabilização eleitoral, frequentemente, esta situação profissional afasta as pessoas do convívio com outros trabalhadores, prejudicando uma rede propícia à aquisição de informação.

As pessoas que estão fora do mercado de trabalho são as que menos possuem capacidade de premiar ou punir os mandatários. Entre os desempregados apenas 15,3% apresentam alta capacidade para responsabilização eleitoral já entre os aposentados este número cai para 13,7%. É impressionante a situação sobre as donas de casa captada pela pesquisa. Entre elas, 66,1% apresentam um nível baixo e apenas 4,7% possuem um alto nível. Talvez, muitas destas mulheres acreditem que a preocupação com assuntos públicos cabe ao cônjuge em função do posicionamento delas na divisão social do trabalho.

Em suma, a tabela 5 dá mostras de como é importante estar inserido no mercado de trabalho para atingir uma maior capacidade de responsabilização eleitoral. Este ambiente torna mais propício a troca de idéias sobre política e, assim, favorece o aumento de informações sobre política. A idéia de ambientes (ou contextos) que facilitam o processo de acúmulo informacional já foi argumentada em outros trabalhos (Rennó, 2004).

Organizações da sociedade civil estiveram em muitos estudos que problematizam se as características destes lugares melhoram o envolvimento político dos cidadãos. Ao participarem de associações religiosas, de bairro, ou outras, os atores sociais poderiam ter maior propensão de participar da vida pública. “Participações em organizações da sociedade civil oferecem aos cidadãos a chance de se engajarem em conversa sobre política e trocar informações com outros cidadãos” (Rennó, 2004: 88) (traduzi).

Assim sendo, incluímos em nossa análise a participação em: associações de moradores, clubes esportivos e sociais, associação assistencial (religiosa), associação assistencial (não religiosa), sindicato e associação profissional. Da mesma forma que nas variáveis sócio-demográficas, optamos por realizar uma matriz de correlação.

Tabela 6. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de capacidade de responsabilização eleitoral com variáveis de participação em organizações da sociedade civil³⁵

Variáveis	r
Participação em associação assistencial religiosa	.07**
Participação em associação de moradores	.08**
Filiação em sindicato	.14**
Participação em associação assistencial não religiosa	.19**
Filiação em associação profissional	.23**
Participação em clube social ou esportivo	.30**

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01.

Pelos dados apresentados na tabela 6, observa-se que participar de associação assistencial religiosa afeta muito pouco a variável dependente. É sabido que o caráter de algumas religiões específicas podem até mesmo retrair a participação política das pessoas. Participar de associação de moradores também apresenta uma correlação fraca. Segundo observa Rennó (2004), algumas associações de bairro ou de rua ao invés de promoverem um local propício à discussão política, sustentam relações de clientelismo em suas bases. Muitas delas existem somente para trocar votos por produtos que sirvam a suas necessidades, já outras contribuem para a formação de redes que pressionem o poder público de forma mais institucionalizada, tornando um lugar onde a política seja mais valorizada. Assim sendo, o aumento da capacidade de responsabilização eleitoral nestes locais dependerá do caráter da organização em questão.

Ser filiado a algum sindicato contribui para o aumento do potencial de responsabilização eleitoral, ainda que de forma fraca. O sindicato, além de promover reuniões entre os trabalhadores, fornece informações sobre assuntos relacionados ao labor que estejam relacionadas às tomadas de decisões dos

³⁵ As perguntas podem ser visualizadas no anexo. Os números delas são: 77a, 77c, 77d, 77e, 78a, 78b.

agentes eleitos. Participar de associação profissional também afeta a variável dependente.

Organizações assistenciais não religiosas apresentam um coeficiente de correlação maior do que organizações religiosas. Este tipo de dado reforça o pensamento de que algumas religiões oferecem ambientes reticentes à discussão política.

As organizações da sociedade civil onde a aquisição informacional é mais provável são os clubes sociais ou esportivos. Com certa surpresa, é neste local onde o engajamento político é mais notável. Utilizando-se como controle a variável escolaridade não se observa diferenças significativas entre os três subgrupos³⁶, os coeficientes de correlação não possuem maiores diferenças de valores. Isto indica que estes locais incentivam cidadãos a terem maior contato com os assuntos públicos. Obviamente que da mesma forma que as associações de moradores, características específicas destes clubes podem alterar a relação dos seus integrantes com o engajamento político.

Como pode ser observado na tabela 6, todas as variáveis aumentam as possibilidades dos cidadãos terem maior potencial de premiar ou punir os agentes públicos eleitos. Além das organizações da sociedade civil, outros locais também poderiam facilitar a troca informacional. Alguns estudos de cultura política argumentam que atividades políticas não convencionais, como a participação em protestos, boicotes e abaixo-assinados poderiam significar uma forma própria de participação política de algumas regiões. Ao estarem insatisfeitos com as políticas públicas estabelecidas, algumas pessoas realizariam manifestações para demonstrar seu descontentamento (Castro, 2000).

A tabela a seguir demonstra como as pessoas que já participaram da política não-convencional poderiam ser mais ativas politicamente, e com isso, estariam mais atentas à informação política.

³⁶ Índice de responsabilização eleitoral por participação em clube social ou esportivo controlado por escolaridade: até a 8ª série $r = .19$; 2º grau $r = .23$; superior completo ou mais $r = .17$. Todos significativos ao nível de 0,01.

Tabela 7. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de capacidade de responsabilização eleitoral com variáveis de participação política não convencional³⁷

Variáveis	r
Participação em greve	.22**
Participação em manifestações ou protestos	.31**
Assinatura em abaixo assinado	.37**

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01.

Os resultados indicam que a participação política não convencional aumenta a probabilidade das pessoas acompanharem e se informarem sobre política. Todos os elementos possuem um coeficiente de correlação moderado com a variável dependente. Assim sendo, a visão negativa sobre manifestações “fora da ordem”, que poderiam ser consideradas inclusive “menos democráticas” por alguns, não leva em conta a sua contribuição para o conceito de *electoral accountability*. Este tipo de participação permite um maior conhecimento sobre assuntos relacionados à política eletiva. Ao fazer uma greve, por exemplo, seus integrantes adquirem um conjunto de informações sobre políticas públicas adotadas que podem vir a servir para o aumento no grau de informações básicas que estamos medindo neste trabalho. Podemos observar que fazer greve ($r=22$) influencia mais do que simplesmente ser filiado a um sindicato ($r=14$, tabela 6).

Chama a atenção o valor do coeficiente de correlação das pessoas que somente assinaram um abaixo assinado quando comparado a outras formas de participação. Participar de protestos também possui um coeficiente considerável. Desse modo, fica evidenciado como alguns ambientes podem ser mais propícios a uma troca informacional.

Se alguns ambientes ou contextos são mais propensos a deixarem as pessoas mais atentas à informação política, não podemos desconsiderar o ambiente eleitoral. É durante as eleições onde se adquire boa parte das informações relativas aos candidatos e aos partidos políticos. O horário eleitoral gratuito, a competição entre os candidatos, e a própria proximidade

³⁷ As perguntas podem ser visualizadas no anexo. Os números delas são: 76a, 76b, 76c.

com o pleito eleitoral maximizam a informação segundo alguns estudos (Rennó, 2006). Ou seja, ao longo da campanha eleitoral os eleitores aprendem algo sobre os candidatos.

Participar de campanhas eleitorais mais ativamente pode facilitar o conhecimento sobre alguns candidatos como apontam alguns estudos (Júnior e Dantas, 2004). Pessoas que participam de atividades como colar cartazes, convencer pessoas a votarem em alguém e distribuir panfletos estão interagindo eleitoralmente. Algumas destas pessoas fazem isso por serem contratadas, mas outras, o fazem por gostarem ou terem preferência partidária. De qualquer forma, estes eleitores possuem maior interesse por política e isto pode ser fundamental para estarem mais atentos à política, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 8. Interesse por política por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral (%)

Índice	Sem interesse	Um pouco de interesse	Muito interesse	Total
Baixo	64,5	26,1	16,5	40,2
Médio	32,1	49,9	34,1	41,1
Alto	3,4	24	49,5	18,7
Total	100 n 981	100 n 1229	100 n 279	100 n 2489

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a . 46.

Conforme esperávamos, ter interesse por política é fundamental para acompanhá-la e estar informado sobre ela. A área sombreada dos cidadãos que não possuem interesse por política indica que quase 2/3 deles possuem um nível baixo de capacidade de responsabilização eleitoral. O não interesse por política torna a capacidade de premiar ou punir um agente público improvável. Somente 3,4% destas pessoas têm um nível alto de capacidade de responsabilização eleitoral. Por outro lado, ter muito interesse por política aumenta a possibilidade dos eleitores estarem se informando sobre política. Assim, quase metade destas pessoas (49,5%) apresenta um alto grau desta capacidade.

Esta tabela demonstra, ainda, um dado positivo. Mesmo que alguns estudos indiquem que a população brasileira tenha uma opinião negativa em relação à esfera política, como chata, corrupta, entre outras (Baquero, 2003), a maioria dos entrevistados ainda demonstra algum tipo de interesse por ela. A

percentagem somada do número de pessoas que possuem um pouco ou muito interesse por política é de 60,6%.

Se o interesse por política afeta moderadamente a variável dependente, a participação da população nas campanhas eleitorais pode também afetar o grau em que acompanham e se informam sobre política. Desse modo, a tabela a seguir evidencia este tipo de relação.

Tabela 9. Matriz de correlação (r de Spearman) do índice de capacidade de responsabilização eleitoral com variáveis de participação em campanhas³⁸

Variáveis	r
Colocou faixas ou cartazes de algum candidato em casa, no trabalho ou colou adesivo no carro	.12**
Participou de reuniões, colou cartazes, ou distribui panfletos durante as eleições	.18**
Tentou convencer alguém a votar em um candidato ou partido	.27**

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01.

Os fatores acima contribuem para o aumento do acesso à informação política. Acreditamos que colocar faixas ou cartazes de algum candidato, distribuir panfletos e colocar adesivos no carro são, sem dúvida, indicadores de envolvimento político, entretanto, os dados não estão altamente correlacionados a uma maior capacidade de premiar ou punir os agentes públicos.

Já entre cidadãos que tentaram persuadir alguém a votar conforme sua preferência pode-se argumentar uma inversão de causalidade, onde justamente quem tem maior capacidade de premiar ou punir os representantes são aqueles que se sentem mais motivados a dar sua opinião para influenciar a preferência dos conhecidos. De qualquer forma, a participação em campanhas estimula as pessoas a adquirirem informação, a atmosfera eleitoral contagia a população ao incrementar o debate sobre política. Neste sentido, a idéia de que os eleitores adquiram um maior contato com assuntos públicos no decorrer da campanha eleitoral (Rennó, 2006) é moderadamente verificado pelos dados.

Dado que o contexto eleitoral influencia a capacidade de responsabilização eleitoral procuramos examinar também se o fato de possuir preferência por algum partido político afeta nossa variável. Para Kinzo (2005), eleitores com maior conhecimento sobre organizações partidárias possuem

³⁸ As perguntas podem ser visualizadas no anexo. Os números delas são: 1, 2 e 3.

maiores chances de manifestarem preferência partidária. Em outros estudos, mostra-se como a preferência por algum partido político aumenta a probabilidade de informação política (Rennó, 2006). Em nosso entender, um maior acúmulo informacional entre os eleitores não representa maiores chances de eles pertencerem a um partido político, pelo contrário, são os filiados que dão mais atenção aos assuntos partidários e conseqüentemente são mais informados.

Os militantes são importantes fontes de informação, pois, instruem eleitores sobre comportamentos das legendas e suas posições ideológicas. Dessa forma, filiação partidária estaria intimamente ligada a altos níveis de interesse por política e discussão sobre política (Balbachecvsky, 1992 apud Rennó, 2004). Portanto, esperamos que ser filiado a qualquer partido promova uma maior capacidade de responsabilização eleitoral.

Tabela 10. Filiação partidária por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por filiação partidária (%)

Índice	Não é filiado	Filiado	Total
Baixo	41,8	17,1	40,3
Médio	41	42,1	41
Alto	17,2	40,8	18,7
Total	100 n 2351	100 n 151	100 n 2503

Fonte: ESEB, 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .15.

Apesar da correlação ser fraca, notamos que entre os filiados o número de pessoas com baixa capacidade de responsabilização eleitoral é muito menor do que os não filiados. Das pessoas que não são filiadas, somente 17,2% apresentam alta capacidade de responsabilização eleitoral, enquanto este dado sobe para 40,8% quando analisados os filiados. Ou seja, pessoas com filiação partidária possuem maiores chances de estarem informadas sobre política. Possivelmente, os filiados servem como difusores de informação a outras pessoas tentando convencê-las a votar em alguém (a correlação entre tentar convencer alguém e ser filiado é $r=.19$).

Se estar filiado apresenta relação com informação e acompanhamento da política, pessoas que possuam preferência por alguma legenda também podem apresentar maiores possibilidades de premiar ou punir os agentes públicos eleitos. A idéia de que os partidos políticos representem atalhos de

informação não é recente na ciência política (Downs, 1957). De certa maneira, eles representam uma identidade ou uma marca, onde algumas políticas públicas são mais destacadas. Regiões onde as organizações partidárias sejam mais fortes, ou mais institucionalizadas, podem ter maior estoque informacional.

Os partidos podem servir como fonte de informação para os eleitores quanto mais enraizados estejam na localidade específica. Variação nos níveis de organização partidária e sua correspondente inserção em um contexto eleitoral são fatores que influenciam a capacidade do eleitor de distinguir os principais atores no processo eleitoral. (Rennó, 2006: 54).

Pessoas identificadas com algum partido, então, podem economizar custos de informação. Ao observar os atores políticos dentro da legenda de sua preferência, os eleitores podem ter uma maior capacidade de premiar ou punir os agentes públicos. Assim sendo, a tabela a seguir considera as pessoas que tenham preferência por algum partido.

Tabela 11. Preferência partidária por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral³⁹ (%)

Índice	Não possui preferência	Possui preferência	Total
Baixo	46	29,8	39,4
Médio	38,4	45,5	41,3
Alto	15,6	24,7	19,3
Total	100 n 1413	100 n 971	100 n 2384

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .17.

As pessoas que tenham algum partido onde elas se sintam representadas de alguma forma possuem maiores chances de ter maior capacidade de responsabilização eleitoral. Embora a correlação seja fraca, podemos observar que entre os eleitores sem preferência partidária 46% apresentam baixo acompanhamento e informação sobre política. Já entre aqueles que possuem alguma preferência, este número cai para 29,8%.

Ainda que não sejam fontes suficientes de informação, os partidos políticos diminuem os custos de informar-se. Servindo como atalho

³⁹ Na verdade, no ESEB 2002 não existe a pergunta de preferência partidária, optamos, assim, em apresentar a pergunta: “Existe algum partido político que representa a maneira como o senhor pensa?” número 31 do questionário.

informacional, as legendas evidenciam marcas, exploram imagens e oferecem políticas de governo. Neste sentido, poderíamos nos perguntar se a ideologia das pessoas não poderia oferecer estes mesmos atalhos de informação. A idéia é que pessoas mais “ideologizadas” possuam maior interesse por política. E, como vimos, a correlação entre interesse e informação é bastante significativa. Estes eleitores possuem uma orientação mais definida sobre o voto, sabendo posicionar os atores sociais no gradiente esquerda-centro-direita.

Assim, ao lado da identificação partidária a ideologia seria um dos principais preditores de voto em eleições presidenciais (Singer, 2000). Ao se auto-posicionar no contínuo esquerda-centro-direita, o eleitor também identificaria as posições ideológicas dos candidatos e depositaria o voto no presidenciável correspondente ideologicamente (Singer, 2000). Desse modo, cidadãos capazes de identificarem-se com alguma posição ideológica deveriam ter maior capacidade de responsabilização eleitoral. A tabela a seguir não distingue o bloco ideológico, mas somente se as pessoas conseguem ou não se auto-posicionar no contínuo ideológico.

Tabela 12. Ideologia por índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral⁴⁰ (%)

Índice	Não sabe o que é esquerda e direita	Conseguem se posicionar no contínuo E/D	Total
Baixo	69,2	32,2	38,8
Médio	29,6	44,2	41,6
Alto	1,2	23,6	19,6
Total	100 n 425	100 n 1929	100 n 2354

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .31.

De acordo com o que foi dito anteriormente, pessoas que conseguem se auto-posicionar na escala ideológica teriam maior potencial em premiar ou punir os agentes públicos eleitos uma vez que são mais informadas politicamente. Enquanto somente 1,2% das pessoas que não sabem a definição dos blocos ideológicos possuem alta informação política e quase 70% apresentam um baixo índice de informação, entre os cidadãos que sabem se

⁴⁰ Número 50 do ESEB. “Novamente pensando em esquerda e direita na política. O que o (a) Sr (a) se considera? Zero significa que o (a) Sr(a) é de esquerda e 10 que o (a) Sr(a) é de direita”.

situar no gradiente ideológico sobe para 23,6% o número dos que têm alta informação e desce para 32% aqueles com baixo índice de informação. A ideologia, assim, “é um indicativo do interesse do eleitor por política e de sua capacidade de se orientar na identificação da postura dos distintos candidatos” (Rennó, 2006: 55).

Ainda que os dados apontem uma correlação positiva entre o auto-posicionamento ideológico e ter maior acompanhamento e informação sobre política, há a possibilidade de sermos questionados quanto à capacidade das pessoas em conseguir identificar posições ideológicas. Mesmo que parte da literatura assuma uma associação entre auto-posicionamento e voto (Singer, 2000; Carreirão, 2004; 2007), outros estudiosos afirmam que tal escala é precária metodologicamente porque a imensa maioria das pessoas não sabe identificar o significado dos conceitos de esquerda, centro e direita (Almeida, 2001). Independente deste debate metodológico, nossos dados mostraram uma correlação moderada entre as variáveis posicionamento e informação.

2.3 Considerações finais

Este capítulo procurou mostrar como um dos pilares da democracia está presente na democracia brasileira: a virtude em avaliar os agentes públicos eleitos para reduzir o hiato entre representante e representado. Não nos parece ser suficiente a quantidade de informação política dos eleitores brasileiros para realizar uma avaliação retrospectiva adequada. São muitos os eleitores que não desenvolvem um potencial de informação capaz de garantir um voto mais informado. Para estes cidadãos, o voto como meio da *accountability* não parece existir. Poder-se-ia argumentar que este tipo de eleitor efetua um modelo de voto por mandato, prospectivo no caso. Todavia, o voto prospectivo deveria ser utilizado juntamente com uma avaliação retrospectiva, pois o próprio eleitor é quem acionaria uma espécie de balança para calcular a probabilidade de um candidato ser melhor (Manin; Przeworski; Stokes, 2006).

A ampla oferta informacional para o exercício adequado da responsabilização eleitoral não é escassa somente no Brasil, estudos comparativos se fazem necessários, principalmente trabalhos que consigam realizar perguntas com equivalência funcional em surveys. A literatura sobre

electoral accountability, no entanto, parece convergir para com a idéia de que o conceito só pode se desenvolver em uma sociedade se houver um mínimo de informação política, ou seja, informação é condição para uma avaliação retrospectiva (Rennó, 2004).

Embora a maioria do eleitorado brasileiro não tenha uma grande capacidade de punir ou premiar os mandatários, mostramos como há certas variáveis que influem consideravelmente na informação política, aqui considerada como capacidade de responsabilização eleitoral. Ser homem, ter uma renda familiar mais alta e principalmente, ter maior escolaridade afetam a probabilidade de formação de eleitores mais informados e que estejam mais atentos aos assuntos políticos. Como muito das pessoas com menor atenção e com menor informação sobre política englobam setores marginalizados da população brasileira, há enormes problemas de desigualdade na escolha de representantes entre os eleitores brasileiros. Se fontes de informação são elementos preciosos de uma democracia como assegura Dahl (1997), estes bens parecem ser consumidos com mais facilidade por setores mais elitizados.

(...) as desigualdades parecem ser cumulativas. Primeiro, aqueles que não tem acesso a um recurso, como renda e riqueza, também não tem acesso a outros recursos, como justiça, tecnologia, informação, moradia e atendimento de saúde de qualidade, bem como à voz política. (...) os grupos que têm acesso reduzido à informação são os mesmos que foram historicamente excluídos do acesso a diversos outros recursos no Brasil. No final, o hiato informacional beneficia ricos, brancos e homens, especialmente em ambientes políticos mais complexos. Portanto, as desigualdades parecem permear as diferentes esferas da sociedade brasileira, o que está no cerne de sua resiliência no tempo no Brasil. (Rennó, 2007: 723 e 742).

Da mesma forma que Rennó, mostramos que são os mais ricos, mais escolarizados e homens que atingem uma maior capacidade de premiar ou punir os agentes públicos. Vimos, ainda, como o empresariado em comparação com outras situações profissionais, é quem mais tem potencial em uma avaliação retrospectiva.

Se setores marginalizados não têm o mesmo acesso à informação como as classes mais ricas, notamos como certos ambientes ou contextos podem contribuir para a aquisição informacional. Além da própria inserção no mercado de trabalho, participar de organizações da sociedade civil e manifestações de

protesto auxilia no aumento da capacidade de responsabilização eleitoral. Todavia, o modo como estas organizações da sociedade civil se relacionam com seus integrantes e com o poder público é que vai permitir um caráter mais institucionalizado, favorecendo o ganho informacional ou, pelo contrário, estabelecerá relações clientelísticas entre seus participantes e o poder público.

O contexto eleitoral, como era de se esperar, propicia um espaço de maior discussão sobre assuntos relacionados à política e favorece o aumento da informação sobre política. A participação em campanhas, e principalmente o interesse por política, contribui para ampliar a oferta informacional e um maior conhecimento sobre os candidatos. Os próprios filiados que contêm maiores estoques de informação contribuem para uma difusão de informação relativa aos candidatos e as organizações partidárias. Como vimos, a filiação partidária é um dos elementos que favorece o aumento no grau de informação política.

A idéia de que os partidos políticos são fontes de informação aos eleitores foram reforçadas em nosso estudo. Cidadãos que tenham preferência por algum partido contêm um grau mais alto de informação e são mais atentos a assuntos políticos. No caso de eleitores que conseguem se situar no gradiente ideológico eles também possuem maior capacidade de avaliação retrospectiva em relação àqueles que não sabem distinguir esquerda, centro e direita. Possuir ideologia ou partido diminui os custos de informação, assim como já tinha sido averiguado em outros estudos (Rennó, 2004; 2006; Singer, 2000).

Em suma, este capítulo procurou analisar os condicionantes que incidem sobre a informação política. Se a atenção dos eleitores relacionada aos assuntos políticos não é adequada para o pleno monitoramento dos agentes políticos, não favorecendo o ganho de informações, por outro lado, alguns fatores podem contribuir para diminuir este problema. Poder-se-ia argumentar que ter um maior grau de informação e acompanhar mais a política não possuem relevância para o voto, estes eleitores poderiam se comportar da mesma maneira daqueles com grau mínimo de capacidade de responsabilização eleitoral. Nosso próximo capítulo tentará contra-argumentar esta idéia.

Capítulo 3 – Responsabilização eleitoral e qualidade democrática

Neste capítulo, desenvolveremos nossas duas hipóteses. Primeiramente testaremos nossa primeira hipótese, mostrando como os eleitores mais informados possuem um comportamento distinto de eleitores menos informados. Além de terem um comportamento mais congruente com seu interesse político e ideológico, esperamos que cidadãos mais informados votem de forma mais coerente.

Em um segundo momento, testaremos nossa segunda hipótese. Tentaremos demonstrar como o conceito de responsabilização eleitoral é central em países como o Brasil, com desenhos institucionais mais próximos do consociativismo. Iremos analisar se a capacidade de responsabilização eleitoral aumenta a probabilidade das pessoas perceberem o regime democrático como sendo legítimo.

Da mesma forma como foi usado no capítulo anterior, utilizaremos em todas as tabelas o índice de capacidade de responsabilização eleitoral agregado em três categorias: baixa, média e alta. Novamente, estas tabelas tiveram elaboração própria, construídas a partir de dados do ESEB. A partir de agora, nosso índice é a variável independente.

3.1 Capacidade de responsabilização eleitoral faz diferença?

Um dos pressupostos de nosso trabalho é a obrigatoriedade de informação suficiente para uma avaliação retrospectiva adequada. Informação é condição para o exercício da responsabilização eleitoral (Rennó, 2004). Argumentamos, no capítulo anterior, que pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral são cidadãos que aproximam o voto aos seus interesses políticos. A partir disso, eleitores mais informados conseguem votar com uma capacidade de prever as conseqüências possíveis do seu sufrágio, conhecendo melhor os “limites” das políticas públicas e das decisões políticas dos candidatos. Como mostraremos mais adiante, cidadãos mais informados conseguem identificar de forma mais clara a posição ideológica dos agentes

públicos. A decisão política informada, desse modo, é determinante para a qualidade democrática (Levine e Molina, 2007).

Então, alguns comportamentos eleitorais, poderiam ser mais consistentes ou coerentes com a orientação política dos cidadãos? Em que medida a capacidade de responsabilização eleitoral influencia atitudes nos pleitos eleitorais? A literatura já deu mostras que eleitores se comportam de maneira diferenciada. Uma aproximação de voto mais sofisticado seria a manutenção do voto no mesmo partido para cargos diferentes (*straight-ticket voting*). Este tipo de atitude é uma indicação de voto partidário, onde questões nacionais são levadas em contas de forma mais acentuada (Rennó, 2007).

Partimos da hipótese: *quanto maior for a capacidade de responsabilização eleitoral, maior é a probabilidade dos eleitores se comportarem de forma mais coerente e congruente com seu posicionamento político e ideológico, além disso, estes eleitores possuem maior conhecimento de determinadas instituições políticas e, em conseqüência, podem votar de maneira mais sofisticada.*

Primeiramente, faremos uma análise descritiva de quais os elementos que os eleitores levam em consideração na hora de votar em um candidato presidencial. A tabela a seguir analisa se maior informação política determina um comportamento diferenciado. A partir de agora, o índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral passa a ser nossa variável independente.

Tabela 13. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por fatores importantes na hora do voto para presidente (%)

Item mais importante	Baixo	Médio	Alto	Total
Pessoa do candidato	22,7	16,1	13,8	18,1
Propostas do candidato	35,3	40,6	52,6	41
O seu passado, o que ele já fez	38,1	39,9	31	37,5
Partido do candidato	3,9	3,3	2,6	3,4
Total	100 n 876	100 n 987	100 n 458	100 n 2321

Fonte: ESEB 2002.

Aparentemente, a tabela⁴¹ acima vai de encontro a nossa hipótese. Pessoas com baixa e média capacidade de responsabilização eleitoral afirmam levar em consideração mais o passado (38,1% e 39,9%) do candidato do que as pessoas com alta capacidade (31%). No entanto, acreditamos que as respostas para as perguntas são muito dúbias para serem interpretadas de forma definitiva. Diferenciar os fatores levados em consideração através destas respostas é difícil.

A maior parte dos entrevistados acha mais importante as propostas do candidato no momento eleitoral. Enquanto 35,3% das pessoas com nível baixo de informação e 40,6% com nível médio acreditam ser esse o item mais importante, este número sobe para 52,6% entre pessoas com nível alto. Decidir o voto por meio das propostas dos presidenciáveis está relacionado ao voto por mandato, ou seja, prospectivo. Não há como saber exatamente qual situação temporal é acionada pelo eleitor, o mais provável é que haja uma “balança” onde o representado se baseia em uma informação retrospectiva para calcular a probabilidade do concorrente ser melhor (Manin; Przeworski; Stokes, 2006).

Se olharmos o total de entrevistados que responderem levar em conta primeiramente as propostas do candidato (41%) em relação aos que consideram o passado (37,5%) notamos números bem próximos. No caso desta pergunta, que se refere exclusivamente aos presidenciáveis, a avaliação retrospectiva deveria ser mais fácil de ocorrer, pois, todos os principais concorrentes já haviam passado por algum cargo de destaque ao longo da carreira política (Lula, José Serra, Anthony Garotinho e Ciro Gomes). É bem provável que tanto uma avaliação retrospectiva (passado) quanto prospectiva (propostas) sejam levadas em consideração.

A figura do candidato é o fator mais importante entre aqueles com baixa capacidade de responsabilização eleitoral (22,7%), na medida em que esta capacidade aumenta este tipo de fator perde em importância (16,1% entre os com capacidade média e 13,8% entre os com capacidade alta). O partido é o item mais importante para poucas pessoas na hora do voto. Tanto pessoas informadas como desinformadas politicamente não consideram o partido como

⁴¹ No questionário ainda é possível saber os itens mais importantes para todos os outros cargos eletivos, todavia, isto implicaria em muitas tabelas. Não há maiores diferenças de distribuição de frequências entre os outros cargos eletivos.

item central na escolha de um presidente. Porém, este dado é ambíguo, pois, como mostraremos neste capítulo, muitas pessoas levam em consideração a preferência e a rejeição partidária no momento em que votam para presidente.

Uma outra forma de testar se pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral são mais aptas a realizar uma avaliação retrospectiva é a pergunta 79 do ESEB. Ela questiona o próprio entrevistado na sua relação com a informação sobre política, o que sintetiza, de certa forma, o conceito de *electoral accountability* - o (a) Senhor(a) costuma se informar sobre o trabalho de algum político?

Tabela 14. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por costume de informar-se sobre o trabalho de algum político ⁴² (%)

Costuma informar-se sobre o trabalho de algum político?	Baixo	Médio	Alto	Total
Não	82	59,8	33,7	63,9
Sim	18	40,2	66,3	36,1
Total	100 n 1002	100 n 1025	100 n 466	100 n 2493

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .36.

Mesmo a pergunta sendo vaga, as próprias pessoas parecem reconhecer quando procuram estar informadas sobre o trabalho ou atuação dos agentes públicos. Enquanto 82% das pessoas com baixa capacidade de responsabilização eleitoral admitem não informar-se sobre os políticos, somente 33,7% das pessoas com alta capacidade dizem que não costumam informar-se. Embora este último dado possa parecer excessivo para quem está no nível alto, é bom lembrar que trabalhamos com informação política básica. Embora consideremos para fins analíticos que os entrevistados que estejam acima da escala 7 no índice de capacidade de responsabilização eleitoral sejam pessoas com alta capacidade, sabemos que ainda assim, a informação política não é sofisticada. Por isso, muitas pessoas sabem algumas

⁴² A partir de agora, iremos relatar se a escolaridade não interfere na relação entre as variáveis. Poder-se-ia argumentar que, na verdade, somente a escolaridade explicaria esta relação. Porém, acionando a escolaridade notamos como as tabelas ainda possuem associação significativa ao nível de 0,01. Correlação se Spearman entre quem estudou até a 8ª série = .30; segundo grau = .24; ensino superior = .33.

informações básicas, mas não acreditam que possam responder positivamente quando argüidas sobre o acompanhamento que fazem dos políticos.

A tabela 14 dá indicativos de que a construção do nosso índice é uma mensuração da capacidade de responsabilização eleitoral entre os eleitores. Para continuar testando a mensurabilidade do conceito através do índice, mostraremos como as pessoas mais atentas e mais bem informadas conseguem distinguir de forma mais nítida os atores sociais e, além disso, sabem posicioná-los mais claramente no gradiente ideológico.

As tabelas a seguir realizam um teste de percepção sobre o posicionamento ideológico de duas figuras conhecidas na política brasileira: Fernando Henrique Cardoso e Lula. Em 2002, ano da primeira onda do ESEB, o governo FHC já governava havia 8 anos e seu governo foi marcado por amplas reformas de Estado que colocavam o governo mais à direita do espectro político. Privatizações, por exemplo, são políticas consideradas como sendo mais próximas de governos de direita. Além disso, a coalizão de sustentação do governo FHC era formada por partidos de centro e de direita (PSDB, PMDB, PFL, PTB e PP). Já Lula, até 2002, sempre foi ligado a uma imagem mais à esquerda do espectro político, sendo filiado durante sua vida somente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e sempre associado na figura de um sindicalista. Mesmo com a inclusão do PL na aliança de 2002 e a carta ao povo brasileiro, onde o PT configura um discurso mais ao centro, Lula não poderia ser associado a uma imagem à direita.

Desta forma, fizemos um determinado recorte da pergunta 59 do ESEB onde pudéssemos apontar se a resposta do entrevistado era correta ou incorreta. A escala do ESEB varia de 0 (esquerdista) a 10 (direitista). Para não sermos excessivamente arbitrários, optamos por localizar FHC em uma posição de centro-direita (5 a 10), assim, quem apontasse algum número desta escala associava corretamente o presidente no gradiente esquerda-direita. Já para Lula optamos exatamente o contrário (0 a 5) indicando que ele está em uma posição de centro-esquerda e esta avaliação, segundo nossa interpretação, está correta. Assim sendo, podemos perceber se eleitores mais informados possuem maior clareza das posições ideológicas dos dois principais atores políticos do Brasil na época.

Tabela 15. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por classificação ideológica de FHC⁴³ (%)

Teste de classificação ideológica	Baixo	Médio	Alto	Total
Incorreto ou não sabe	59,6	35	13,5	40,9
Correto	40,4	65	86,5	59,1
Total	100 n 1014	100 n 1028	100 n 467	100 n 2509

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .35.

Tabela 16. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por classificação ideológica de Lula⁴⁴ (%)

Teste de classificação ideológica	Baixo	Médio	Alto	Total
Incorreto ou não sabe	63,1	34,4	10,5	41,6
Correto	36,9	65,6	89,5	58,4
Total	100 n 1014	100 n 1029	100 n 466	100 n 2509

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .41.

As tabelas acima indicam que nossa hipótese está apontando para o caminho certo. Pessoas mais informadas conseguem identificar de forma mais clara as posições ideológicas dos atores políticos. Na tabela 15, enquanto 40,4% dos entrevistados com baixa informação conseguem apontar a classificação de FHC de maneira adequada, em pessoas com média informação este número sobe para 65%, já para as pessoas com alta informação este número sobe para 86,5%. Na tabela 16, os eleitores com baixa capacidade de responsabilização estão ainda mais distantes daqueles com alta capacidade (os primeiros acertam 36,9% e os últimos 89,5%).

Ter informações básicas e estar mais exposto aos meios de difusão informacional acarreta em maior probabilidade de conhecer melhor os atores políticos. Pessoas que possuíam alta informação apontavam incorretamente a posição ideológica somente 13,5% das vezes na tabela 15 e 10,5% na tabela 16, ou seja, ter alta capacidade de responsabilização eleitoral torna improvável o não reconhecimento ideológico dos principais atores políticos do país.

Além dos candidatos, poderíamos averiguar também se pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral reconhecem a posição

⁴³ Controle por escolaridade: todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman até a 8ª série = .22; segundo grau = .29; ensino superior = .33.

⁴⁴ Controle por escolaridade: todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman até a 8ª série = .32; segundo grau = .30; ensino superior = .24.

ideológica dos partidos políticos brasileiros. Da mesma forma que Lula e FHC, esperamos que as pessoas reconheçam as posições ideológicas dos seus respectivos partidos: PT e PSDB.

O Partido dos Trabalhadores até 2002, sempre esteve vinculado mais a esquerda do espectro político. Aliado a isso, o partido foi a principal legenda de oposição ao governo FHC, cuja identificação de centro-direita fazia com que o discurso petista se aproximasse ainda mais da esquerda. Assim sendo, será considerado correto pessoas que associarem o PT a uma escala de 0 a 5 (centro-esquerda).

O Partido da Social-Democracia Brasileira nasceu a partir de uma ruptura com o PMDB em 1988. A princípio, o partido estaria mais à esquerda do PMDB, contudo, os oitos anos de governo FHC fizeram com que o partido fosse considerado mais à direita do gradiente ideológico. Geralmente, a literatura tem apontado a legenda como sendo de centro (Rodrigues, 2002). Desta forma, para não sermos arbitrários na escolha das posições na escala, optamos por creditar corretamente quem apontar o PSDB como estando entre 4 a 10 na escala ideológica (centro-direita). As tabelas a seguir, foram elaboradas a partir da questão 41 do ESEB.

Tabela 17. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por classificação ideológica do PT⁴⁵ (%)

Teste de classificação ideológica	Baixo	Médio	Alto	Total
Incorreto ou não sabe	64,6	35,7	12,6	43,1
Correto	35,4	64,3	87,4	56,9
Total	100 n 1013	100 n 1027	100 n 467	100 n 2507

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .39.

⁴⁵ Controle por escolaridade: todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman até a 8ª série = .31; segundo grau = .27; ensino superior = .24.

Tabela 18. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por classificação ideológica do PSDB⁴⁶ (%)

Teste de classificação ideológica	Baixo	Médio	Alto	Total
Incorreto ou não sabe	67,3	40,1	14,4	46,3
Correto	32,7	59,9	85,6	53,7
Total	100 n 1013	100 n 1028	100 n 467	100 n 2508

Fonte ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .39.

Assim como ocorreu com a posição ideológica de Lula e FHC, pessoas mais informadas conseguem posicionar o PT e PSDB adequadamente na escala ideológica. As duas tabelas possuem correlação moderada entre as variáveis. De forma não surpreendente, os entrevistados possuem uma visão um pouco mais clara da posição ideológica petista. Enquanto na tabela sobre o PT 56,9% dos cidadãos conseguem identificar corretamente a posição ideológica, no PSDB este número cai para 53,7.

Portanto, ter alta capacidade de responsabilização eleitoral torna provável a identificação do posicionamento ideológico dos partidos. Enquanto 87,4% (17) e 85,6% (18) das pessoas com alta informação atribuem uma posição adequada às legendas, somente 35,4% (17) e 32,7% (18) dos entrevistados com baixa informação realizam tal tarefa.

Assim como reconhecer a posição ideológica dos atores sociais e das instituições políticas, conhecer a própria preferência ideológica também é importante. Pessoas mais informadas poderiam efetuar uma ligação mais clara de seus interesses ideológicos com a preferência partidária. Um dos objetivos deste capítulo é mostrar como a capacidade de responsabilização eleitoral torna cidadãos mais aptos a votar de acordo com seus interesses políticos ou ideológicos.

Uma noção de representação é extremamente importante para o modelo consensual de democracia: a congruência representacional (Powell, 2000; Melo, 2007). Como relatado no primeiro capítulo, a congruência representacional denota um caráter de aproximação de representação entre o eleitor e o eleito. Em seu estudo, Powell utiliza a auto-colocação do eleitor em uma escala esquerda-direita e tenta averiguar o quanto esta distribuição está

⁴⁶ Controle por escolaridade: todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman até a 8ª série = .31; segundo grau = .26; ensino superior = .39.

próxima da distribuição dos partidos políticos desta mesma escala. Ele toma como pressuposto que pessoas que se consideram de esquerda, por exemplo, terão maior congruência representacional se partidos de esquerda estiverem no Legislativo. Neste caso, se 35% do eleitorado de um país é de esquerda, a congruência representacional perfeita seria aquela onde 35% dos deputados da câmara baixa fosse de esquerda.

No nosso entender, nem todas as pessoas que se auto-posicionam na escala esquerda-direita sabem realmente a sua posição ideológica (Almeida, 2001). Além disso, as pessoas podem conhecer sua posição ideológica, porém, possuir preferência por um partido que não seja congruente com seu auto-posicionamento ideológico. No caso deste trabalho, acreditamos que maior informação política torna mais “claro” o auto-posicionamento das pessoas com sua preferência partidária, quando houver.

Para testar se a capacidade de responsabilização eleitoral influencia a congruência ideológica (preferir um partido do mesmo bloco ideológico de seu auto-posicionamento) iremos utilizar o auto-posicionamento da escala esquerda-direita e o partido que melhor representa a maneira do entrevistado pensar (o que aproximamos como preferência partidária⁴⁷).

Como somente uma parte dos entrevistados revelou preferir algum partido, a amostra será reduzida, além disso, o PT corresponde a 62% de pessoas que preferem alguma legenda. Assim sendo, a análise recairá exclusivamente em pessoas que acreditam que o Partido dos Trabalhadores representem a sua maneira de pensar. Será considerado congruente “petistas” que estejam situados entre 0 a 5 na escala (centro-esquerda). Os que se consideram direita (6 a 10), e os que não souberem se posicionar serão considerados incongruentes.

⁴⁷ As perguntas podem ser visualizadas no anexo: 32 e 50.

Tabela 19. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por congruência ideológica (somente entre pessoas com preferência pelo PT⁴⁸) (%)

Congruência ideológica	Baixo	Médio	Alto	Total
Incongruente	55,9	34,5	17,7	34,9
Congruente	44,1	65,5	82,3	65,1
Total	100 n 136	100 n 287	100 n 158	100 n 581

Fonte ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .29.

A tabela indica que pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral conseguem associar seu posicionamento ideológico com a organização partidária na qual acreditam ser a que represente melhor a sua maneira de pensar. Enquanto 82,3% das pessoas com alta capacidade tem um comportamento congruente, em pessoas com média e baixa capacidade estes números caem para 65,5% e 44,1% respectivamente. O coeficiente aponta uma correlação moderada entre as variáveis.

De forma peculiar, um valor normativo de um modelo consensual de democracia, no qual o Brasil se aproxima, é facilitado pela *electoral accountability*: a congruência representacional. Pessoas que possuem maiores níveis de informação política possuem maiores possibilidades de aproximar sua preferência ideológica com sua preferência partidária. Destarte, o entendimento de que modelos democráticos consociativos maximizam a congruência representacional ao invés da responsabilização eleitoral (Melo, 2007) podem começar a ser vistas de forma diferente, onde um potencializa o outro. Neste sentido, nosso pressuposto teórico de que o conceito de *accountability* é importante a todas as poliarquias é reforçado. Ter capacidade de avaliação retrospectiva aumenta as chances dos brasileiros comportarem-se de maneira congruente com seus interesses políticos.

Se nossa hipótese aponta para uma maior coerência de comportamento do eleitor com a política, podemos analisar em que medida isto ocorre através do voto. De forma complementar a tabela 19, poderíamos averiguar se os eleitores conseguem associar sua rejeição partidária ao voto presidencial. Ou seja, pessoas que rejeitam o PT e votam em Lula, ou rejeitam PSDB e votam

⁴⁸ Controle por escolaridade: até a 8ª série significativo ao nível de 0,01, correlação de Spearman a .28; segundo grau significativo ao nível de 0,05, correlação de Spearman a .12. Ensino Superior não significativo pelo baixo n.

em Serra, apresentariam um comportamento incoerente. Estes eleitores não conseguem associar a pessoa do presidente com a respectiva legenda.

Os dados a seguir analisam atitudes coerentes e incoerentes. Se pessoas que votaram, no segundo turno, em Lula e disseram que nunca votariam no PT elas serão consideradas incoerentes. A mesma situação ocorrendo em relação ao Serra e ao PSDB⁴⁹.

Tabela 20. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por coerência eleitoral⁵⁰ (%)

Coerência eleitoral	Baixo	Médio	Alto	Total
Incoerente	15,6	6,8	4	9,4
Coerente	84,4	93,2	96	90,6
Total	100 n 652	100 n 805	100 n 399	100 n 1856

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .19.

A tabela possui uma correlação fraca entre as variáveis. Apesar de caminhar no sentido esperado, a de que pessoas mais bem informadas votam com mais coerência (96%) em relação aqueles com baixa informação política (84,4%), as áreas sombreadas indicam como, na verdade, quase todos os entrevistados parecem associar adequadamente a legenda que rejeitam ao candidato presidencial da mesma. Assim sendo, podemos perceber que boa parte do eleitorado vincula sua rejeição partidária ao voto.

Ainda em relação à votação dos eleitores, poderíamos complexificar o teste de coerência dos mesmos. Como já mostramos anteriormente, pessoas mais informadas conseguem identificar de forma mais correta as legendas em suas respectivas posições ideológicas. Além disso, estas pessoas também possuem maior congruência ideológica, ou seja, levam em consideração seu auto-posicionamento ideológico na hora de preferir um partido (no caso o PT). Neste sentido, poderíamos nos perguntar se o sentimento em relação ao PT altera o voto para presidente.

Na pergunta 42a do ESEB foi pedido que a pessoa dissesse o quanto gosta do Partido dos Trabalhadores onde 0 significava não gosta e 10 gosta.

⁴⁹ Pergunta 8: E, no segundo turno, em quem o(a) Sr.(a) votou: Lula ou José Serra? Pergunta 81: Em quais destes partidos o(a) Sr.(a) não votaria de jeito nenhum?

⁵⁰ Controle por escolaridade. Tanto como segundo grau e ensino superior não foi significativo devido ao baixo n. Até a 8ª série significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .18.

Fizemos uma recodificação onde 0 a 4 a pessoa não gosta do partido e 6 a 10 a pessoa gosta do partido. O restante foi desconsiderado. Na próxima tabela (na verdade três em uma), selecionamos e cruzamos três variáveis. Seguindo a nossa hipótese, acreditamos que quanto maior for a capacidade de responsabilização eleitoral maior será a associação entre gostar do PT e votar em Lula e não gostar do PT e votar em Serra (no segundo turno).

Tabela 21. Sentimento em relação ao PT por votação presidencial controlada por índice de capacidade de responsabilização eleitoral⁵¹ (%)

Índice	Voto presidencial	Gosta do PT	Não gosta do PT	Total
Baixo	Lula	84,3	47,4	70,9
	Serra	15,7	52,6	29,1
	Total	100 n 375	100 n 213	100 n 588
Médio	Lula	89,8	30,6	71,3
	Serra	10,2	69,4	28,7
	Total	100 n 229	100 n 502	100 n 731
Alto	Lula	90	21,6	64,1
	Serra	10	78,4	35,9
	Total	100 n 220	100 n 134	100 n 354

Fonte: ESEB 2002. Todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .39 no nível baixo; correlação de Spearman a .61 no nível médio; correlação de Spearman a .70 no nível alto.

Embora a maioria dos entrevistados apresente um comportamento coerente (gostar do PT e votar em Lula ou não gostar do PT e votar em Serra), notamos que conforme o índice de capacidade de responsabilização aumenta, maior é a probabilidade das pessoas serem coerentes com seu sentimento sobre o PT. Notemos que quando o índice se mostra baixo o coeficiente de correlação é moderado, já quando é médio ele passa a ser forte e quando ele se torna alto o coeficiente fica extremamente forte, atingindo .70.

A tabela 21 mostra como a capacidade de avaliação retrospectiva é importante para a congruência dos interesses do cidadão com a política. Pessoas mais informadas percebem que ao votar em Lula também votam no PT, elas vinculam de forma mais nítida a legenda ao presidenciável. Não existe

⁵¹ Controle por escolaridade com até 8ª série: tabelas significativas ao nível de 0,01. Índice baixo correlação de Spearman a .35. Índice médio correlação de Spearman a .59. Índice alto correlação de Spearman a .78. Controle por escolaridade com segundo grau: tabelas significativas ao nível de 0,01. Índice baixo correlação de Spearman a .68. Índice médio correlação de Spearman a .58. Índice alto correlação de Spearman a .68. Controle por escolaridade com ensino superior: tabelas significativas ao nível de 0,01, com exceção do índice baixo que não possui casos. Índice médio correlação de Spearman a .76. Índice alto correlação de Spearman a .66.

correto ou errado ao votar em Serra ou Lula, todavia, o que é fundamental é conseguir associar o sentimento a determinada instituição é julgá-la. Pessoas descontentes com o PT não deveriam, em princípio, votar em Lula, elas deveriam punir a organização partidária não depositando seu voto no candidato. Logicamente, existem outros fatores que também atuam na definição eleitoral.

Da mesma forma que Rennó (2007) já tinha percebido, cidadãos mais informados estão mais atentos à legenda em que depositam seu voto. No caso do referido estudo, ter informações sobre deputados federais é a variável que mais explica o *straight-ticket voting*. Em outra pesquisa, Kinzo (2005) argumenta que pessoas mais informadas têm maior probabilidade de preferir algum partido. De forma nítida, ter informação faz diferença. “Eleitores mais bem informados se comportam de maneira diferente de outros menos informados” (Rennó, 2007: 735).

Ao longo da análise, percebe-se que nossos dados caminham em direção a nossa hipótese: *quanto maior for a capacidade de responsabilização eleitoral, maior é a probabilidade dos eleitores se comportarem de forma mais coerente e congruente com seu posicionamento político e ideológico, além disso, estes eleitores possuem maior conhecimento de determinadas instituições políticas e, em conseqüência, podem votar de maneira mais sofisticada.*

Um de nossos pressupostos, aventado no início deste estudo, é de que um dos problemas que poderia incidir sobre a legitimidade do regime democrático seria a generalização dos atores e instituições políticas. Se os eleitores não soubessem discernir, nem acompanhar os agentes públicos em suas atribuições, é correto deduzir que eles não teriam capacidade de responsabilização eleitoral, em função de sua inutilidade enquanto instrumento, uma vez que eles ficariam impossibilitados de premiar ou punir os agentes públicos eleitos. Ao não discernir um político, os eleitores poderiam começar a pensar que a reflexão sobre quem é um “bom” político é indiferente, afinal, para eles todos os candidatos a cargos eletivos seriam iguais.

Não há uma pergunta no questionário do ESEB que permita mensurar uma “indiferenciação” dos políticos, o que existe é uma aproximação desta pergunta, onde o entrevistado é indagado se concorda ou discorda da seguinte

afirmação – todos os políticos roubam⁵². Assim sendo, acreditamos que maior capacidade de responsabilização eleitoral faz com que os cidadãos generalizem menos esta questão. Eles saberão diferenciar que existem políticos corruptos e honestos.

Tabela 22. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por generalização dos políticos quanto à corrupção⁵³ (%)

Todos os políticos roubam?	Baixo	Médio	Alto	Total
Discorda	36,1	47,5	67,1	46,9
Concorda	63,9	52,5	32,9	53,1
Total	100 n 924	100 n 1000	100 n 459	100 n 2383

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .22.

Como esperado, a tabela indica que menor capacidade de responsabilização eleitoral implica em maior generalização dos políticos quanto sua performance ética. Observando a área sombreada, notamos como o único nível a ter maioria das pessoas que discordam da afirmação de que todos os políticos roubam é o alto. Enquanto 63,9% dos entrevistados com baixa informação concordam com esta generalização, somente 32,9% das pessoas com alta informação também concordam. É possível que os casos de corrupção posteriores a 2002, como o “mensalão”, por exemplo, tenham modificado esta percepção de que todos os políticos roubam. No entanto, acreditamos que a relação entre as variáveis possa ter sido mantida, embora a frequência dos que acreditam que todos os políticos roubam possa ter aumentado.

Ainda podemos salientar um aspecto negativo para a democracia brasileira, se observarmos o total de pessoas que concordam e discordam desta afirmação veremos que a concordância é maior. Ou seja, a maior parte dos eleitores acredita que todos os políticos utilizem seu cargo com vistas a obter algum benefício ilegal. Isto atinge em cheio a qualidade do regime e alimenta uma visão negativa de todo sistema político.

⁵² A pergunta pode ser visualizada em anexo: 105k.

⁵³ A tabela foi recodificada: somaram-se as categorias muito e pouco, o restante foi desconsiderado. Controle por escolaridade: Controle por escolaridade: todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman até a 8ª série = .14; segundo grau = .17; ensino superior = .22.

Decisões políticas mais informadas levam a um comportamento diferenciado, fazendo com que os eleitores votem mais congruentemente e coerentemente. Apesar de acionarmos o controle de escolaridade em nossas tabelas, notamos que pessoas de escolaridade próxima, mas com diferente nível de capacidade de responsabilização eleitoral, se comportam de maneira distinta. Isto significa que embora a escolaridade possa maximizar o acesso à informação política, como discutido no capítulo anterior, ela, sozinha, não explica a coerência e congruência política.

Em suma, nossos dados, em linhas gerais, apontam para a mesma direção de nossa hipótese. Pessoas mais informadas possuem maiores possibilidades de realizar um voto retrospectivo mais coerente e congruente com sua preferência política e ideológica. Conforme esperávamos, estes eleitores conseguem situar tantos os atores políticos como as instituições políticas de forma mais nítida. Portanto, capacidade de responsabilização eleitoral faz diferença, assim sendo, este elemento não pode ser desprezado quando nos referimos à qualidade democrática. A seguir, veremos se a legitimidade do regime democrático não pode ser afetada por esta capacidade de *electoral accountability*.

3.2 Capacidade de responsabilização eleitoral e legitimidade da democracia

Já argumentamos que o conceito de responsabilização eleitoral é importante em todas as poliarquias. Independente do desenho institucional de um país, a qualidade democrática depende da presença deste instrumento de avaliação retrospectiva. Desta maneira, possuímos um entendimento distinto de autores como Powell (2000) e Melo (2007) para os quais o conceito é um valor normativo a ser maximizado somente em democracias majoritárias.

Como relatado anteriormente, para estes autores, países de arranjo institucional mais próximo do modelo consensual maximizam outros valores, como a representação autorizativa e a congruência representacional. Em relação ao modelo proporcionalista, Melo (2007: 19) relata a seguinte situação: “Nele, responsabilização, em sentido restrito, e mandatos não cumprem papel algum – o que está efetivamente em jogo é a congruência representacional entre interesses sociais e exercício do poder político”. Em nenhum momento,

no primeiro capítulo, discordamos da importância de outras formas de valores normativos em desenhos consociativos, todavia, acreditamos que a *accountability* também deva ser valorizada em países com arranjos próximos do tipo *power-sharing*.

Para parte da literatura, a qualidade democrática pode estar relacionada à legitimidade do regime democrático. A legitimidade, na verdade, seria o piso mínimo sobre qual opera a análise de qualidade democrática. E esta legitimidade depende dos procedimentos para escolher e controlar governantes e para que os cidadãos possam influir na política (Levine e Molina, 2007).

Se associarmos o conceito de *accountability* à qualidade democrática, assim como os autores acima, nos perguntamos se ele não pode estar relacionado ao sentimento de legitimidade do regime. Pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral votam mais coerentemente e congruentemente com seus interesses políticos, além disso, elas generalizam menos os agentes públicos e as instituições políticas. Assim sendo, será que pessoas mais informadas e que acompanham mais a política não perceberiam o regime em que vivem como sendo mais legítimo?

Portanto, testaremos nossa segunda hipótese: *quanto maior for a capacidade de responsabilização eleitoral entre as pessoas, maior a probabilidade de elas aceitarem o regime democrático como sendo legítimo.*

Como foi trabalhado anteriormente, entendemos o conceito de legitimidade do regime democrático como estando relacionado à noção de aquiescência. As pessoas precisam aprovar as instituições que as governam, caso contrário, poderá começar a existir um processo de contestação da legitimidade (Levi, 1986).

Da mesma forma que estudos culturalistas, nosso trabalho valoriza a dimensão afetiva dos cidadãos frente às instituições políticas (Almond e Verba, 1963). As pessoas precisam perceber o regime democrático como sendo o mais apropriado para dirigir suas vidas, isto é fundamental para a qualidade de uma poliarquia. O funcionamento das instituições pode ficar comprometido caso não haja uma base normativa de apoio a elas (Baquero, 2004).

Portanto, analisaremos se a legitimidade do regime democrático não pode ser afetada pela capacidade de responsabilização eleitoral. Assim como outros estudos, utilizaremos o apoio difuso ao sistema político para mensurar

parte da legitimidade. Esta dimensão refere-se aos valores democráticos, utilizada em inúmeros surveys em vários países. No ESEB 2002, as perguntas 22 e 90 podem ser consideradas como perguntas que se aproximam do conceito de legitimidade.

Tabela 23. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por opinião sobre a democracia⁵⁴ (%)

A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	Baixo	Médio	Alto	Total
Discorda ou indiferente	18	15,8	9	15,2
Concorda	82	84,2	91	84,8
Total	100 n 838	100 n 984	100 n 465	100 n 2287

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .08.

Tabela 24. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por democracia como melhor forma de governo⁵⁵ (%)

Opinião	Baixo	Médio	Alto	Total
A democracia não é a melhor forma de governo necessariamente	28,1	19,8	23,4	23,5
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo	71,9	80,2	76,6	76,5
Total	100 n 801	100 n 989	100 n 466	100 n 2256

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .06.

A tabela 23 caminha em direção a nossa hipótese. Embora o coeficiente de correlação se mostre fraco, devemos perceber como todas as áreas sombreadas estão na categoria concorda, ou seja, não existe grande grau de variabilidade entre as respostas, pois, a grande maioria dos entrevistados concorda que a democracia seja a melhor forma de governo. Embora não haja grande discriminação nas respostas, entendemos que estas variáveis são as mais apropriadas para mensurar apoio difuso, aliado ao fato de serem as

⁵⁴ A afirmação da tabela está escrita como no questionário. A tabela foi recodificada para concorda muito e um pouco para concorda e discorda muito, um pouco e nem concorda nem discorda para discorda ou indiferente. A opção não sabe o que é democracia abrangia 126 casos e foi desconsiderada. Controle por escolaridade: até a 8ª série não significativo; segundo grau significativo ao nível de 0,01 e correlação de Spearman = .13. Ensino superior significativo ao nível de 0,05 correlação de Spearman = .14.

⁵⁵ A opção “tanto faz” foi unida com a “em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia” para a “democracia não é a melhor forma de governo necessariamente”, a outra pergunta foi escrita igualmente ao questionário do ESEB. Controle por escolaridade: até a 8ª significativo ao nível de 0,05 correlação de Spearman = .07; segundo grau e ensino superior não significativos.

únicas disponíveis no ESEB. Enquanto 82% das pessoas com baixa informação política concordam que a democracia seja a melhor forma de governo, em pessoas com alta informação este número sobe para 91%. No controle por escolaridade, a falta da inclusão da categoria “não sabe o que é democracia” tira a significância de pessoas com escolaridade baixa (até a 8ª série), afinal, muitas pessoas não compreendem a noção de democracia.

A tabela 24 apresenta restrições a nossa hipótese. Embora o coeficiente de correlação seja positivo, conforme esperávamos, o número de pessoas que acreditam que a democracia é sempre a melhor forma de governo declina entre pessoas com média capacidade de responsabilização eleitoral a pessoas com alta capacidade. Pessoas com baixa informação acreditam que a democracia seja sempre a melhor forma de governo em 71,9% das vezes, pessoas com média informação 80,2% e pessoas com alta informação 76,6%. Em relação ao controle por escolaridade, pessoas com ensino superior e que respondam que a democracia não seja a melhor forma de governo necessariamente formam um conjunto pequeno de casos, e por isso, a falta de significância estatística. Entretanto, pessoas com ensino médio não apresentam significância estatística mesmo possuindo um número suficiente de casos.

Os resultados das tabelas indicam a mesma direção para onde aponta nossa hipótese, contudo, há indicativos de que a capacidade de responsabilização eleitoral afeta os chamados valores democráticos de forma fraca. A não inclusão de uma resposta de “não sabe o que é democracia” na tabela 24 pode ter prejudicado a pergunta. Muitas pessoas não conhecem o significado da palavra democracia, desta forma, não é possível saber se pessoas com baixa informação política, que não se sentiam seguras ao proferir uma opinião sobre um conceito incompressível para elas, optaram por responder que a democracia é a melhor forma de governo de uma forma voluntária. Talvez, elas respondessem positivamente por entender que deveriam responder desta maneira, mesmo não compreendendo o significado da palavra democracia.

Em artigo recente, Ribeiro (2007) já tinha admitido a possibilidade de que as perguntas sobre apoio difuso não são apropriadas para mensurar a legitimidade democrática em poliarquias com democratização recente. Apesar destes possíveis limites na mensuração de valores democráticos, devemos

perceber que existem outras variáveis importantes que afetam o grau de legitimidade de um sistema político. Para Melo (2007) e Powell (2000) a congruência representacional e a representação autorizativa são valores a serem maximizados em modelos consensuais de democracia. Possivelmente, poderíamos incluir a representação descritiva, que, embora não apresente garantias de execução dos interesses dos eleitores (Arato, 2002) pode incrementar os níveis de legitimidade do regime democrático.

Outros elementos, não presentes neste trabalho, também podem garantir um sentimento de maior apoio ao regime democrático. Entre eles: o grau de satisfação com a democracia (Moisés e Carneiro, 2008), a confiança institucional (Baquero, 2007) e o capital social (Baquero, 2003).

Um dado positivo chama a atenção nas tabelas 23 e 24: o grande contingente de eleitores que apóiam o regime democrático. Na revisão teórica, sublinhamos que estudos relativos a estes dados apontavam como 55% de eleitores o ápice do apoio difuso ao sistema em 1997 (Moisés e Carneiro, 2008). A pergunta referente à tabela 24 é praticamente igual ao estudo da década de 90 e 76,5% dos entrevistados responderam positivamente. Destarte, parece ter havido um fortalecimento da imagem da democracia como melhor forma de governo desde a redemocratização. Uma grande parte dos cidadãos parece ter compreendido a diferença entre regime e governo, onde o último pode ser destituído por meio do voto. Um elemento central na avaliação retrospectiva é que o descontentamento em relação a algum governo pode gerar uma punição ao *incumbent* por parte do eleitor, a literatura se refere a esta oportunidade desta forma: “jogar os ruins para fora” (Powell, 2000).

Como relatado no capítulo teórico, não devemos ficar restritos à dimensão de apoio difuso ao sistema político para mensurar legitimidade. A chamada eficácia política tem sido destacada como sendo extremamente importante para o desenvolvimento democrático (Baquero, 2007). Esta eficácia política pode ser dividida em subjetiva (interna) ou objetiva (externa).

A eficácia política subjetiva remete à idéia de que o cidadão precisa acreditar na importância do eu (*self*) na política e na vida pública em geral. Ele deve sentir-se sujeito e não meramente objeto da política. No caso deste trabalho, este elemento é fundamental, já que responsabilização eleitoral refere-se à capacidade das pessoas em julgar os representantes, avaliando-os

de forma a garantir melhores condições em sua vida social. Assim, a eficácia política subjetiva está relacionada à responsividade, onde pessoas escolhem políticas de sua preferência e acreditam que elas vão ser aplicadas. Esta eficácia interna é um indicador utilizado por Levine e Molina (2007) para mensurar responsividade, que pode ser definida como: “à disposição dos governos de adotarem as políticas preferidas por seus governados” (Miguel, 2005: 28).

A eficácia objetiva, ou externa, é a percepção de que as demandas dos eleitores vão ser aplicadas pelos eleitos. É a crença nas quais as eleições fazem diferença por selecionar candidatos que satisfaçam os interesses dos representados. Assim sendo, acreditamos que a eficácia política está relacionada com a capacidade de responsabilização eleitoral.

Argumentamos no primeiro capítulo que a eficácia política introduz a manutenção da racionalidade nas instituições democráticas. Caso as pessoas não se sintam capazes de interferir em políticas públicas ou que as instituições políticas não satisfazem seus desígnios, pode começar haver uma contestação da legitimidade do regime. O grau de aquiescência ao regime pode ser prejudicado tendo em vista a desconfiança de que a democracia não pode efetuar nenhuma mudança nas vidas das pessoas. Desta maneira, neste trabalho, a eficácia política é percebida como uma dimensão da legitimidade.

Primeiramente faremos a análise da eficácia política objetiva. Na pergunta 20 do ESEB foi perguntado aos entrevistados o quanto faz diferença quem governa o Brasil. Esta pergunta é importante, pois, está relacionada fortemente com aquilo mencionado anteriormente: as pessoas devem perceber que os atores públicos podem fazer diferença.

Tabela 25. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por faz diferença quem governa o Brasil⁵⁶ (%)

Faz diferença quem governa o Brasil?	Baixo	Médio	Alto	Total
Não faz diferença	32,2	25,7	17,6	26,7
Faz diferença	67,8	74,3	82,4	73,3
Total	100 n 948	100 n 1016	100 n465	100 n2429

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .12.

Ter maior informação política afeta a crença na qual faz diferença quem governa o país. Apesar da correlação fraca, temos de considerar o pequeno grau de variabilidade nas respostas (como indicam as áreas sombreadas). A maioria das pessoas (73,3%) acredita que faz diferença quem governa o Brasil. Enquanto pessoas com baixa capacidade de responsabilização eleitoral acreditam que faz diferença quem governa o Brasil em 67,8% das vezes, em entrevistados com média capacidade este número vai a 74,3% e para pessoas com alta capacidade chega a 82,4%.

Então, ter maiores níveis de informação política afeta a eficácia política objetiva. Para fazer uma análise mais completa, introduzimos a questão 89 onde é perguntado se as eleições presidenciais ajudam, ajudam pouco ou não ajudam a melhorar a vida da população.

Tabela 26. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por eleições presidenciais ajudam a melhorar a vida da população⁵⁷ (%)

Eleições presidenciais:	Baixo	Médio	Alto	Total
Não ajudam a melhorar a vida da população	19,4	12,5	7,3	14,3
Ajudam um pouco	50,3	46,2	34,8	45,6
Ajudam muito	30,3	41,4	57,9	40,1
Total	100 n 977	100 n 1020	100 n 466	100 n 2463

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .21.

A tabela acima vai ao encontro de nossa hipótese. A correlação entre as duas variáveis é moderada. Somente as pessoas com alta informação política

⁵⁶ Os números 5 e 4 foram recodificados como categoria “faz diferença”, os números 1 a 3 foram recodificados para categoria “não faz diferença”. O restante foi desconsiderado. Controle por escolaridade: até a 8ª série significativo ao nível de 0,05 e correlação de Spearman a .06; segundo grau significativo ao nível de 0,01 e correlação de Spearman a .11; ensino superior significativo ao nível de 0,01 correlação de Spearman a .20.

⁵⁷ Controle por escolaridade: todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman até a 8ª série = .12; segundo grau = .24; ensino superior = .24.

crêem, em sua maioria, que as eleições ajudam muito a melhorar a vida da população. Das pessoas com baixa capacidade de avaliação retrospectiva, somente 30,3% acreditam que as eleições ajudam muito a melhorar a vida da população, aqueles com média capacidade 41,4% e aqueles com alta capacidade 57,9%.

Da mesma forma que nas tabelas 23 e 24, os dados apresentados podem ser considerados positivos. Na tabela 25 quase 3/4 dos entrevistados acreditam que faz diferença quem governa o Brasil. Já na tabela 26 são poucas as pessoas descrentes em relação às eleições (14,3%).

Nosso índice está mostrando a importância do acompanhamento da política e da informação política em si para que os eleitores percebam que os atores sociais e as eleições podem modificar condições de vida. A democracia, segundo pessoas mais informadas, seriam um meio para uma transformação social através da escolha de representantes. Neste sentido, a eficácia política objetiva depende, em parte, da capacidade de responsabilização eleitoral.

Para completar o teste de nossa hipótese, analisaremos a eficácia política subjetiva. Não é recente a importância do eu, no sujeito participante na política, em estudos referentes à cultura política de um país. Em seu clássico livro, *"The civic culture: political attitudes and democracy in five countries"*, Almond e Verba já tinham percebido a existência de uma orientação do eu enquanto entidade política participante na cultura cívica.

Pessoas menos informadas, possuindo menos "ferramentas" no momento de uma avaliação retrospectiva, poderiam sentir-se menos participantes da vida pública. O principal instrumento de representação, o voto, poderia ficar sem sentido para estas pessoas. Da mesma forma que já tínhamos falado, uma contínua orientação negativa em relação ao sufrágio poderia ser sintoma de indiferença ou alienação em relação à política (Gunther e Monteiro, 2003).

A seguir, a próxima tabela averigua em que medida ter maior capacidade de responsabilização eleitoral influencia a percepção sobre a influência do voto.

Tabela 27. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por percepção sobre a influência do voto⁵⁸ (%)

O voto influencia o que ocorre no Brasil?	Baixo	Médio	Alto	Total
Não influencia	24,7	20	16,1	21,1
Influencia	75,3	80	83,9	78,9
Total	100 n 965	100 n 1024	100 n 465	100 n 2454

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .08.

Como pode ser observada através da área sombreada, a grande maioria dos entrevistados acredita que o voto influencia os acontecimentos no Brasil. Como não há grande variabilidade nas respostas, o coeficiente de correlação se mostra fraco. Todavia, notamos que entre cidadãos com baixa capacidade de responsabilização eleitoral 24,7% acham que o voto não influencia os acontecimentos, aqueles com média capacidade são 20% e somente 16,1% daqueles com alta capacidade acreditam que o voto não influencie. No controle por escolaridade, entre aqueles com segundo grau, a relação entre as variáveis não se mostrou significativa.

Avaliando as respostas dos entrevistados, notamos como grande parte atribui importância ao voto. Talvez, a proximidade com o pleito eleitoral evidencie mais a influência das urnas sobre os acontecimentos do país, ainda mais com a eleição do primeiro presidente de esquerda (e ex-metalúrgico) “pela primeira vez na história deste país”. Neste sentido, poderíamos pensar se estas pessoas também atribuem tamanha importância ao seu voto particular, perguntando uma situação prática: “Se o voto não fosse obrigatório, o senhor votaria?”, questão 60 do ESEB.

⁵⁸ Pergunta 21 do ESSB : “algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto não influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) Sr.(a) desse uma nota de 1 a 5. O 5 significa que o nosso voto influencia muito, e 1 significa que o nosso não influencia nada no que acontece no Brasil. Os números 5 e 4 foram recodificados como categoria “influencia”, os números 1 a 3 foram recodificados para categoria “não influencia”. O restante foi desconsiderado. Controle por escolaridade: até a 8ª série significativo ao nível de 0,01 correlação de Spearman a .08; segundo grau não significativo; ensino superior significativo ao nível de 0,01 correlação de Spearman a .22.

Tabela 28. Índice agregado de capacidade de responsabilização eleitoral por votaria se o voto não fosse obrigatório⁵⁹ (%)

Votaria se o voto não fosse obrigatório?	Baixo	Médio	Alto	Total
Não	61,3	42	24,2	46,5
Sim	38,7	58	75,8	53,5
Total	100 n 987	100 n 1000	100 n 454	100 n 2441

Fonte: ESEB 2002. Significativo ao nível de 0,01. Correlação de Spearman a .28.

A tabela é clara, ter alta capacidade de responsabilização eleitoral afeta a probabilidade das pessoas votarem caso o voto fosse facultativo. A relação entre elas é moderada. Enquanto os entrevistados com baixa capacidade de responsabilização eleitoral responderam que não votariam em 61,3% das vezes, este número cai para 42% em entrevistados com média capacidade e alcança 24,2 entre entrevistados de alta capacidade. Mesmo controlando por escolaridade, notamos como ainda há relação entre as variáveis, indicando que ter maior informação política possibilita um entendimento distinto sobre o voto.

A eficácia política subjetiva depende do grau de informação política e do acompanhamento da política dos eleitores. Ao buscarem informação, os cidadãos adquirem maior potencial de avaliação retrospectiva, eles possuem maiores “ferramentas” para punir ou premiar os representantes. Este tipo de situação, aliada a uma menor generalização do mundo da política, faz com que a percepção da importância do eu na política seja mais forte. Pessoas mais informadas sentem maior possibilidade de influenciar o resultado político de um país, ou seja, elas participam mais ativamente de atividades políticas.

Acreditar na participação do eu e nas instituições democráticas é um componente essencial de qualquer poliarquia. Na hora em que o voto, ou as instituições democráticas não servem ao propósito a que vieram, no momento em que os agentes públicos não satisfazem o interesse dos cidadãos, e se a representação política não assume a responsabilidade, a legitimidade do regime democrático está sendo prejudicada. A qualidade democrática pressupõe que o piso mínimo que deva existir em um ambiente democrático seja a legitimidade.

⁵⁹ A opção “talvez/depende” foi desconsiderada bem como a opção “não sei” ou “não respondeu”. Controle por escolaridade: Controle por escolaridade: todas as tabelas significativas ao nível de 0,01. Correlação de Spearman até a 8ª série = .17; segundo grau = .19; ensino superior = .16.

Baquero (2004: 128) tem razão, “as expectativas geradas pelas instituições políticas, quando frustram os cidadãos, acabam minando sua credibilidade e legitimidade”. Desse modo, tanto a eficácia política objetiva quanto à subjetiva, asseveram uma qualidade ao regime, e também, contribuem para o valor normativo denominado legitimidade. A racionalidade das pessoas sobre as instituições precisa existir, o voto e os agentes públicos precisam ser entendidos como agentes de representação política. Há de se ter a crença de que o cidadão esteja sendo efetivamente representado.

Assim sendo, nossos dados sugerem que nossa hipótese está no caminho certo: *quanto maior for a capacidade de responsabilização eleitoral entre as pessoas, maior a probabilidade de elas aceitarem o regime democrático como sendo legítimo.*

Obviamente, existem outros tipos de valores normativos importantes que interferem na legitimidade de um regime. Como Melo (2007) e Powell (2000) asseguram, a congruência representacional e a representação autorizativa desempenham papel importante em democracias mais próximas de arranjos consensuais, como é o caso do Brasil. Não obstante, isto não significa que o conceito de *electoral accountability* deva ser desprezado nestes países.

3.3 Considerações finais

Em um arranjo onde há presidencialismo de coalizão, grande fragmentação partidária, lista aberta e federalismo a clareza de responsabilidade é afetada. O incremento no número de atores, a dispersão de poder, dificulta a avaliação retrospectiva dos cidadãos. Arranjos institucionais com maior concentração de poder decisório facilitam a informação, pois, concentram as responsabilidades em um número menor de atores.

A concentração de poder é vista como desejável em modelos majoritários (Powell, 2000). Já em um modelo mais próximo do consociativismo, a dispersão de poder é central para representar o maior número de pessoas possíveis. Neste sentido, devemos respeitar a configuração social dos arranjos institucionais dos países, notando que em países de diversidade étnica e social a adoção de regimes *power-sharing* é

essencial para a legitimidade e qualidade das poliarquias (Melo, 2007; Lijphart, 2003; Norris, 2008).

Como dissemos anteriormente, não devemos “transfigurar” o desenho institucional brasileiro para que haja uma maior concentração de poder, e conseqüentemente uma maior clareza de responsabilidade. No entanto, de forma divergente de Powell e Melo entendemos que o conceito de *electoral accountability* é central em todas as poliarquias. Entidades políticas devem prestar contas e serem julgadas pelo seu comportamento em qualquer democracia.

A discussão sobre mandato imperativo ou livre não recai sobre os diferentes modelos democráticos. Desse modo, a idéia de Melo (2007) no qual no ideal consensual o eleitorado não premia ou pune os mandatários, porque neste ideal os representantes são delegados ou agentes do cidadão, onde o eleitor acredita que o representante está agindo em seu nome, não parece ser adequada. A responsividade não deve ser alcançada sem *accountability*. A falta de informação que atinge todas as poliarquias já impede uma cristalização da noção de mandato imperativo.

Como mostramos no caso brasileiro, existe uma falta de informação básica entre boa parte do eleitorado. Se levarmos em conta que quase nenhum cidadão conhece as leis votadas pelos seus representantes, as decisões tomadas por eles, as alianças políticas, e o posicionamento sobre políticas públicas, veremos que esta falta de informação já fomenta o mandato livre. Ocorrendo tal situação, os agentes públicos já não são cobrados ou responsabilizados da forma como deveriam, eles obtêm certa independência em relação aos mandantes.

Mostramos, neste capítulo, a importância da informação política para a qualidade democrática. Pessoas com maior capacidade de responsabilização eleitoral conhecem a posição ideológica dos atores sociais e conseguem comportar-se de maneira mais congruente com sua preferência ideológica. Aliado a isso, estas pessoas possuem uma coerência eleitoral maior, sabendo associar mais adequadamente seu voto a sua preferência partidária. Além disso, estes cidadãos generalizam menos a política, diferenciando os atores sociais de forma mais acentuada.

A legitimidade do regime democrático também foi afetada pela capacidade de responsabilização eleitoral. Embora as variáveis de valores democráticos tivessem uma correlação fraca entre si, elas apontam em direção a nossa hipótese. A eficácia política, tanto objetiva quanto subjetiva, também cresce na medida em que há maior informação e acompanhamento da política entre os entrevistados.

Em suma, ter maior capacidade de responsabilização eleitoral faz diferença. Nossas duas hipóteses foram corroboradas pelos dados disponíveis. Esperamos ter demonstrado como o conceito pode ser aplicado em países como o Brasil e a sua importância para a qualidade da representação e da democracia.

4 - Conclusão

Esta dissertação procurou analisar como a responsabilização eleitoral desenvolve-se entre o eleitorado brasileiro. Teoricamente, enquanto instrumento de representação, *accountability* é a única forma de assegurar que os representantes não se afastem demasiadamente da responsividade, servindo como uma espécie de controle (Arato, 2002). Não obstante, devida à necessidade de informações políticas para a ocorrência de uma avaliação retrospectiva adequada, a responsabilização eleitoral possui claros limites.

Ao longo do estudo, assumimos o pressuposto de que eleitores mais informados politicamente possuem maior capacidade de realizar uma avaliação retrospectiva. Dessa forma, assim como outros autores, consideramos a informação política como indicador mais próximo do conceito de responsabilização eleitoral.

No caso do Brasil, a maior parte dos eleitores não possui uma informação política básica. Quando combinadas as perguntas relativas ao teste de informação, mostramos como a maior parte dos representados não apresenta um grande acúmulo informacional. Além disso, grande parte dos cidadãos não acompanha assuntos políticos.

Apesar da baixa capacidade de avaliação retrospectiva entre os entrevistados do ESEB, algumas características contribuem para o aumento do potencial de responsabilização eleitoral. Algumas variáveis sócio-demográficas como gênero, renda e principalmente escolaridade afetam o acesso à informação política. Neste caso, uma observação negativa pode ser feita. Os mesmos cidadãos já beneficiados por serem homens, ricos e escolarizados também se beneficiam de um bem imprescindível na representação: a informação.

Obviamente, o acúmulo de desigualdades não ocorre somente no Brasil, contudo, como o país apresenta elevadas taxas de desigualdade social, um bem público como a informação política também é reproduzida de forma acentuadamente desigual. Se a qualidade democrática depende do alcance mais igualitário possível no nível informacional (Levine e Molina, 2007), há claros limites de seu desenvolvimento no Brasil. Este tipo de situação é

determinante para que as classes sociais mais ricas consigam tomar decisões políticas mais informadas do que as classes sociais mais pobres.

Além de variáveis sócio-demográficas, alguns ambientes ou contextos facilitam o aumento da informação. Ao participar de algumas organizações da sociedade civil, pessoas interagem de tal forma que a aquisição informacional é mais fácil de ocorrer. Porém, conforme Rennó (2004) aponta, algumas destas organizações continuam a reproduzir o caráter clientelístico na relação política, estas organizações, então, não permitem um maior acúmulo informacional entre seus integrantes, por isso, o caráter da organização em questão é quem vai determinar o tipo de orientação política dos integrantes.

Assim como a participação de protestos e abaixo-assinados, entendida como a participação política não-convencional, o contexto eleitoral eleva o nível de informação entre os eleitores. Desse modo, da mesma forma que outros estudos (Rennó, 2004), há indicativos de que as pessoas aprendem ao longo da campanha. A formação de redes de informação permite uma troca informacional ao longo do período eleitoral. Como vimos, ter interesse por política favorece a aquisição de informação, potencializando uma avaliação retrospectiva.

A preferência partidária e a capacidade de auto posicionar-se na escala direita e esquerda servem como atalhos cognitivos. Já largamente discutido na literatura da ciência política, os partidos políticos e suas respectivas ideologias parecem atuar na redução de custos de informação. Ao terem um partido político que representem sua maneira de pensar e principalmente conseguir auto definir-se ideologicamente, os cidadãos têm maior capacidade de responsabilização eleitoral.

Mesmo de posse de informações básicas, poder-se-ia argumentar da igualdade de comportamento entre eleitores mais e menos informados. No terceiro capítulo mostramos como a capacidade de responsabilização eleitoral atua no sentido de permitir um comportamento mais coerente e congruente com o posicionamento político e ideológico dos cidadãos. Assim sendo, pode-se dizer que a primeira hipótese foi aceita segundo nossos dados.

Ainda neste mesmo capítulo, a hipótese *quanto maior for a capacidade de responsabilização eleitoral entre as pessoas, maior a probabilidade de elas aceitarem o regime democrático como sendo legítimo* foi testada. Ainda que

com algumas restrições, a hipótese foi aceita. A dimensão da legitimidade através do apoio difuso se mostrou fracamente correlacionada com nossa variável independente. Ainda que com algumas críticas em relação à adequação do apoio difuso em relação a sua mensuração sobre a legitimidade do sistema político (Ribeiro, 2007), assumimos que a fraca correlação deveu-se principalmente a não diferenciação de respostas entre os entrevistados, explicitando, de certa forma, um dado positivo, já que a maioria das pessoas entende o regime democrático como sendo o mais apropriado para dirigir suas vidas.

A eficácia política, entendida, neste trabalho, enquanto dimensão de legitimidade, também é afetada pela capacidade de responsabilização eleitoral. Alguns dados dão a entender que, ao estarem mais informadas, as pessoas se sentem capazes de mudar as decisões tomadas no país, elas possuem o sentimento de influenciar a vida pública, de serem mais ativas enquanto participantes da política.

Com a direção dos dados indo no mesmo sentido de nossas duas hipóteses, podemos inferir que o conceito de *accountability* não deve ser desprezado analiticamente, apesar das dificuldades operacionais de mensurá-lo. Arranjos institucionais consensuais podem ter outros valores normativos a serem maximizados, contudo, isto não impossibilita a centralidade da responsabilização eleitoral como instrumento que restringe o comportamento dos agentes públicos eleitos, garantindo uma maior responsividade.

Se a responsabilização eleitoral ainda responde de forma tímida aos apelos representativos é porque ela ainda possui acentuados limites para desenvolver-se. A informação para o monitoramento dos agentes públicos é escassa e as próprias fontes de informação ainda parecem ser limitadas.

De forma diversa ao entendimento de Melo (2007), entendemos que se o viés majoritário na política comparada ocorre é porque o debate sobre a superioridade de fórmulas majoritárias foi deixado exclusivamente a uma literatura que adota uma perspectiva que circunscreve o conceito de *accountability* unicamente nos moldes do que Powell (2000) denomina como clareza de responsabilidade. Neste trabalho, mostrou-se como a informação política pode ser maximizada por outros fatores que não possuem relação com a noção de clareza de responsabilidade. Se por um lado o trabalho não venceu

a discussão sobre arranjos institucionais e a centralidade normativa do conceito de responsabilização eleitoral, por outro, mostramos que a redução do debate acerca da maximização da “clareza de responsabilidade” por meio de desenhos institucionais exclui outros inúmeros pontos, tais como a preferência partidária, o posicionamento ideológico, contextos eleitorais, participação política, organizações da sociedade civil e diferenças sócio-demográficas.

A representação autorizativa, da mesma forma que a representação descritiva não deve ser eliminada na discussão sobre a representação política. E esta agenda da ciência política não necessita prescindir da utilização do conceito de responsabilização eleitoral. Acreditamos que o debate sobre independência do mandatário já não precisa ser feito em uma moldura antiga: o representante deve ser livre ou obedecer ao representado? Como a informação política é um bem escasso, é com naturalidade que os governantes não precisam (e não o fazem) prestar contas de sua atuação. Desse modo, a “liberdade” dos mandatários está assegurada pelos limites informacionais no eleitorado.

Em suma, ter capacidade de responsabilização eleitoral é uma oportunidade para monitorar os agentes públicos. Se as condições para o exercício de uma avaliação retrospectiva adequada ainda são insuficientes no jogo democrático brasileiro, é tarefa de novos estudos tentarem maximizar a importância de tais condicionantes. É imperioso que a responsabilização eleitoral entre na agenda da ciência política para tentar reduzir o abismo que separa o representado e o representante, aumentando a qualidade de representação e, sobretudo, a qualidade do regime democrático.

5 – Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados*, nº 31, 1988, p. 5-34.

ABRUCIO, Fernando. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/ USP, 1998.

ADSERÁ, Alicia; BOIX, Carles; PAGE, Mark. Are you being served? Political accountability and quality of government. *Journal of Law, Economics and Organization*, Vol. 19, nº 2, 2003, p. 445-490.

ALMEIDA, Alberto. “A esquerda dos números à direita dos fatos”. *Insight inteligência*, nº15, 2001, p. 112-128.

ALMEIDA, Alberto. Amnésia eleitoral: em quem você votou para deputado em 2002? E em 1998? In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lúcio (Orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. A reforma da representação. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ARATO, Andrew. Representação, Soberania Popular e Accountability. *Lua Nova*, nº 55-56, 2002, p. 85- 103.

ARAÚJO, Clara. Condicionantes institucionais das políticas de cotas. In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lúcio (Orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARAÚJO, Manuel. Introdução. In: ARAÚJO, Manuel. *Medición e construcción de índices*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, nº 21, 2003, p. 83-108.

BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). *Opinião Pública*, vol.13, nº.2, 2007, p.231-259.

BAQUERO, Marcello. Um caminho alternativo no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.).

Democracia, juventude e capital social no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARBETTA, Pedro. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

BOHN, Simone. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). *Opinião Pública*, vol.13, nº 2, 2007, p.366-387.

CAREY, John; REINHARDT, Gina. Impacto das instituições estaduais na unidade das coalizões parlamentares no Brasil. *Dados*, vol.46, nº 4, 2003, p. 773-804.

CARREIRÃO, Yan. A Eleição Presidencial de 2002: uma Análise Preliminar do Processo e dos Resultados Eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, 2004, p. 181-196.

CARREIRÃO, Yan. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, vol.13, nº. 2, 2007, p. 307-339.

CASTRO, Henrique. *Democracia e mudanças no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política*. TESE. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da USP, 1997.

DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. [1956]. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row, 1957.

EASTON, David. *A Systems Analysis of Political Life*. Nova York: John Wiley, 1965.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUNTHER, Richard; MONTEIRO, José. Legitimidade política em novas democracias. *Opinião Pública*, vol. IX, nº 1, 2003, p. 01-43.

HIRANO, Ana Carolina Yoshida. *Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes*. TESE. Universidade de São Paulo, 2007.

HOROCHOVSKI, Rodrigo. Accountability e seus mecanismos: um balanço teórico. *6º encontro da ABCP*, 2008, p. 1-24.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Recompensando Lula: Poder Executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, Carlos; SÁEZ, Manuel (Orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

KERBAUY, Maria. Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002. *Opinião Pública*, vol. X, nº 2, 2004, p. 254-267.

KINZO, Maria. Governabilidade, estrutura institucional e processo decisório no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, vol. 1, nº 3, 1997, p. 19-37.

KINZO, Maria. Os Partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, 2005, p. 65 -81.

LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela. Sociedade Civil, representação e a dupla face da accountability: cidade do México e São Paulo. *Caderno CRH*, vol. 21, nº 52, 2008, p. 67-86.

LEEX, *Laboratório de estudos experimentais*. Disponível em www.ucam.edu.br/leex. Acesso em 20/07/2009.

LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora de Brasília, 1986.

LEVINE, Daniel; MOLINA, José. La Calidad de la democracia em América Latina: uma visión comparada. *América Latina Hoy*, nº 45, 2007, p. 17-46.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAINWARING, Scott; WELNA, Cristopher (Orgs.). *Democratic accountability in Latin America*. Oxford/Nova York, Oxford University Press, 2003.

MAINWARING, Scott. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleições e representação. *Lua Nova*, 2006, nº 67, p.105-138.

MARENCO, André. *Desempenho eleitoral, voto partidário e responsabilização nas eleições legislativas brasileiras*. No prelo.

MARTINS JUNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. O índice de participação e a importância da educação. *Opinião Pública*, v. 10, nº 2, 2004, p. 268-287.

MELO, Carlos. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2004.

MELO, Marcus André. O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, nº 63, 2007, p.11-29.

MIGUEL, Luís F. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia e Política*, nº 25, 2005 p. 25-38.

MOISÉS, José. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MOISÉS, José; CARNEIRO, Gabriela. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, vol.14, nº1, 2008, p. 1-42.

NICOLAU, Jairo. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *Dados*, vol.45, no.2, 2002, p.219-236.

NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

NICOLAU, Jairo. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lúcio (Orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NORRIS, Pippa. *Driving Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2008.

O'DONNELL, Guilherme. *Delegative Democracies*. *Kellogg Institute*, 1992.

O'DONNELL, Guilherme. Horizontal accountability in new democracies. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc (Orgs.). *The self-restraining state: power and accountability in new democracies*. Londres: Lynne Rienner, 1999.

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados*, vol.43, nº 3, 2000, pp. 521-557.

POWELL, Bingham. *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven/Londres, Yale University press, 2000.

POWELL, Bingham; VANBERG, Georg *Election Laws, disproportionality and median correspondence: implications for two visions of democracy*. Cambridge University Press, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua Nova*, nº 58, 2003, p. 9-36.

PITKIN, Hannah F. O conceito de representação. In: CARDOSO, Fernando (Org.). *Política & Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1983.

RENNÓ, Lúcio. *Information and Voting: Microfoundations of Accountability in Complex Electoral Environments*. TESE. University of Pittsburgh, 2004.

RENNÓ, Lúcio. O dilema do rico: número de candidatos, identificação partidária e accountability nas eleições de 2002 para a Câmara dos Deputados. In: SOARES, Gláucio; RENNO, Lúcio R. (Orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RENNÓ, Lúcio. Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. *Dados*, vol. 50, nº 4, 2007, p. 721-755.

RIBEIRO, Ednaldo. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. *Opinião Pública*, vol. 13, nº1, 2007, p. 74-96.

RODRIGUES, Leôncio. *Partidos, Ideologia e Composição Social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAMUELS, David. As bases do petismo. *Opinião Pública*, vol.10, nº 2, 2004, p.221-241.

SANTOS, Fabiano. Brazilian Democracy and the Power of "Old" Theories of Party Competition. *Brazilian Political Science Review*, vol. 2, nº1, 2008, p. 57-76.

SANTOS, Fabiano. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Manoel; ROCHA, Enivaldo. Voto (des)informação e democracia: déficit de *accountability* e baixa responsividade no município de Recife. *Política Hoje*, Edição especial, 2009, p.33-55.

SCHEDLER, Andreas. *Conceptualizing Accountability*. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc (Orgs.). *The self-restraining state: power and accountability in new democracies*. Londres: Lynne Rienner, 1999.

SINGER, André. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: a Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2000.

STROM, Kaare. Democracy, Accountability and Coalition Bargaining. *Center for the Study of Democracy*. Paper 97'04, 1997, p. 1-11.

TAYLOR, Matthew. O judiciário e as políticas públicas no Brasil. *Dados*, vol.50, nº 2, 2007, pp. 229-257.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. Disponível em www.transparencia.org.br . Acesso em 10/06/2009.

APÊNDICE

Matriz de correlação (R de Spearman) entre todos os itens do índice de capacidade de responsabilização eleitoral

	Dep. federal	Dep. estadual	Partido do presidente	Partido 13	Dep. federal mais votado	Dep. estadual mais votado	Lê frequentemente os jornais	Conversa sobre política com amigos	Lê a parte política do jornal	Assitiu telejornais nacionais
Governador	,16	,20	,31	,29	,28	,24	,28	,11	,21	,25
Dep. estadual	,44	-	,24	,15	,16	,19	,16	,15	,20	,13
Partido do presidente	,26	,24	-	,34	,34	,31	,30	,21	,29	,27
Partido 13	,14	,25	,34	-	,27	,22	,24	,13	,21	,19
Dep. federal mais votado	,20	,16	,34	,27	-	,48	,27	,17	,28	,21
Dep. estadual mais votado	,19	,19	,30	,22	,48	-	,19	,16	,20	,17
Lê frequentemente os jornais	,21	,16	,30	,24	,27	,19	-	,23	,50	,30
Conversa sobre política com amigos	,18	,15	,21	,13	,17	,16	,23	-	,31	,19
Lê a parte política do jornal	,23	,20	,29	,21	,28	,20	,50	,31	-	,26
Assitiu telejornais nacionais	,17	,13	,27	,19	,21	,17	,29	,19	,26	-

ANEXO

ESTRATO
ESTADO
MUNICÍPIO
Nº DE ORDEM

DISTRITO
SUBDISTRITO
SETOR CENSITÁRIO
DOM. SORTEADO

DATA: / /

CEP: -

HORÁRIO DE INÍCIO: :

VERSÃO DO QUESTIONÁRIO: 1

Para começar, eu gostaria de falar sobre a importância da sua participação nessa pesquisa. Sabemos que muitas coisas têm que melhorar no Brasil, por isso é importante que o(a) Sr(a) participe dando suas opiniões e idéias. Só com a colaboração das pessoas será possível conhecer melhor as diferentes regiões do país e suas necessidades. Esta pesquisa é realizada a cada quatro anos e neste ano o(a) Sr(a) está entre os 2000 brasileiros selecionados. Ao final da entrevista todos os entrevistados receberão um brinde-surpresa. Suas opiniões serão utilizadas apenas para fins dessa pesquisa e garantimos que não haverá nenhum tipo de identificação individual dos entrevistados.

Vou ler uma lista de coisas que as pessoas costumam fazer durante as eleições e gostaria de saber se o(a) Sr(a) fez alguma destas atividades nessa eleição.

1) Durante a campanha eleitoral o(a) Sr(a) tentou convencer alguém a votar em algum candidato ou partido? (Se sim) Com que freqüência: muitas vezes, algumas ou poucas vezes?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

4 Muitas vezes	3 Algumas vezes	2 Poucas vezes	1 Não
55 Não lembra	77 NS	99 NR	

2) Durante as eleições o(a) Sr(a) mostrou seu apoio a algum candidato ou partido participando de reuniões, colando cartazes ou distribuindo panfletos? (Se sim) Com que freqüência: muitas vezes, algumas ou poucas vezes? (ESTIMULADA E ÚNICA)

4 Muitas vezes	3 Algumas vezes	2 Poucas vezes	1 Não
55 Não lembra	77 NS	99 NR	

3) E o(a) Sr(a) colocou faixas ou cartazes de algum candidato em sua casa, no trabalho, ou colou adesivo no carro? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim	0 Não	55 Não lembra	77 NS	99 NR
-------	-------	---------------	-------	-------

4) Durante a campanha eleitoral um candidato ou uma pessoa de qualquer partido entrou em contato com o(a) Sr(a) para pedir o seu voto? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não 55 Não lembra 77 NS 99 NR

5) O(a) Sr(a) tem título de eleitor? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Pessoas que perderam o título entram como opção sim)

1 Sim 0 Não (pule p/ 16) 77 NS 99 NR

6) O(a) Sr(a) votou nesta eleição? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Se a pessoa responder que não votou perguntar o motivo e marcar a alternativa correta)

1 Sim
2 Não, maior de 70 anos (pule p/16) 3 Não, 16 e 17 anos (pule p/ 16)
4 Não votei por opção (pule p/16) 5 Não, justificou o voto nos dois turnos (pule p/ 16)
77 NS 88 NA 99 NR

7) Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no primeiro turno, em Lula, Ciro Gomes, José Serra, ou Garotinho? (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Alternar a ordem de leitura dos nomes dos candidatos a cada questionário aplicado)

1 Lula 2 Ciro Gomes 3 José Serra 4 Garotinho
66 Outro: _____ 7 Justificou o voto 8 Voto nulo 9 Voto em branco
55 Não lembra 77 NS 88 NA 99 NR

8) E no segundo turno, em quem o(a) Sr(a) votou: Lula ou José Serra? (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Alternar a ordem de leitura dos nomes dos candidatos a cada questionário aplicado)

1 Lula 2 José Serra 7 Justificou o voto
8 Voto nulo 9 Voto em branco 55 Não lembra
77 NS 88 NA 99 NR

9) Em quem o(a) Sr(a) votou para GOVERNADOR no primeiro turno nessa eleição, em Rosinha, Benedita, Jorge Roberto ou Solange Amaral? (ESTIMULADA E ÚNICA)

331 Rosinha 332 Benedita 333 Jorge Roberto 334 Solange Amaral
335 Outro: _____ 7 Justificou 8 Voto nulo 9 Voto em branco
55 Não lembra
7 NS 88 NA 99 NR

10) E no segundo turno, em quem o(a) Sr(a) votou para GOVERNADOR nessa eleição, em Alckmin ou José Genoíno? (ESTIMULADA E ÚNICA)

351 Alckmin 352 José Genoíno
7 Justificou 8 Voto nulo 9 Voto em branco
55 Não lembra 77 NS 88 NA/Não houve segundo turno 99 NR

11) Em quem o(a) Sr(a) votou para SENADOR nessa eleição, em Sérgio Cabral, Crivella, Pastor Manoel Ferreira, Edson Santos, Artur da Távola ou Brizola? (ESTIMULADA E ÚNICA)

331 Sérgio Cabral 332 Crivella 333 Pastor Manoel Ferreira
334 Edson Santos 335 Artur da Távola 336 Brizola
337 Outro: _____ 7 Justificou 8 Voto nulo
9 Voto em branco 55 Não lembra 77 NS
88 NA 99 NR

12) O(A) Sr(a) podia votar em dois candidatos diferentes, em quem mais o(a) Sr(a) votou para SENADOR, em Sérgio Cabral, Crivella, Pastor Manoel Ferreira, Edson Santos, Artur da Távola ou Brizola?

(ESTIMULADA E ÚNICA) (INSTRUÇÃO: Caso o entrevistado responda nessa pergunta o mesmo candidato que na anterior, a orientação é insistir que ele deve ter votado em dois candidatos diferentes, pergunte se ele lembra em qual votou para segundo senador. Caso ele insista em dizer que votou no mesmo 2 vezes marcar a alternativa 8 - voto nulo nesta pergunta)

331 Sérgio Cabral	332 Crivella	333 Pastor Manoel Ferreira
334 Edson Santos	335 Artur da Távola	336 Brizola
337 Outro: _____	7 Justificou	8 Voto nulo
9 Voto em branco	55 Não lembra	77 NS
88 NA	99 NR	

13) Em quem o(a) Sr(a) votou para DEPUTADO FEDERAL? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

7 Justificou o voto	8 Voto nulo	9 Voto em branco	55 Não lembra
77 NS	88 NA	99 NR	

14) E para DEPUTADO ESTADUAL? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

7 Justificou o voto	8 Voto nulo	9 Voto em branco	55 Não lembra
77 NS	88 NA	99 NR	

15) O em quem o(a) Sr(a) votou, foi eleito? (ESPONTÂNEA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA) (INSTRUÇÃO: O primeiro candidato a senador é o primeiro que o entrevistado falou na p11, e o segundo é o que ele respondeu na p12. Indicação: repetir o nome do senador para que o entrevistado se lembre)

	Sim	Não	Não procurei saber	Não saiu o resultado	NS	NA	NR
a) Candidato a Deputado federal	1	2	0	-	77	88	99
b) Candidato a Deputado estadual	1	2	0	-	77	88	99
c) 1º Candidato a Senador (ver p11)	1	2	0	-	77	88	99
d) 2º Candidato a Senador (ver p12)	1	2	0	-	77	88	99
e) Candidato a Governador	1	2	0	6	77	88	99
f) Candidato a Presidente	1	2	0	6	77	88	99

16) Na sua opinião, qual foi o maior problema do Brasil nos últimos 4 anos? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

_____ 77 NS (pule p/18) 99 NR (pule p/ 18)

17) Pensando nesse problema que o(a) Sr(a) falou, o(a) Sr(a) acha que nos últimos 4 anos o Governo Fernando Henrique foi ótimo, bom, ruim ou péssimo para enfrentar esse problema?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: O regular deve ser aceito como resposta espontânea. Perguntar se regular para bom ou regular para ruim)

6 Ótimo	5 Bom	2 Ruim	OU	1 Péssimo
4 Regular para bom	3 Regular para ruim	77 NS	88 NA	99 NR

18) Na sua opinião, de uma maneira geral o Governo Fernando Henrique nos últimos 4 anos foi....

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: O regular deve ser aceito como resposta espontânea. Perguntar se regular para bom ou regular para ruim)

6 Ótimo	5 Bom	2 Ruim	OU	1 Péssimo
4 Regular para bom	3 Regular para ruim	77 NS		99 NR

19) De uma maneira geral, o(a) Sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil? (ESTIMULADA E ÚNICA)

5 Muito satisfeito(a)	4 Satisfeito(a)	3 Nem satisfeito nem insatisfeito
2 Pouco satisfeito(a)	1 Nada satisfeito(a)	6 Não sabe o que é democracia
77 NS	99 NR	

20) Algumas pessoas dizem que faz uma grande diferença quem governa o Brasil. Outras pessoas dizem que não faz diferença quem governa o Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 5 significa que faz uma grande diferença quem governa, e o 1 que NÃO faz nenhuma diferença quem governa o Brasil. O que o(a) Sr(a) acha?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(DAR CARTÃO 1 na mão do entrevistado)

5 Faz uma grande diferença quem governa o Brasil	
4	
3	
2	
1 Não faz nenhuma diferença quem governa o Brasil	
77 NS	99 NR

21) Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 5 significa que o nosso voto influencia muito, e 1 significa que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. O que o(a) Sr(a) acha?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(DAR CARTÃO 2 na mão do entrevistado)

5 Nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil	
4	
3	
2	
1 Nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil	
77 NS	99 NR

22) A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) Sr(a) concorda ou discorda dessa afirmação? Muito ou pouco?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÕES: pergunta em duas etapas. Aceitar a resposta “nem concorda nem discorda” como resposta espontânea)

5 Concorda muito	4 Concorda um pouco	3 Nem concorda nem discorda
2 Discorda um pouco	1 Discorda muito	6 Não sabe o que é democracia
77 NS	99 NR	

23) O(a) Sr(a) votou na eleição de 1998?

- | | |
|--|-------------------------|
| 1 Sim | 2 Não, maior de 70 anos |
| 3 Não, 16 e 17 anos | 4 Não votei por opção |
| 5 Não, justificou o voto nos dois turnos | |
| 77 NS | 99 NR |

24) Em quem o(a) Sr(a) votou na eleição presidencial de 1998, em Fernando Henrique, Lula, Ciro Gomes, ou Enéas? (ESTIMULADA E ÚNICA)

- | | | |
|-----------------------------|----------------------------------|--------------|
| 1 Fernando Henrique Cardoso | 2 Lula | 3 Ciro Gomes |
| 4 Enéas | 66 Outro candidato: _____ | |
| 8 Voto nulo (pule p/ 26) | 9 Voto em branco (pule p/26) | |
| 10 Não votou (pule p/ 30) | 12 Não votava ainda (pule p/ 30) | |
| 55 Não lembra (pule p/ 26) | 7 Justificou o voto (pule p/26) | |
| 77 NS | 99 NR | |

25) Mesmo que não tenha sido eleito, o(a) Sr(a) avalia o trabalho do partido ou candidato que o Sr(a) votou na eleição de 1998 para presidente, como ótimo, bom, ruim ou péssimo?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: O regular deve ser aceito como resposta espontânea. Perguntar se regular para bom ou para ruim)

- | | | | | |
|--------------------|---------------------|--------|-------|-----------|
| 6 Ótimo | 5 Bom | 2 Ruim | OU | 1 Péssimo |
| 4 Regular para bom | 3 Regular para ruim | 77 NS | 88 NA | 99 NR |

26) E para governador, em quem o(a) Sr(a) votou em 1998, em Garotinho, César Maia ou Luiz Paulo?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

- | | | |
|------------------|----------------|----------------|
| 331 Garotinho | 332 César Maia | 333 Luiz Paulo |
| 334 Outro: _____ | 7 Justificou | 8 Voto nulo |
| 9 Voto em branco | 10 Não votou | 55 Não lembra |
| 77 NS | 88 NA | 99 NR |

27) E para senador, em quem o(a) Sr(a) votou em 1998, em Saturnino, Roberto Campos, Moreira Franco ou Denise Frossard? (ESTIMULADA E ÚNICA)

- | | | | |
|------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| 331 Saturnino | 332 Roberto Campos | 333 Moreira Franco | 334 Denise Frossard |
| 335 Outro: _____ | 7 Justificou | 8 Voto nulo | 9 Voto em branco |
| 10 Não votou | 55 Não lembra | 77 NS | 88 NA |
| 99 NR | | | |

28) E para Deputado Federal em 1998? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

- | | | | |
|-------|---------------|-------------|------------------|
| _____ | 55 Não lembra | 8 Voto nulo | 9 Voto em branco |
| | 77 NS | 88 NA | 99 NR |

29) E para Deputado Estadual em 1998? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

- | | | | |
|-------|---------------|-------------|------------------|
| _____ | 55 Não lembra | 8 Voto nulo | 9 Voto em branco |
| | 77 NS | 88 NA | 99 NR |

30) Na sua opinião, deputados federais e senadores representam muito bem, representam bem, representam pouco ou não representam o que pensam seus eleitores?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

- | | | | |
|-------------------------|-------------------|-------|-------|
| 4 Representam muito bem | 3 Representam bem | | |
| 2 Representam pouco | 1 Não representam | 77 NS | 99 NR |

31) Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: caso o entrevistado cite o partido circular o código Sim e anotar resposta na p32 direto)

1 Sim 0 Não (pule p/ p33) 77 NS (pule p/ p33) 99 NR (pule p/ p33)

32) Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

25 PFL	45 PSDB	12 PDT	13 PT	65 PC do B
15 PMDB	14 PTB	30 PSD	31 PMN	16 PSTU
43 PV	33 PSC	23 PPS	34 PP	22 PL
56 PRONA	35 PRN	11 PPB	40 PSB	
66 Outro: _____		77 NS	88 NA	99 NR

33) Independente do que o(a) Sr(a) pensa sobre os partidos políticos, houve algum candidato a presidente dessa eleição que representou bem o que o(a) Sr(a) pensa? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não (pule p/ 35) 77 NS (pule p/ 35) 99 NR (pule p/ 35)

34) Qual o candidato a presidente que melhor representou o que o(a) Sr(a) pensa nessa eleição? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

_____ 77 NS 88 NA 99 NR

35) De um modo geral, existe algum partido político que o(a) Sr(a) goste? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não (pule p/ 38) 77 NS (pule p/ 38) 99 NR (pule p/ 38)

36) Qual partido o(a) Sr(a) gosta? O(a) Sr(a) pode responder mais de um. (ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA)

36.a) Primeiro partido mencionado: _____ (Se responder apenas um, pule p/ 40)

55 Não lembra(pule p/ 41) 66 Não sabe o nome do partido(pule p/ 41) 88 NA 99 NR

36.b) Segundo partido mencionado: _____ 88 NA

55 Não lembra 66 Não sabe o nome do partido

36.c) Terceiro partido mencionado: _____ 88 NA

55 Não lembra 66 Não sabe o nome do partido

(SE O ENTREVISTADO MENCIONAR MAIS DE UM PARTIDO NA PERGUNTA ACIMA)

37) Qual desses partidos o(a) Sr(a) gosta mais? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

_____ (pule p/ 40) 77 NS (pule p/ 41) 88 NA 99 NR (pule p/ 41)

38) Há algum partido que o(a) Sr(a) goste mesmo que seja um pouquinho? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não (pule p/ 41) 77 NS (pule p/ 41) 88 NA 99 NR (pule p/ 41)

39) Qual? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

_____ 88 NA 99 NR (pule p/ 41)

55 Não lembra (pule p/ 41)

66 Não sabe o nome do partido (pule p/ 41)

40) O(A) Sr(a) gosta muito, gosta, ou gosta um pouco desse partido? (ESTIMULADA E ÚNICA)

3 Gosta muito 2 Gosta 1 Gosta um pouco 77 NS 88 NA 99 NR

41) Na política as pessoas falam muito de esquerda e de direita. Gostaria que o(a) Sr(a) usasse um número de ZERO a 10 para dizer se o partido político que eu vou dizer é de esquerda ou de direita. ZERO significa que o partido é de esquerda e 10 que é de direita. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) Sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece.

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

(INSTRUÇÃO: observar a diferença entre os códigos 77 NS – não sabe se o PARTIDO é de esquerda ou direita e 55 - não sabe o que é ser de esquerda e direita)

(Dar cartão 3 na mão do entrevistado)

	Esquerda										Direita	Não sabe o que é ser direita e esquerda	Não conhece	Indiferente	NS	NR
a) PT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
b) PDT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
c) PSDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
d) PFL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
e) PMDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
f) PTB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99

42) Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) Sr(a) pensa de alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do partido e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) Sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece. (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

(DAR CARTÃO 5 na mão do entrevistado)

	Não gosta											Gosta muito	Não conhece	Indiferente	NS	NR
a) PT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	77	99	
b) PDT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	77	99	
c) PSDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	77	99	
d) PFL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	77	99	
e) PMDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	77	99	
f) PTB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	77	99	

49) Na sua opinião, no Brasil, a corrupção entre os políticos acontece o tempo todo, acontece na maior parte do tempo, acontece de vez em quando, ou não há corrupção entre os políticos?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

4 Acontece o tempo todo	3 Acontece na maior parte do tempo		
2 Acontece de vez em quando	1 Não há corrupção/ não acontece	77 NS	99 NR

50) Novamente pensando em esquerda e direita na política. O que o(a) Sr(a) se considera? Zero significa que o(a) Sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) Sr(a) é de direita. (ESTIMULADA E ÚNICA)

(Dar cartão 3 na mão do entrevistado)

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
66								77 NS		99 NR

51) O(A) Sr(a) poderia me dizer o nome do governador do Estado do Rio de Janeiro?

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

331 Benedita	332 Garotinho	55 Não lembra	
333 Outro: _____	77 NS	99 NR	88 NA

52) E o nome do prefeito da cidade do Rio de Janeiro? (ESPONTÂNEA E ÚNICA) (Apenas para a capital)

331 César Maia	332 Conde	55 Não lembra	
333 Outro: _____	77 NS	99 NR	

53) O(A) Sr(a) poderia mencionar o nome de um Deputado Federal do Rio de Janeiro?

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Atual, em fim de mandato – eleito em 1998, e não algum eleito nessa eleição)

55 Não lembra 77 NS 99 NR

54) O(A) Sr(a) poderia mencionar o nome de um Deputado Federal do Rio de Janeiro?

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Atual, em fim de mandato – eleito em 1998, e não algum eleito nessa eleição)

55 Não lembra 77 NS 99 NR

55) Na sua opinião, qual é o partido do Presidente Fernando Henrique Cardoso?

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

45 PSDB	25 PFL	14 PTB	13 PT	12 PDT	15 PMDB
23 PPS	11 PPB	22 PL	43 PV	65 PC do B	
1 Outro _____		55 Não lembra		77 NS	99 NR

56) Na sua opinião o número 13 é de qual partido? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

13 PT	12 PDT	15 PMDB	45 PSDB	25 PFL	14 PTB
23 PPS	11 PPB	17 Lula	22 PL	43 PV	65 PC do B
1 Outro _____		55 Não lembra		77 NS	99 NR

57) Nessa eleição, Denise Frossard foi eleita Deputada Estadual, Deputada Federal ou Senadora?**(ESTIMULADA E ÚNICA)**

0 Deputada Estadual

1 Deputada Federal

0 Senadora

55 Não lembro

77 NS

99 NR

58) E Carlos Minc, foi eleito Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador?**(ESTIMULADA E ÚNICA)**

1 Deputado Estadual

0 Deputado Federal

0 Senador

55 Não lembro

77 NS

99 NR

59) Agora eu gostaria que o(a) Sr(a) usasse um número de ZERO a 10 para dizer qual político é de esquerda e qual é de direita. Zero significa que o político é de esquerda e 10 que é de direita. De ZERO a 10 como o(a) Sr(a) classificaria o ...?**(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA) (INSTRUÇÃO: observar a diferença entre os códigos 77 NS – não sabe se o PARTIDO é de esquerda ou direita e 55 - não sabe o que é ser de esquerda e direita)****(Dar cartão 3 na mão do entrevistado)**

	Esquerda										Direita	Não sabe o que é ser direita e esquerda	Não conhece	Indiferente	NS	NR
a) Lula	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
b) José Serra	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
c) Garotinho	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
d) Ciro Gomes	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
e) Fernando Henrique	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
f) Brizola	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
g) Maluf	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99
h) Antônio Carlos Magalhães	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	55	11	12	77	99

60) Se o voto não fosse obrigatório o(a) Sr(a) votaria? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim

0 Não

55 Talvez/depende

77 NS

99 NR

61) O(a) Sr(a) costuma ler jornal? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)**(INSTRUÇÃO: A resposta às vezes entra como sim)**

1 Sim

0 Não (pule p/ 64)

77 NS (pule p/ 64)

99 NR (pule p/ 64)

62) Quantos dias por semana o(a) Sr(a) lê jornal? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

3 Todo dia

2 Algumas vezes por semana

1 Uma vez por semana

4 Raramente

77 NS (pule p/ 64)

88 NA

99 NR (pule p/ 64)

63) O(a) Sr(a) lê a parte de _____ do jornal: (ESPONTÂNEA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Sim	Não	NS	NA	NR
a) Política	1	0	77	88	99
b) Economia	1	0	77	88	99
c) Cidade/bairro	1	0	77	88	99

64) O(A) Sr(a) assistiu telejornais com notícias nacionais essa semana? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não 77 NS 99 NR

65) E telejornais de notícias locais, o(a) Sr(a) assistiu essa semana? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não 77 NS 99 NR

66) Quantos dias por semana o(a) Sr(a) assiste o Jornal Nacional da TV Globo? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

6 Todo dia 5 Cinco dias 4 Quatro dias 3 Três dias
 2 Dois dias 1 Um dia 0 Nunca assiste
 7 Raramente 77 NS 99 NR

67) Quantos dias por semana o(a) Sr(a) assiste o Jornal da Record apresentado por Boris Casoy? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

6 Todo dia 5 Cinco dias 4 Quatro dias 3 Três dias
 2 Dois dias 1 Um dia 0 Nunca assiste
 7 Raramente 77 NS 99 NR

68) Quantos dias por semana o(a) Sr(a) assiste o programa Cidade Alerta da TV Record apresentado por José Luiz Datena? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

6 Todo dia 5 Cinco dias 4 Quatro dias 3 Três dias
 2 Dois dias 1 Um dia 0 Nunca assiste
 7 Raramente 77 NS 99 NR

69) E o programa Brasil Urgente da Band, apresentado por Roberto Cabrini, quantos dias por semana o(a) Sr(a) assiste? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

6 Todo dia 5 Cinco dias 4 Quatro dias 3 Três dias
 2 Dois dias 1 Um dia 0 Nunca assiste
 7 Raramente 77 NS 99 NR

70) O(A) Sr(a) ouviu notícias no rádio esta semana? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não 3 Não ouve rádio (pule p/ 72) 77 NS 99 NR

71) O(A) Sr(a) ouve programas de rádio que debatem temas políticos? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não 77 NS 88 NA 99 NR

72) Com que freqüência o(a) Sr(a) conversa sobre política com parentes e amigos, todo dia, às vezes, raramente ou nunca? (ESTIMULADA E ÚNICA)

4 Todo dia 3 Às vezes 2 Raramente 1 Nunca 77 NS 99 NR

73) Qual é o maior problema do Brasil hoje? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Desemprego	2 Saúde	3 Educação	4 Pobreza
5 Salário	6 Violência	7 Corrupção	11 Política
12 Fome	13 Desigualdade	14 Trânsito	15 Enchentes
17 Favelas	18 Água	19 Esgoto	20 Urbanismo
21 Estacionamento	22 Transporte público		
66 Outro _____		77 NS (pule p/ 75)	99 NR (pule p/ 75)

74) E o segundo maior problema? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Desemprego	2 Saúde	3 Educação	4 Pobreza
5 Salário	6 Violência	7 Corrupção	11 Política
12 Fome	13 Desigualdade	14 Trânsito	15 Enchentes
17 Favelas	18 Água	19 Esgoto	20 Urbanismo
21 Estacionamento	22 Transporte público		
66 Outro _____		77 NS	88 NA 99 NR

75) Eu vou dizer algumas formas de participação política, e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse, para cada uma delas se o(a) Sr(a) faria ou NÃO faria: (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Faria	Não faria	NS	NR
a) Assinar um abaixo assinado	1	0	77	99
b) Participar de manifestações ou protestos	1	0	77	99
c) Participar de greve	1	0	77	99

76) Agora eu gostaria de saber quais destas atividades o(a) Sr(a) já fez em algum momento da sua vida e quais o(a) Sr(a) nunca fez: (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Já Fez	Nunca fez	NS	NR
a) Assinar um abaixo assinado	1	0	77	99
b) Participar de manifestações ou protestos	1	0	77	99
c) Participar de greve	1	0	77	99

77) O(a) Sr(a) participa ou já participou de ...? (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Participa	Não participa	Participou, mas não participa mais	Não tem condomínio ou associação de bairro onde mora	NS	NR
a) Associação de moradores (ou de bairro)	2	0	1	55	77	99
b) Reunião de condomínio	2	0	1	55	77	99
c) Clube social ou esportivo	2	0	1	-	77	99
d) Associação assistencial-religiosa	2	0	1	-	77	99

e) Associação assistencial – não religiosa	2	0	1	-	77	99
--	---	---	---	---	----	----

78) O(A) Sr(a) é filiado(a) a algum? (ESPONTÂNEA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Sim	Não	NS	NR
a) Sindicato	1	0	77	99
b) Associação profissional	1	0	77	99
c) Partido político	1	0	77	99
78.d) Qual partido político é filiado? _____			88 NA	99

79) O(A) Sr(a) costuma se informar sobre o trabalho de algum político? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não 99 NR 77 NS

80) O(A) Sr(a) se considera uma pessoa muito interessada por política, um pouco interessada, ou o(a) Sr(a) não tem interesse por política? (ESTIMULADA E ÚNICA)

3 Muito interessada 2 Um pouco interessada 1 Não tem interesse
77 NS 99 NR

81) Em quais desses partidos políticos o(a) Sr(a) não votaria de jeito nenhum? (ESTIMULADA E MÚLTIPLA)

(DAR CARTÃO 6 na mão do entrevistado)

	Não votaria	Votaria	Não conhece o partido	NS	NR	NA
a) PT	0	1	55	77	99	-
b) PFL	0	1	55	77	99	-
c) PSDB	0	1	55	77	99	-
d) PMDB	0	1	55	77	99	-
e) -	-	-	-	-	-	88
f) -	-	-	-	-	-	88
g) -	-	-	-	-	-	88

82) Na sua opinião..... (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 As discussões entre os partidos causam mais dano do que benefício ao Brasil OU
2 As discussões entre os partidos tornam mais claro para o povo muitos problemas importantes, e por isso prestam um grande serviço ao país? 77 NS 99 NR

83) Na sua opinião os partidos representam mais (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 O conjunto da população,
2 Os próprios políticos OU
3 Os eleitores e grupos que apóiam esses partidos? 77 NS 99 NR

84) E como DEVERIA ser, os partidos DEVERIAM representar mais (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 O conjunto da população,
2 Os próprios políticos OU

3 Os eleitores e grupos que apóiam esses partidos? 77 NS 99 NR

85) Algumas pessoas dizem que “os partidos só servem para dividir as pessoas”, o(a) Sr(a) concorda ou discorda? Muito ou pouco? (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: pergunta em duas etapas. Aceitar a resposta “nem concorda nem discorda ” como resposta espontânea)

5 Concorda muito 4 Concorda um pouco 3 Nem concorda nem discorda
2 Discorda um pouco 1 Discorda muito 77 NS 99 NR

86) Vou ler uma lista de coisas importantes para que uma pessoa escolha um partido e gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse qual delas é a mais importante para que o(a) Sr(a) prefira um partido? E qual é a segunda mais importante? (ESTIMULADA E MÚLTIPLA)

(DAR CARTÃO 8 na mão do entrevistado)

	1º mais importante	2º mais importante	Não mencionado	NS	NR
a) O programa do partido	1	2	3	77	99
b) Ser um partido de gente honesta	1	2	3	77	99
c) A atuação passada dos representantes do partido	1	2	3	77	99
d) O tipo de pessoa que o partido representa	1	2	3	77	99
e) Ter amigos e parentes no partido	1	2	3	77	99
f) Ser apoiado por autoridades religiosas	1	2	3	77	99

87) O que é melhor, um presidente da república que (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Seja identificado com um partido político OU
2 Um presidente que não dê importância para os partidos? 77 NS 99 NR

88) Para resolver os problemas do Brasil, é melhor (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 A atuação de um líder que coloque as coisas no lugar OU
2 A participação da população nas decisões importantes do governo? 77 NS 99 NR

89) Na sua opinião as eleições presidenciais (ESTIMULADA E ÚNICA)

3 Ajudam muito,
2 Ajudam um pouco OU
1 Não ajudam a melhorar a vida da população? 77 NS 99 NR

90) Na sua opinião..... (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÕES: Aceitar a opção tanto faz como espontânea)

1 A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo OU
2 Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia?
3 Tanto faz / nenhuma das duas é melhor 77 NS 99 NR

91) Na sua opinião o que é mais importante para melhorar o Brasil..... (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

91.a) 1 Combater a miséria e a fome OU 2 Gerar mais empregos? 77 NS 99 NR

91.b) 1 Manter a inflação baixa e garantir a estabilidade OU
2 Fazer a economia do Brasil crescer mais rapidamente? 77 NS 99 NR

91.c) 1 Gerar mais empregos OU 2 Manter a inflação baixa e garantir a estabilidade?	77 NS	99 NR
91.d) 1 Melhorar a educação OU 2 Combater a corrupção?	77 NS	99 NR
91.e) 1 Fazer a economia do Brasil crescer mais rapidamente OU 2 Melhorar a segurança pública?	77 NS	99 NR
91.f) O que é mais importante..... 1 Combater a corrupção OU 2 Combater a miséria e a fome?	77 NS	99 NR
91.g) 1 Melhorar a saúde pública OU 2 A educação?	77 NS	99 NR
91.h) 1 Gerar mais empregos OU 2 Fazer a economia do Brasil crescer rapidamente?	77 NS	99 NR
91.i) 1 Melhorar a segurança pública OU 2 A saúde pública?	77 NS	99 NR
91.j) 1 Combater a miséria e a fome OU 2 Manter a inflação baixa e garantir a estabilidade?	77 NS	99 NR

92) Desses políticos, qual é o mais confiável? E em segundo lugar? E em terceiro lugar? E qual desses políticos é o que faz mais pelos pobres? E em segundo lugar? E em terceiro lugar? E qual político ...

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA PERGUNTA)

(INSTRUÇÕES: Inserir código 4 nas opções não citadas pelo entrevistado e usar a opção nenhum deles apenas após insistir com o entrevistado para que opte por algum dos políticos)

(DAR CARTÃO 9 na mão do entrevistado)

1 Primeiro lugar 2 Segundo lugar 3 Terceiro lugar 0 Não mencionado

	Lula	Ciro	Serra	Garotinho	Nenhum deles	NS	NR
a) É o mais confiável					55	77	99
b) É o que faz mais pelos pobres					55	77	99
c) É o mais honesto					55	77	99
d) É o que tem mais experiência para governar o Brasil					55	77	99
e) É o que tem o melhor plano de governo					55	77	99
f) É o que fez uma campanha limpa sem atacar os adversários					55	77	99
g) O mais preparado e competente					55	77	99
h) O que mais evita greve e bagunça					55	77	99
i) O que mais defende gerar empregos					55	77	99
j) O que mais defende manter a inflação baixa					55	77	99

Eu vou ler várias situações e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse o que cada pessoa DEVERIA FAZER e depois o que cada pessoa VAI FAZER.

93) Um candidato oferece uma cadeira de rodas para um deficiente físico, o que ele DEVERIA fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Resposta “aceitar e não votar” não será aceita, pedir para que o entrevistado escolha entre as opções 1 e 2 . Caso o entrevistado insista muito marcar 99 NR)

1 Aceitar a cadeira de rodas e votar no candidato OU

2 Não aceitar a cadeira e votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

94) E o que o(a) Sr(a) acha que ele VAI fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Vai aceitar a cadeira de rodas e vai votar no candidato OU

2 Não vai aceitar a cadeira e vai votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

95) Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome, o que as pessoas dessa família DEVERIAM fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Aceitar a cesta básica e votar no candidato OU

2 Não aceitar a cesta básica e votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

96) E o que o(a) Sr(a) acha que as pessoas dessa família VÃO fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Vão aceitar a cesta básica e vão votar no candidato OU

2 Não vão aceitar a cesta básica e vão votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

97) Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola. Um candidato consegue uma vaga para o filho dela, o que ela DEVERIA fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Aceitar a vaga na escola e votar no candidato OU

2 Não aceitar a vaga e votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

98) E o que o(a) Sr(a) acha que essa mãe VAI fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Vai aceitar a vaga na escola e vai votar no candidato OU

2 Não vai aceitar a vaga e vai votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

99) Um candidato oferece para uma mãe que tem um filho doente dinheiro para o tratamento médico, o que ela DEVERIA fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Aceitar o dinheiro para o tratamento médico e votar no candidato OU

2 Não aceitar o dinheiro e votar em outro candidato 77 NS 99 NR

100) E o que o(a) Sr(a) acha que essa mãe VAI fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Ela vai aceitar o dinheiro para o tratamento médico e vai votar no candidato OU

2 Ela não vai aceitar o dinheiro e vai votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

101) Um candidato oferece um caminhão de tijolos para várias famílias que precisam acabar de construir suas casas, o que as pessoas dessas famílias DEVERIAM fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Aceitar o caminhão de tijolos e votar no candidato OU

2 Não aceitar o caminhão de tijolos e votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

102) E o que o(a) Sr(a) acha que as pessoas dessas famílias VÃO fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Vão aceitar o caminhão de tijolos e vão votar no candidato OU

2 Não vão aceitar o caminhão de tijolos e vão votar em outro candidato? 77 NS 99 NR

103) Um candidato oferece reformar um campo de futebol para um grupo de amigos que jogam bola juntos toda semana, o que eles DEVERIAM fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Aceitar a reforma do campo de futebol e votar no candidato OU

2 Não aceitar a reforma do campo e votar em outro candidato?

77 NS

99 NR

104) Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança, o que os pais da criança DEVERIAM fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Aceitar a bicicleta e votar no candidato OU

2 Não aceitar a bicicleta e votar em outro candidato?

77 NS

99 NR

105) Para cada frase que eu falar gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito.

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

(DAR CARTÃO 10 na mão do entrevistado)

(INSTRUÇÃO: aceitar a resposta “nem discorda nem concorda” como resposta espontânea)

5 Concorda muito

4 Concorda um pouco

3 Nem concorda nem discorda

2 Discorda um pouco

1 Discorda muito

	Número da resposta	NS	NR
a) Em geral, políticos muito honestos não sabem governar.		77	99
b) Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.		77	99
c) É melhor um político que faça muitas obras, mesmo que roube um pouco, do que um político que faça poucas obras e não roube nada.		77	99
d) Existem alguns políticos que são honestos.		77	99
e) É possível fazer obras públicas sem roubar.		77	99
f) Político honesto não tem sucesso na política.		77	99
g) Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.		77	99
h) Políticos muito honestos prejudicam o funcionamento do governo.		77	99
i) Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral.		77	99
j) É melhor resolver rapidamente um problema da população, mesmo que para isso seja preciso pagar por fora.		77	99
k) Todos os políticos roubam.		77	99

106) Vou ler outras frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito.

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

(INSTRUÇÃO: aceitar a resposta “nem discorda nem concorda” como resposta espontânea)

(DAR CARTÃO 10 na mão do entrevistado)

1 Discorda muito

2 Discorda um pouco

3 Nem discorda nem concorda

4 Concorda um pouco

5 Concorda muito

	Número da resposta	NS	NR
a) Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido		77	99
b) Um programa de televisão que diz que Deus não existe deve ser proibido		77	99
c) Um programa de televisão com cenas de violência deve ser proibido		77	99
d) Um programa de televisão que faz críticas ao governo deve ser proibido		77	99

107) Eu vou citar algumas atividades que em certos países são feitas só pelo governo e em outros países só pelas empresas particulares e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse quem deve administrar cada uma dessas atividades no Brasil. Quem deve administrar a/o(s) _____, só empresas do governo ou só empresas particulares? E ... (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

(INSTRUÇÃO: se o entrevistado responder na primeira vez governo e empresas particulares, diga que a pesquisa aceita apenas respostas “só o governo” ou “só as empresas particulares” e refaça a pergunta, se mais uma vez responder ambas, circule o código correspondente)

	Só empresas do governo	Só empresas particulares	Ambos: governo e empresas	NS	NR
a) Educação	0	2	1	77	99
b) Saúde	0	2	1	77	99
c) Aposentadoria e previdência social	0	2	1	77	99
d) Justiça	0	2	1	77	99
e) Transporte	0	2	1	77	99
f) Estradas e rodovias	0	2	1	77	99
g) Fornecimento de água	0	2	1	77	99
h) Serviço de esgoto	0	2	1	77	99
i) Recolhimento de lixo	0	2	1	77	99
j) Energia elétrica	0	2	1	77	99
k) Telefone fixo	0	2	1	77	99
l) Telefone celular	0	2	1	77	99
m) Bancos	0	2	1	77	99
n) Fabricação de carros	0	2	1	77	99

110) Nas frases que vou falar gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito. (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)
(DAR CARTÃO 10 na mão do entrevistado)

(INSTRUÇÃO: aceitar a resposta “nem concorda nem discorda ” como resposta espontânea)

5 Concorda muito 4 Concorda um pouco 3 Nem concorda nem discorda
 2 Discorda um pouco 1 Discorda muito

	Número da resposta	NS	NR
a) Cada pessoa deve cuidar somente do que é seu, e o governo cuida do que é público.		77	99
b) Se alguém se sente incomodado pelo vizinho o melhor é não reclamar.		77	99
c) Se alguém é eleito para um cargo público deve usar o cargo como se fosse sua propriedade particular em seu benefício.		77	99
d) Já que o governo não cuida do que é público, então também nenhuma pessoa deve cuidar do que é público.		77	99
e) A pessoa que dá uma festa com som alto não se preocupa com os vizinhos.		77	99
f) Ninguém deve usar as ruas e calçadas para vender produtos.		77	99
g) A pessoa que constrói uma casa em um terreno público abandonado não se preocupa com o que é público.		77	99
h) Um funcionário que trabalha em uma empresa não deve usar o telefone do trabalho para fazer um serviço por fora.		77	99
i) Alguém que recebe dinheiro do governo brasileiro para ir estudar no estrangeiro, depois de concluir os estudos tem que voltar para trabalhar no Brasil.		77	99

111) Agora eu vou mencionar vários tipos de protestos contra o governo, e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se o protesto deve sempre ser permitido, deve ser permitido na maioria das vezes, deve ser proibido na maioria das vezes, ou se deve sempre ser proibido. Abaixo assinados? E... (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)
(DAR CARTÃO 11 na mão do entrevistado)

1 Sempre permitido 2 Permitido na maioria das vezes
 3 Proibido na maioria das vezes 4 Sempre proibido

	Número da resposta	NS	NR
a) Abaixo assinados		77	99
b) Passeatas		77	99
c) Comícios		77	99
d) Greves		77	99
e) Bloqueio de estradas		77	99
f) Ocupação de prédios públicos		77	99
g) Ocupação de terras		77	99

112) Com qual das frases o(a) Sr(a) concorda mais:.... (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 O aborto deve ser proibido em qualquer situação,
2 O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro OU
3 O aborto deve ser permitido em qualquer situação? 77 NS 99 NR

Eu vou ler várias situações e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse o que cada pessoa DEVERIA FAZER.

113) Um porteiro ganha na Megasena. O que o(a) Sr(a) acha que o porteiro DEVERIA fazer: (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Ele deveria comprar uma casa numa área rica da cidade OU
2 O porteiro deveria continuar morando no mesmo bairro, mas deveria mudar para uma casa melhor?
77 NS 99 NR

114) O patrão diz ao seu empregado que ele pode tomar banho na piscina do edifício. O que o (a) Sr(a) acha que o empregado DEVERIA fazer: (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 O empregado deveria agradecer e não deveria tomar banho na piscina OU
2 O empregado deveria tomar banho na piscina? 77 NS 99 NR

115) Uma filha de 18 anos quer viajar com as amigas, o que os pais DEVERIAM fazer? (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Os pais deveriam decidir e dizer se a filha pode ou não viajar OU
2 Os pais deveriam deixar a filha decidir o que ela quiser? 77 NS 99 NR

116) O empregado trata o patrão de senhor, mas o patrão diz ao empregado que pode ser tratado de você, o que o(a) Sr(a) acha que o empregado DEVERIA fazer? (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Ele deveria continuar chamando o patrão por senhor OU
2 O empregado deveria passar a chamar o patrão por você? 77 NS 99 NR

117) Os moradores de um prédio ou edifício, dizem para os porteiros e empregadas domésticas que eles podem usar o elevador social, o que o(a) Sr(a) acha que os empregados do prédio DEVERIAM fazer.... (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Eles deveriam usar o elevador social OU
2 Eles deveriam continuar usando o elevador de serviço? 77 NS 99 NR

118) A patroa diz para a empregada doméstica que ela pode assistir televisão na sala junto com ela, o que o(a) Sr(a) acha que a empregada DEVERIA fazer (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Ela deveria sentar no sofá junto da patroa e assistir TV com ela;
2 Ela deveria assistir TV na sala com a patroa, mas pegar uma cadeira da cozinha OU
3 Ela deveria assistir TV no seu quarto? 77 NS 99 NR

119) O filho do patrão diz que vai casar com a filha do empregado. O que o(a) Sr(a) acha que o patrão DEVERIA fazer: (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 O patrão deveria proibir seu filho de casar com a filha do empregado OU
2 Ele deveria deixar seu filho casar com ela? 77 NS 99 NR

**120) O(a) Sr(a) acha que a lei: (ESTIMULADA E ÚNICA)
(INSTRUÇÃO: a opção 3 deve ser aceita como resposta espontânea)**

- 1 Deve ser sempre cumprida OU
2 Ela deve ser cumprida na maioria das vezes?
3 Nunca deve ser cumprida (não ler) 77 NS 99 NR

121) Eu vou ler quatro frases, e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse com qual concorda mais:

(ESTIMULADA E ÚNICA)

1 As pessoas não podem mudar nada na sua vida, todo o seu destino é decidido por Deus.

2 Deus decide o destino, mas as pessoas podem mudar um pouco do seu destino.

3 Deus decide o destino, mas as pessoas podem mudar muito do seu destino.

4 Não há destino, as pessoas decidem tudo sobre sua vida.

77 NS

99 NR

122) Agora eu vou dizer duas frases, e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse com qual concorda mais:

(ESTIMULADA E ÚNICA)

1 As pessoas devem colaborar com o governo, mesmo se o governo não fizer a sua obrigação de cuidar do que é público OU

2 As pessoas só devem colaborar com o governo quando o governo faz a sua obrigação de cuidar do que é público.

77 NS

99 NR

123) Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 0 a 10 para dizer o quanto o(a) Sr.(a) está satisfeito com o serviço público brasileiro. (ESTIMULADA E ÚNICA)

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 77 NS 99 NR

124) Agora, imagine um serviço público ideal, perfeito, que seria nota 10, e um serviço público longe do ideal, que seria nota 0, que nota de 0 a 10 o (a) Sr.(a) daria para o serviço público brasileiro? (ESTIMULADA E ÚNICA)

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 77 NS 99 NR

125) Vou citar alguns serviços públicos e gostaria que o (a) Sr. (a) desse uma nota de 0 a 10 para dizer o quanto está satisfeito com cada um deles. De 0 a 10, que nota o (a) Sr(a) dá para...

(ESTIMULADA E ÚNICA)

	Nota	NS	NR
a) A coleta de lixo		77	99
b) A polícia		77	99
c) A limpeza das ruas e calçadas		77	99
d) O estado de conservação das ruas e calçadas da cidade		77	99
e) O controle dos camelôs, mesas de bar e bancas de lojas		77	99
f) As quadras, praças e espaços de lazer da cidade		77	99
g) As escolas públicas		77	99
h) O serviço de saúde pública		77	99
i) A iluminação das ruas e praças		77	99
j) O serviço de água		77	99
k) O serviço de esgoto		77	99

126) Pensando na qualidade dos serviços públicos, o (a) Sr(a) acha que o valor dos impostos que o(a) Sr(a) paga é caro ou barato? Muito ou pouco? (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: a opção 3 deve ser aceita como resposta espontânea)

1 Muito caro 2 Um pouco caro 4 Um pouco barato 5 Muito barato
3 Nem caro e nem barato (não ler) 77 NS 99 NR

127) Nessa eleição, a prefeitura ou alguém ofereceu alguma coisa para o(a) Sr(a) em troca do seu voto? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não (pule p/ 130) 77 NS (pule p/ 130) 99 NR (pule p/ 130)

128) O que foi oferecido? (ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA)

77 NS 88NA 99 NR

129) Foi oferecido alguma coisa em troca do seu voto para deputado estadual? E para.... ? (ESPONTÂNEA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Sim	Não	NS	NA	NR
a) Deputado Estadual	1	0	77	88	99
b) Deputado Federal	1	0	77	88	99
c) Senador	1	0	77	88	99
d) Governador	1	0	77	88	99
e) Presidente	1	0	77	88	99

130) Gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se confia muito // confia // confia pouco // ou não confia na sua família? E ...

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Confia muito	Confia	Confia pouco	Não confia	Não tem	NS	NR
a) Na sua família	4	3	2	1	55	77	99
b) Nos seus amigos	4	3	2	1	55	77	99
c) Na maioria das pessoas	4	3	2	1	55	77	99

131) Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse e avaliasse a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim, ou péssima.

A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E ...

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

(INSTRUÇÃO: o regular é aceito como resposta espontânea, e deve-se perguntar se regular para bom ou para ruim)

	Ótima	Boa	Ruim	Péssima	Regular para bom	Regular para ruim	NS	NR
a) Da Igreja Católica	6	5	2	1	4	3	77	99
b) Da Polícia	6	5	2	1	4	3	77	99
c) Do Governo Federal	6	5	2	1	4	3	77	99
d) Da Justiça	6	5	2	1	4	3	77	99
e) Das Grandes Empresas	6	5	2	1	4	3	77	99
f) Dos Partidos Políticos	6	5	2	1	4	3	77	99
g) Do Congresso	6	5	2	1	4	3	77	99
h) Dos Militares	6	5	2	1	4	3	77	99
i) Da Rede Globo	6	5	2	1	4	3	77	99
j) Das outras emissoras de televisão	6	5	2	1	4	3	77	99

132) Agora eu vou ler uma lista de problemas, e eu gostaria que o(a) Sr(a) dissesse de quem é a responsabilidade de cuidar desse problema? Se é do presidente, do governador ou do prefeito?

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Presidente	Governador	Prefeito	Presidente e Governador	Presidente e Prefeito	Governador e Prefeito	Os três	NS	NR
a) Inflação	1	2	3	4	5	6	7	77	99
b) Violência	1	2	3	4	5	6	7	77	99
c) Iluminação pública	1	2	3	4	5	6	7	77	99
d) Desemprego	1	2	3	4	5	6	7	77	99
e) Saneamento e esgoto	1	2	3	4	5	6	7	77	99
f) Pavimentação e asfaltamento de ruas	1	2	3	4	5	6	7	77	99

133) Dessas aqui qual foi a maneira mais importante para o(a) Sr(a) decidir em quem votar para presidente? E qual foi a segunda mais importante? E a terceira? (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA PERGUNTA)

(DAR CARTÃO 12 para o entrevistado)

1 Mais importante 2 Segunda mais importante 3 Terceira mais importante 0 Não mencionada
88 NA (Não votou)

	1º mais importante	2º mais importante	3º mais importante	Não mencionada	NS	NA	NR
a) Conversas com colegas de trabalho/escola	1	2	3	0	77	88	99
b) Propaganda política na televisão	1	2	3	0	77	88	99
c) Notícias sobre os candidatos nos jornais	1	2	3	0	77	88	99
d) Notícias sobre os candidatos no rádio	1	2	3	0	77	88	99
e) Notícias sobre os candidatos na televisão	1	2	3	0	77	88	99
f) Ouvir os candidatos em comícios	1	2	3	0	77	88	99
g) Informações da igreja sobre os candidatos	1	2	3	0	77	88	99
h) Informações de associações de moradores sobre os candidatos	1	2	3	0	77	88	99
i) O resultado das pesquisas eleitorais	1	2	3	0	77	88	99
j) Debates entre candidatos na televisão	1	2	3	0	77	88	99
k) Conversas com amigos e pessoas da família	1	2	3	0	77	88	99
l) Propaganda política no rádio	1	2	3	0	77	88	99

134) O que é mais importante para o(a) Sr(a) na hora de votar em um candidato para _____: a pessoa do candidato // o partido do candidato // as propostas do candidato // ou o seu passado, o que ele já fez? E para votar em um candidato a senador? E ...

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA CARGO) (DAR CARTÃO 13 na mão do entrevistado)

1 A pessoa do candidato 2 O partido do candidato
3 As propostas do candidato 4 O seu passado, o que ele já fez 88 (Não vota mais)

	Item mais importante	Não pensa em nada	NS	NA	NR
a) Vereador		55	77	88	99
b) Prefeito		55	77	88	99
c) Deputado Estadual		55	77	88	99
d) Deputado Federal		55	77	88	99
e) Governador		55	77	88	99
f) Senador		55	77	88	99
g) Presidente		55	77	88	99

135) Quantos dias por semana o(a) Sr(a) assistiu ao menos uma parte do horário eleitoral gratuito na TV? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

4 Quatro dias por semana ou mais 3 Dois ou três dias por semana ou
 2 Um dia por semana 1 Nunca 55 Não lembra 77 NS 99 NR

136) O(A) Sr(a) assistiu alguma vez os comerciais dos candidatos com duração pequena que passavam durante a programação da TV? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não 55 Não lembra 77 NS 99 NR

(INSTRUÇÃO: As duas perguntas que se seguem SÓ não se aplicam aos entrevistados que NÃO ASSISTIRAM o horário eleitoral e TAMBÉM NÃO assistiram os comerciais dos candidatos durante a programação normal da televisão)

137) O horário eleitoral gratuito na televisão, ajudou muito\ ajudou\ ajudou pouco, ou não ajudou o(a) Sr(a) a conhecer: (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

4 Ajudou muito 3 Ajudou 2 Ajudou pouco 1 Não ajudou

	Número da resposta	Indiferente	NS	NA	NR
a) As características pessoais dos candidatos		12	77	88	99
b) O passado dos candidatos		12	77	88	99
c) As propostas de governo dos candidatos		12	77	88	99
d) Os partidos dos candidatos		12	77	88	99
e) Os políticos que o apóiam		12	77	88	99
f) As diferenças entre os candidatos		12	77	88	99

138) 88 NA

139) Depois de assistir o horário político na TV, o(a) Sr(a) passou a conhecer melhor o ... (ESPONTÂNEA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Sim	Não	Indiferente	NS	NA	NR
a) Lula	1	0	12	77	88	99
b) Serra	1	0	12	77	88	99
c) Ciro	1	0	12	77	88	99
d) Garotinho	1	0	12	77	88	99

140) 88 NA

141) A propaganda política na TV fez com que o(a) Sr(a) mudasse seu voto para presidente? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não (pule p/ 143) 77 NS (pule p/ 143) 99 NR(pule p/ 143)

142) O(A) Sr(a) mudou de qual candidato para qual candidato? (ESPONTÂNEA E ÚNICA) (INSTRUÇÃO: Voto para presidente)

DO: _____ para o: _____ 77 NS 88 NA 99 NR

143) O(A) Sr(a) acha que o horário eleitoral gratuito na TV deve continuar existindo?

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 0 Não 77 NS 99 NR

144) Muitas pessoas que entrevistamos nos disseram o que as levou a escolher um determinado candidato. Qual dos motivos que eu vou dizer levou o(a) Sr(a) a escolher um candidato a presidente?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Era o candidato que melhor representava pessoas como eu,
2 Era o candidato que estava disposto a combater os verdadeiros males do país OU
3 Era o candidato que iria trazer mais benefícios à população?
4 Nenhuma dessas 77 NS 99 NR

145) O(a) Sr(a) é contra ou a favor: (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Contra	A favor	NS	NR
a) Da invasão de terras para pressionar o governo a fazer a reforma agrária	1	2	77	99
b) Da prisão perpétua	1	2	77	99
c) Da pena de morte	1	2	77	99
d) Do exército combater a violência nas ruas das grandes cidades	1	2	77	99
e) Da venda de armas de fogo para qualquer pessoa	1	2	77	99
g) Da prisão para menores de idade	1	2	77	99

146) Na sua opinião o que o governo deveria fazer em primeiro lugar para combater a violência:

(ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Diminuir o desemprego e melhorar a educação OU
2 Aumentar o número de policiais treinados e equipados nas ruas? 77 NS 99 NR

147) Pensando agora na reforma agrária, na sua opinião: (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 O governo deve desapropriar as terras sem uso OU
2 O dono da terra deve ter o direito de querer ou não cultivar suas terras? 77 NS 99 NR

148) Vou dizer três frases sobre homens que fazem sexo com homens e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse com qual concorda mais: (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Essas pessoas podem transar com quem desejam,
2 Essas pessoas não têm vergonha OU
3 Essas pessoas são doentes? 77 NS 99 NR

149) 88 NA

150) Na sua opinião: (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Os homens devem dividir com as mulheres o trabalho de cuidar da casa e dos filhos OU
2 Essa é uma responsabilidade da mulher? 77 NS 99 NR

151) Se uma mulher apanha do marido, ela deve: (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1 Dar queixa na polícia,
2 Separar-se do marido, mas não dar queixa OU
3 Não fazer nada para não desmanchar a família?

152) O governo já está fazendo reserva de vagas em empregos públicos para negros, porque eles têm tido menos oportunidades do que os brancos de conseguir bons empregos. Antes dessa mudança, para conseguir esses empregos públicos as pessoas faziam os mesmos testes ou concursos, e as que tinham os melhores resultados conseguiam o emprego. Agora os negros têm garantido alguns bons empregos públicos, mesmo que seus resultados nos testes e concursos não sejam os melhores. O(a) Sr(a) é contra ou a favor dessa nova lei do governo: (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Contra

2 A favor

77 NS

99 NR

153) 88 NA

154) Vou ler outra vez várias frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito.

(DAR CARTÃO 10 na mão do entrevistado)

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

5 Concorda muito

4 Concorda um pouco

3 Nem concorda nem discorda

2 Discorda um pouco

1 Discorda muito

	Número da resposta	NS	NR
a) Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor de pele.		77	99
b) As coisas que os pretos sabem fazer melhor são a música e os esportes.		77	99
c) Se pudessem comer bem e estudar os pretos teriam sucesso em qualquer profissão.		77	99
d) Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem.		77	99

155) Na sua opinião, os pretos têm preconceito de cor contra os brancos? (Se sim) Muito ou pouco?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

3 Muito

2 Pouco

1 Não

77 NS

99 NR

156) Se o(a) Sr(a) não tem filha, eu gostaria que o(a) Sr(a) imaginasse que uma filha sua casasse com uma pessoa de cor preta. O(A) Sr(a) ... (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Não se importaria,

2 Ficaria contrariado(a) mas aceitaria OU

3 Não aceitaria o casamento?

77 NS

99 NR

Agora vamos entrar na última parte do questionário e depois disso a entrevista termina.

157) Qual a sua idade? _____

158) Sexo do entrevistado: (não perguntar)

1 Masculino

2 Feminino

159) Até que série o(a) sr(a) estudou? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

- 1 Analfabeto / sem instrução
- 2 Primeiro ano do primário
- 3 Segundo ano do primário
- 4 Terceiro ano do primário
- 5 Quarto ano do primário incompleto
- 6 Quarto ano do primário/Primário completo
- 7 Quinta série/1º ano ginásio
- 8 Sexta série/2º ano ginásio
- 9 Sétima série/3º ano ginásio
- 10 Oitava série incompleta/4º ano do ginásio incompleto
- 11 Oitava série/4º ano ginásio/Primeiro grau completo
- 12 Primeiro ano do 2º grau
- 13 Segundo ano do 2º grau
- 14 Terceiro ano do 2º grau incompleto
- 15 Terceiro ano do 2º grau/Segundo grau completo
- 16 Iniciou a faculdade/universidade mas não se formou

Completo a faculdade/universidade: **Qual o maior grau já obtido pelo(a) Sr(a), graduação, mestrado, doutorado ou pós-graduação lato-sensu?**

- 17 Graduação/faculdade
- 18 Mestrado
- 19 Doutorado
- 20 Lato-sensu
- 21 Pós-doutorado
- 77 NS
- 99 NR

160) Alguém da sua família que mora na casa do(a) Sr(a) é filiado a algum sindicato? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

- 1 Sim
- 2 Não
- 3 Moro sozinho
- 77 NS
- 99 NR

161) O(A) Sr(a) é filiado(a) a? (ESPONTÂNEA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA)

	Sim	Não	NS	NR
a) Associação patronal	1	0	77	99
b) Associação de trabalhadores rurais	1	0	77	99
c) Associação de proprietários de terras/fazendeiros	1	0	77	99

162) Atualmente, qual é a situação profissional do(a) Sr(a): (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: LEIA as alternativas pausadamente. Quando for o caso faça a pergunta do sub-item)

1 Empregado assalariado

2 Autônomo / conta própria

3 Profissional liberal

4 Empregador/empresário

Ajuda alguém da família em seu trabalho ou negócio

51 Com remuneração OU

52 Sem remuneração

Aprendiz ou estagiário

61 Com remuneração OU

62 Sem remuneração

7 Estudante (pule para p/ 169)

8 Desempregado (pule para p/ 168)

91 Aposentado por tempo de trabalho (pule para p/ 169)

92 Aposentado por invalidez (pule para p/ 169)

10 Dona de casa (pule para p/ 169)

66 Outro, (p.ex. pensionista) (especificar)_____

77 NS (pule p/ 169)

99 NR (pule p/ 169)

163) O(a) Sr(a) trabalha quantas horas POR DIA em média? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

_____ número de horas 77 NS 88 NA 99 NR

164) Qual a sua ocupação, o que o(a) Sr(a) faz no trabalho? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)
[explorar bastante]

_____ 77 NS 88 NA 99 NR

165) O seu emprego ou trabalho é como: (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Funcionário/Servidor público

2 Funcionário/empregado de companhia/ proprietário de empresa particular

3 No terceiro setor, ONGs OU

4 Autônomo / Conta própria

66 Outro: _____

77 NS

88 NA

99 NR

166) E qual é o setor da economia: (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Setor primário: agricultura, pecuária, pesca

2 Setor secundário: indústria, construção, mineração

3 Setor terciário: transporte, comunicações, , comércio e vendas, educação, serviços pessoais, administração pública, forças armadas, outros serviços, concessões públicas, setor financeiro, de seguros, setor imobiliário, entretenimento, cultura, recreação, esporte.

66 Outro: _____

77 NS

88 NA

99 NR

167) O(a) Sr(a) está preocupado em perder o emprego/trabalho nos próximos 6 meses?

1 Sim

0 Não

77 NS

88 NA

99 NR

168) O(a) Sr(a) esteve sem emprego nos últimos 6 meses?

1 Sim

0 Não

77 NS

88 NA

99 NR

169) O(a) Sr(a) é: (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Uma pessoa que tenha se divorciado ou separado, mas que atualmente seja casada ou amigada, entra como casada ou amigada)

1 Casado(a)

6 Amigado(a) (casado na prática mas não no papel)

2 Solteiro(a) (pule p/ 175)

3 Divorciado(a) (pule p/ 175)

4 Separado(a) (pule p/ 175) OU

5 Viúvo (a) (pule p/ 175)

66 Outro _____

77 NS (pule p/ 175)

99 NR (pule p/ 175)

170) Atualmente, qual é a situação profissional da(o) sua (seu) esposa (marido): (ESTIMULADA E ÚNICA)
(INSTRUÇÃO: LEIA as alternativas em negrito, pausadamente. Quando for o caso faça a pergunta do sub-
item)

1 Empregado assalariado

2 Autônomo / conta própria

3 Profissional liberal

4 Empregador/empresário

Ajuda alguém da família em seu trabalho ou negócio

51 Com remuneração OU

52 Sem remuneração

Aprendiz ou estagiário

61 Com remuneração OU

62 Sem remuneração

7 Estudante (pule para p/ 175)

8 Desempregado (pule para p/ 175)

91 Aposentado por tempo de trabalho (pule para p/ 175)

92 Aposentado por invalidez (pule para p/ 175)

10 Dona de casa (pule para p/ 175)

66 Outro, (p.ex. pensionista) (especificar) _____

77 NS (pule p/ 175)

88 NA

99 NR (pule p/ 175)

171) Quantas horas POR DIA em média ele(a) trabalha? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

_____ número de horas

77 NS

88 NA

99 NR

172) Qual a ocupação da(o) sua (seu) esposa (marido)? (ESPONTÂNEA E ÚNICA) [explorar bastante]

77 NS

88 NA

99 NR

173) O emprego da(o) sua (seu) esposa (marido) é como: (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Funcionário/Servidor público

2 Funcionário/empregado de companhia/ proprietário de empresa particular

3 No terceiro setor, ONGs OU

4 Autônomo / Conta própria

66 Outro: _____

77 NS

88 NA

99 NR

174) E qual é o setor da economia onde trabalha a(o) sua (seu) esposa (marido): (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Setor primário: agricultura, pecuária, pesca

2 Setor secundário: indústria, construção, mineração

3 Setor terciário: transporte, comunicações, , comércio e vendas, educação, serviços pessoais, administração pública, forças armadas, outros serviços, concessões públicas, setor financeiro, de seguros, setor imobiliário, entretenimento, cultura, recreação, esporte.

66 Outro: _____

77 NS

88 NA

99 NR

175) Qual é a sua renda mensal? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

R\$ _____

0 sem renda

1 NS

2 NR

176) Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

R\$ _____

0 sem renda

1 NS

2 NR

177) Contando com o(a) Sr(a), quantas pessoas moram na sua casa? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ou mais(especificar): _____

77 NS

99 NR

178) Quantos filhos com menos de 18 anos o(a) Sr(a) tem? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ou mais(especificar): _____

88 Não tem filhos (pule p/ 180)

77 NS

99 NR

179) O(s) filho(s) do(a) Sr(a) estuda(m) ou estudara(m) em escola pública ou particular? (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Escola pública

2 Escola particular

3 Em escola pública E particular

4 Eles ainda não estudam/Nunca estudaram

77 NS

88 NA

99 NR

180) O(a) Sr(a) estuda ou estudou em escola pública ou particular?(ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Escola pública

2 Escola particular

3 Em escola pública E particular

4 Nunca freqüentei a escola

77 NS

99 NR

181) Quando o(a) Sr(a) tem algum problema de saúde, o(a) Sr(a): (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Aceitar a resposta 3: ambos como espontânea)

1 Vai ao hospital público /posto de saúde OU

2 Vai ao hospital particular /clínica/consultório

3 Vai aos hospitais público E particular

77 NS

99 NR

182) Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) indique qual delas é a sua. (ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: LEIA DEVAGAR, nesta ordem. Nunca pergunte diretamente a religião)

1 Mormom, Adventista, Testemunha de Jeová

2 Evangélica pentecostal (especificar qual igreja/denominação) _____

3 Evangélica não-pentecostal (especificar qual igreja/denominação) _____

4 Candomblé

5 Umbanda

6 Espírita kardecista, espiritualista

7 Seicho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade

8 Católica

9 Judaica

10 Budista

11 Santo Daime, Esotérica, OUTRA RELIGIÃO (especificar) _____

12 Não tem religião

13 É ateu/Não acredita em Deus(pule p/ 186)

77 NS

99 NR

183) Com que freqüência o(a) Sr(a) reza ou faz orações em casa: (ESTIMULADA E ÚNICA)

5 Várias vezes por dia

4 Uma vez por dia

3 Algumas vezes por semana

2 Menos de uma vez por semana OU

1 Nunca

7 Raramente

77 NS

88 NA

99 NR

184) Com que freqüência o(a) Sr(a) vai à missa ou culto religioso? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

5 Mais de uma vez por semana

4 Uma vez por semana

3 Uma ou duas vezes por mês

2 Algumas vezes por ano

1 Raramente

88 NA

77 NS

99 NR

185) O(A) Sr(a) se considera uma pessoa: ... (ESTIMULADA E ÚNICA)

4 Muito religiosa 3 Religiosa 2 Um pouco religiosa OU 1 Nada religiosa
 77 NS 88 NA 99 NR

186) Na casa do(a) Sr(a) o português é a única língua falada ou vocês falam outra língua em casa? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 O português é a única (pule p/ 188) 2 Há outra língua (especificar) _____
 77 NS 99 NR

187) Qual das línguas é a falada na maior parte do tempo na casa do(a) Sr(a)? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 O português 2 A(s) outra(s) 88 NA 77 NS 99 NR

188) Qual a sua cor ou raça? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: anotar na íntegra a resposta dada pelo entrevistado)

_____ 77 NS 99 NR

189) O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça: (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 Preto 2 Pardo 3 Branco 4 Amarelo 5 Índio
 77 NS 99 NR

190) De qual país ou lugar o(a) Sr(a) acha que os seus antepassados vieram? (ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA)

	Sim	Não	NS	NR
a) Portugal	1	0	77	99
b) Espanha	1	0	77	99
c) Itália	1	0	77	99
d) Alemanha	1	0	77	99
e) Brasil	1	0	77	99
f) Japão	1	0	77	99
g) África	1	0	77	99
h) Europa	1	0	77	99
i) Turco/Sírio-libanês	1	0	77	99
j) Países árabes	1	0	77	99
k) Índio brasileiro	1	0	77	99
l) Estados Unidos	1	0	77	99
m) América do Sul	1	0	77	99
n) América do Norte	1	0	77	99
o) América Central	1	0	77	99
p) Outro: _____	1	0	77	99

191) O(A) Sr(a) possui: (ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM)

	Sim	Não	NS	NR	NA
a) Registro de autônomo – INSS	1	0	77	99	-
b) Conta em banco	1	0	77	99	-
c) CPF ou CIC	1	0	77	99	-
d) Certidão de nascimento	1	0	77	99	-
e) Certidão de casamento	1	0	77	99	-
f) Carteira de identidade	1	0	77	99	-
g) Carteira de motorista	1	0	77	99	-
h) Carteira de trabalho	1	0	77	99	-
i) Título de propriedade da casa onde o(a) Sr(a) mora/ escritura	1	0	77	99	88
j) Certificado de reservista (APENAS PARA OS HOMENS)	1	0	77	99	88

192) Para terminar eu gostaria de ouvir sua opinião sobre o questionário. O que o(a) Sr(a) achou do questionário: longo, interessante, chato ou importante? Você pode dar mais de uma resposta.

	Sim	Não	NR
a) Longo	1	0	99
b) Interessante	1	0	99
c) Chato	1	0	99
d) Importante	1	0	99
e) Outro: _____	1	0	99

MUITO OBRIGADO PELA SUA ATENÇÃO E COLABORAÇÃO.

GOSTARIA DE LEMBRAR QUE UMA OUTRA PESSOA, UM SUPERVISOR, PODE VIR À SUA CASA OU TELEFONAR PARA CONFERIR ALGUMAS INFORMAÇÕES E PARA SABER SE EU FIZ A ENTREVISTA DE FORMA CORRETA.

ENTÃO, NÃO SE PREOCUPE SE MAIS ALGUÉM DA NOSSA EQUIPE PROCURAR POR VOCÊ.

HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO:

		:		
--	--	---	--	--

A12) O entrevistado teve dificuldades de ler os cartões da pesquisa?

- 1 Sim, muita dificuldade
2 Sim, um pouco de dificuldade
3 Não teve dificuldade (pule para A16) 99 NR

A13) Por que foi difícil para o entrevistado ler os cartões da pesquisa?

- 1 Baixo nível de alfabetização
2 Problemas de visão
3 Ambos os problemas 66 Outro: _____ 88 NA 99 NR

A14) O entrevistado entendeu a escala de esquerda e direita?

- 1 Sim (pule p/ A16) 2 Não 99 NR

A15) Porquê? (Indicar os principais problemas de entendimento)

A16) Descreva a situação/condições da entrevista e forneça outras informações que julgar importantes. (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

A17) A entrevista foi realizada:

- 1 Sem interrupções 2 Sem interrupções longas
3 Interrompida e realizada no mesmo dia
4 Interrompida e realizada no dia seguinte
66 Outra _____ 77 NS 99 NR

A18) Sexo do entrevistador: 1 Masculino 2 Feminino

A19) Qual a sua cor ou raça?

- 1 Branco 2 Pardo 3 Preto 4 Amarelo OU 5 Índio

A20) Qual a sua idade? _____